

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE ARTE E COMUNICAÇÃO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CULTURA E TERRITORIALIDADES

MARIANNA GOMES MUNIZ

COM QUANTAS HISTÓRIAS DE LUTA SE FAZ UM MUSEU? A QUESTÃO DECOLONIAL
NO MUSEU DAS REMOÇÕES DA VILA AUTÓDROMO E A CONSTRUÇÃO DE FUTUROS
POSSÍVEIS



Niterói
2022

MARIANNA GOMES MUNIZ

COM QUANTAS HISTÓRIAS DE LUTA SE FAZ UM MUSEU?

A questão decolonial no Museu das Remoções da Vila Autódromo e a construção de futuros possíveis

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades, da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Cultura e Territorialidades.

Orientador: Prof. Dr. João Luiz Pereira Domingues

Coorientadora: Prof. Dra. Diana Bogado

Niterói

2022

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, primeiramente, aos moradores da Vila Autódromo: Maria da Penha Macena, Nathália Macena, Luiz Cláudio da Silva e Sandra Maria. Pela abertura, pela confiança, cuidado e interesse em construir esta pesquisa junto comigo, mas também pelo espaço que foi construído por meio de cada partilha sobre nossas vidas. O lugar da pesquisa foi importantíssimo, mas o lugar da admiração e carinho que sinto por vocês é muito maior. Obrigada.

Ao meu orientador João Domingues: pelas conversas, conselhos e incentivos para continuar na área da pesquisa acadêmica. Uma parceria fundamental no decorrer desses dois anos. Sem isso, seria muito mais difícil.

À minha coorientadora e amiga, Diana Bogado, e à colaboradora do Museu das Remoções, Lia Peixinho: pelas possibilidades de estudo e construção da pesquisa que foram abertas me inspirando em vocês.

Em especial, para todas as mulheres da minha vida, que sempre acreditaram no valor e na potência do estudo, mesmo sendo, por vezes, muito difícil mantê-lo em uma rotina de responsabilidades majoritariamente femininas e atravessadas por contextos de classe diversos. O “corre” não para, mas sempre tive exemplos de mulheres que iam à luta durante o dia e estudavam durante a noite, intercalando o estudo com o cuidado para com os seus e a criação dos seus filhos e filhas. Ana Cláudia, Ana Carolina, Maria de Fátima, Tânia Regina, Angela Cristina, Maria Aparecida, Vó Tereza e Vó Socorro. Eu sou porque vocês são. Vocês são meu círculo seguro e serei eternamente grata pelo nosso encontro nesta vida. Este trabalho é uma conquista nossa.

Ao meu pai, Jorge, por me ensinar a importância da fé nos momentos em que o coração aperta.

RESUMO

Este estudo tem como objetivo fornecer caminhos para se pensar a sociomuseologia a partir do recorte de experiência do Museu das Remoções da Vila Autódromo. Este é um museu comunitário que nasce do contexto de resistência dos moradores da comunidade diante de um processo violento de remoção, no ano de 2016. Pretende-se compreender, por meio da construção desta pesquisa-ação, quais os desafios surgem da gestão e manutenção de um museu comunitário cujo contexto de criação é marcado pela trajetória de um movimento que parte de moradores e apoiadores que lutavam e lutam até hoje pelo direito à moradia. O recorte temporal abrange a pandemia da COVID-19 e a retomada de atividades e encontros presenciais, entre os anos de 2020-2022. Para além dessa análise, pretende-se refletir sobre como a pesquisa-ação pode construir possibilidades de desenvolver uma prática de pesquisa que seja ativa e participativa entre os diferentes atores sociais envolvidos, visando propor possibilidades de construção de relações de pesquisa — mas não apenas sobre ela — que não compactuem com a estrutura que divide os atores sociais envolvidos entre sujeitos e objetos. Será abordado, também, possíveis percursos para se pensar novas formas de praticar a atividade museológica, considerando o processo de musealização de imagens de autoria do morador Luiz Cláudio da Silva, que também realiza a catalogação e organização das coleções de fotografias que hoje fazem parte do acervo do museu. Ao propor discussões que trabalham a interface entre a sociomuseologia e pesquisa-ação, pretende-se, também, considerar como sendo uma referência de interpretação a questão decolonial, para propor possibilidades de pensamento e prática que auxiliem no processo de democratização da museologia e da pesquisa acadêmica a partir do exemplo do Museu das Remoções e seus envolvidos: gestores, colaboradores e fundadores.

Palavras-chave: Museu das Remoções; Sociomuseologia; Pesquisa-Ação; Musealização; Decolonialidade.

ABSTRACT

ABSTRACT

Cette étude réalisée à partir d'un découpage de l'expérience du « Musée das Remoções » de la Vila Autódromo vise à fournir des pistes de réflexion sur le rôle de la sociomuséologie. Fondé en 2016, ce musée communautaire repose ses piliers sur la résistance des habitants qui se sont refusés de quitter leur « sol » après un processus violent de transfert de leur communauté vers une autre beaucoup plus loin.

Par le biais de la construction de cette recherche-action, nous prétendons comprendre quels défis sont issus de la gestion et de la maintenance d'un musée communautaire dont le contexte de fondation est marqué par la trajectoire d'un mouvement issu des habitants et des souteneurs qui ont lutté et qui luttent toujours pour leur droit au logement.

Au-delà de cette analyse, nous prétendons également réfléchir sur comment la recherche-action peut contribuer au développement d'une pratique de recherche active et participative entre les différents acteurs sociaux impliqués dans la recherche afin de bâtir des relations allant au delà de la structure actuelle qui les divise entre sujets et objets.

Nous aborderons également les parcours possibles pour penser à des nouvelles manières de pratiquer les activités muséales à partir du processus de muséalisation des images de Luiz Cláudio da Silva, habitant de l'ancienne communauté de Vila Autódromo, qui réalise lui-aussi le catalogage et l'organisation des collections de photographies faisant partie de la collection muséale.

À partir des discussions autour de l'interface entre la sociomuséologie et la recherche-action, nous prétendons également considérer la décolonisation comme une référence d'interprétation possible dans la proposition de possibilités de pensées et de pratiques en appui au processus de démocratisation de la muséologie et de la recherche académique à partir de l'exemple du Musée das Remoções et de ses acteurs : gestionnaires, collaborateurs et fondateurs.

Mots-clés: Museu das Remoções; Sociomuséologie; Recherche-action; Muséalisation; Décolonisation

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Mapeamento de atividades do Museu das Remoções de 2020 a 2022. Parte 1.	30
Figura 2 – Painel informativo criado pelo Museu das Remoções e divulgado nas mídias sociais em 2021.	108
Figura 3 – Mapeamento de Atividades do Museu das Remoções de 2020 a 2022. Parte 2.	118

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1 – Foto aérea de 70% da VA entre o muro do Autódromo de Jacarepaguá e a Avenida Salvador Allende, com algumas ruas, lotes e quadra, 2009.....	43
Fotografia 2 – Cachorro e crianças em meio aos escombros, 2015.....	45
Fotografia 3 – Entulhos abandonados, 2016.....	47
Fotografia 4 – Agressões, 3 de junho de 2015.....	47
Fotografia 5 – Casas descaracterizadas da Lia, Severino Noberto, Dinalva e Fabrícia. Rua Beira Rio, 2016.....	50
Fotografia 6 – Casa sendo demolida na Rua Gilles Villeneuve: “Desistir jamais!”, 1º de agosto de 2016.....	51
Fotografia 7 – Casa da Valdete descaracterizada na Rua Gilles Villeneuve, 2015.....	54
Fotografia 8 – Apoiadores em um dos festivais Ocupa Vila Autódromo, 2015.....	66
Fotografia 9 – Brincando sobre os entulhos, 2015.....	68
Fotografia 10 – Protesto fechando parte da Av. Embaixador Abelardo Bueno, em 27 de janeiro de 2016.....	69
Fotografia 11 – 2º Ocupa, em 28 de novembro de 2015, banda Ataque Brasil; ao lado direito, o telão para passar o filme The Fighter.....	70
Fotografia 12 – 4º Ocupa VA, em 25 de junho de 2016. Festa Junina em frente aos contêineres. Caipira Pinga Fogo.....	71
Fotografia 13 – 7º Ocupa VA, em 18 de março de 2017. Seção de vários documentários dentro da igreja.....	72
Fotografia 14 – Comemoração dos três anos do MdR, com Festa Junina e exposição de fotos “Imagens de memória e luta”, em 29 de junho de 2019.....	74
Fotografia 15 – Inauguração do Museu das Remoções, em 18 de maio de 2016, em meio a um cenário de guerrilha e com muita chuva.....	81
Fotografia 16 – Inauguração do museu, em 18 de março de 2016.....	82
Fotografia 17 – Visitantes do curso de mediadores do MAR (Museu de Arte do Rio), 8 de janeiro de 2018. Tema: democracia.....	85
Fotografia 18 – Professores do SESC de alguns estados do Brasil, 16 de dezembro de 2019. Theresa os trouxe – visitantes.....	86

Fotografia 19 – Encontro dos alunos de Arquitetura, 28 e 29 de julho de 2015 (período das remoções).....	88
Fotografia 20 – Jornal O Globo, de 14 de maio de 2015.....	92
Fotografia 21 – Recolhendo peça para acervo. Esse foi para o MHN (Museu Histórico Nacional) – relógio da casa da d. Denise.....	93
Fotografia 22 – Inauguração do Percurso Expositivo, em 23 de setembro de 2018.....	96
Fotografia 23 – Inauguração do Percurso Expositivo, em 23 de setembro de 2018.....	97
Fotografia 24 – Inauguração do Percurso Expositivo, em 23 de setembro de 2018.....	99
Fotografia 25 – Escultura Maria da Penha.....	101
Fotografia 26 – Escultura Associação de Moradores.....	102
Fotografia 27 – Escultura Espaço Ocupa Vila Autódromo.....	102
Fotografia 28 – Escultura Parquinho.....	103
Fotografia 29 – Cerimônia de entrega do acervo do MdR para o MHN.....	116
Fotografia 30 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Trajetória de luta da Vila da Major (RJ). 2022.....	119
Fotografia 31 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Vila Prudente (SP). 2022.....	119
Fotografia 32 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade Quilombola de Canelatiua – Maranhão (MA). 2022.....	120
Fotografia 33 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade de São Rafael (PB). 2022.....	120
Fotografia 34 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade do Banhado (SP). 2022.....	121
Fotografia 35 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade do Horto (RJ). 2022.....	121

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1. PARA A VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO, UMA METODOLOGIA QUE PARTA DESTE LUGAR: REFLEXÕES E PRÁTICAS ENTRE O MUSEU DAS REMOÇÕES E A PESQUISA-AÇÃO.....	20
1.1 Entrada no campo: atividades do Museu das Remoções em tempos pandêmicos — o papel da internet nesse primeiro contato	26
1.2 A consolidação dos laços a partir dos encontros presenciais: os afetos permeiam a pesquisa.....	32
2. DEMARCANDO O CONFLITO: CONTEXTOS E VIOLÊNCIAS ATRAVESSADOS PELA “CULTURA DAS REMOÇÕES”	39
2.1 A produção do espaço na cidade dos megaeventos: interseccionalizando a questão urbana no Rio de Janeiro	48
2.2 Estratégias de resistência da Vila Autódromo: uma breve retrospectiva do Plano Popular ao nascimento do Museu das Remoções.....	61
3. DA MUSEOLOGIA TRADICIONAL À NOVA MUSEOLOGIA: REVISITANDO AS DISPUTAS E ATRIBUINDO OUTROS SIGNIFICADOS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS VINDAS DE GRUPOS SUBALTERNIZADOS	75
3.1 Museu das Remoções e a prática decolonial: o despertar dos sujeitos na construção da própria história.....	94
4. MUSEOLOGIA DECOLONIAL: UMA ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DE ACERVO DO MUSEU DAS REMOÇÕES E SEUS SIGNIFICADOS PARA A LUTA DO DIREITO À MORADIA	112
4.1 O processo de musealização e a questão decolonial: o acervo iconográfico do Museu das Remoções “suleando” a análise	121
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	132
REFERÊNCIAS	133

INTRODUÇÃO

A Vila Autódromo está situada na Zona Oeste do Rio de Janeiro, entre a Lagoa de Jacarepaguá e as Avenidas Salvador Allende e Embaixador Abelardo Bueno. É uma comunidade entre os bairros da Barra da Tijuca e Jacarepaguá. Esse primeiro é um bairro que, nas últimas décadas, tem sido cenário de forte interesse para investimentos do mercado imobiliário, ocasionados pela expansão da especulação imobiliária.

A comunidade, em sua história, é reconhecida pela corajosa articulação na luta pelo direito à moradia e pelo solo urbano. A Vila Autódromo tem seu início no decorrer dos anos 60, a partir da união de pescadores que se estabeleceram nas margens da Lagoa de Jacarepaguá. Na década seguinte, a população da comunidade aumentou consideravelmente devido às obras na região, como o Rio Centro e o Autódromo de Jacarepaguá, que, inclusive, foi inspiração para o nome da comunidade.

Somado a isso, as políticas de reassentamentos de outras comunidades, executadas pela Secretaria de Habitação, foram, também, acontecimentos importantes para o crescimento populacional da comunidade (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017). Ainda assim, a Vila Autódromo só se organizou enquanto comunidade formal em 1987, com a criação da AMPAVA (PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO, 2012), cuja finalidade era unir a comunidade na luta por direitos, como o acesso a serviços públicos e urbanização. Por situar-se em uma localização de forte interesse imobiliário, os moradores sofrem há mais de duas décadas com ameaças de remoção (VALE, 2017). O período mais violento de remoções na comunidade ocorreu na fase de elaboração e execução dos projetos voltados à transformação do espaço urbano carioca, em decorrência dos megaeventos esportivos sediados na cidade entre os anos de 2012-2016.

Em paralelo à política das remoções, que é constante no contexto histórico da Vila Autódromo, as emblemáticas estratégias de luta e resistência são lembradas por pesquisadores das mais diversas áreas, ativistas e cidadãos. Ainda além, essas estratégias políticas de resistir também se articulam a fim de promover e construir uma rede de apoio para outras comunidades que passam pela mesma violência, cujo principal agente encontra-se centrado na execução de políticas estatais. A história de luta da Vila Autódromo estende-se para além do Museu das Remoções, mostrando-se em um constante processo.

Entre as estratégias de luta e resistência contra as remoções dos moradores da Vila Autódromo está o surgimento do Museu das Remoções. Este foi inaugurado em 2016, no dia 18 de maio, data também selecionada pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus) para ser

o Dia Internacional dos Museus. O museu em questão é resultado da realização de uma pesquisa-ação (THIOLLENT, 2022) construída por meio da união e troca entre os moradores da Vila Autódromo e colaboradores e ativistas das mais diversas áreas. Seu principal objetivo é participar da luta contra as remoções, preservando a conexão simbólica, a memória emocional e as práticas sociais de comunidades removidas (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).

A categoria de pesquisa-ação como ferramenta metodológica também será fortemente utilizada na construção deste trabalho. A característica dorsal desse modo de pesquisa está na possibilidade que se abre para o trabalho de se desenvolver um outro tipo de relação entre pesquisadora e interlocutores de pesquisa do campo. Considera-se, nessa construção, o atravessamento do afeto como constituinte nesse processo de desenvolvimento do trabalho, também tendo como premissa a tentativa de não estabelecer hierarquias entre pesquisadora e outros atores sociais que constituem e compartilham conjuntamente os resultados que aqui serão pontuados. Para além disso, a pesquisa-ação viabiliza a construção de um conhecimento que é conjunto, abandonando a ideia de que o saber restringe-se e encontra-se centralizado nas reflexões e teorias propostas pela pesquisadora.

Em paralelo à delimitação do recorte em que o Museu das Remoções está inserido e o contexto de disputa e resistência na cidade do Rio de Janeiro em que a Vila Autódromo construiu no decorrer da sua trajetória, faz-se relevante mencionar os caminhos de encontro entre esse museu comunitário e as reflexões e vivências propostas pela pesquisadora. As experiências profissionais que tive a oportunidade de percorrer em torno da museologia me levaram ao interesse de compreender um pouco mais sobre os conflitos existentes na produção da memória. Movida por essa possibilidade, encontrei o museu no qual compartilho os caminhos, bases epistemológicas e teóricas desta pesquisa.

Ao percorrer profissionalmente em algumas instituições museológicas, atuando na área de produção cultural e educativa, pude me aprofundar e perceber o papel da memória na construção do que se entende por identidade e pertencimento. Mas, mais ainda, pude perceber como a memória é um jogo de recortes temporais que transita entre lembrar e esquecer, ou o que Pollak define por “memória de enquadramento” (POLLAK, 1989). Dentre esses esquecimentos, é fundamental mencionar a falta da representatividade de determinados grupos sociais, conduzindo e firmando certas rupturas com narrativas que permanecem sendo parte da historiografia oficial, colaborando para a consolidação dos processos de colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005).

O que a construção do passado, no presente, nos convoca a pensar sobre os hiatos do futuro? Como os museus podem trabalhar e reconfigurar essas narrativas, atentando-se para a urgente necessidade de requalificar um olhar ainda tão imerso em nossos processos coloniais? Seria possível uma relação, uma troca de aprendizados e vivências, entre a museologia social e a museologia clássica? Como implementá-las? Apesar de a troca ser fundamental no campo dos museus, por que não se vê com frequência a presença de museus comunitários em grandes instituições museológicas? Como incorporar a prática decolonial nos museus a partir das coleções de acervo? Quais as possibilidades e maneiras de pensar a descolonização dos conhecimentos produzidos por discursos presentes entre a museologia tradicional? Essas questões foram levantadas e diagnosticadas como sendo importantes de serem refletidas conjuntamente no decorrer do desenvolvimento de atividades referentes ao museu.

Correspondendo ao interesse no campo de estudo da museologia e movida pelo desejo de construir uma melhor compreensão sobre os conflitos em torno de diferentes maneiras de refletir e atuar sobre o campo de estudo, reencontrei a Vila Autódromo por meio do Museu das Remoções. Abrindo a possibilidade para aprofundamento e reflexões sobre as perguntas que estruturaram o interesse pela construção desta pesquisa, o Museu das Remoções tornou-se o centro deste estudo, uma vez que esse museu comunitário tem como objetivo utilizar da potência da memória social enquanto ferramenta política de resistência.

As remoções das casas ultrapassam a destruição da materialidade: a Vila Autódromo desaparecia do mapa, da história, da vida do Rio de Janeiro e também de todos os seus moradores, dos afetos construídos pelos amigos por meio da trajetória de cada ex-morador, que perdia, junto com suas casas, parte de sua existência. Resistir a esse apagamento a partir da construção do passado nas memórias dos moradores foi o mote para a criação do museu (BOGADO, 2017b). A imprevisibilidade diante do futuro relaciona-se, sobretudo, com o direito à cidade e à moradia; os moradores da Vila Autódromo lutavam pela permanência na comunidade como uma estratégia de sobrevivência. Tirar a casa de alguém, muitas vezes, representa a perda de sentido de uma vida.

No Plano Estratégico anunciado em janeiro de 2010, a Vila Autódromo estava entre as 119 favelas que seriam reassentadas pelo Município. Até 2015, estima-se que mais de 20 mil famílias tenham sido removidas em função da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016. Só na Vila Autódromo, mais de 500 famílias foram removidas sob a justificativa da construção do Parque Olímpico, do Centro de Mídia e das reformas de mobilidade urbana (A VILA AUTÓDROMO, 2017).

O nascimento do Museu das Remoções nos convoca a repensar processos museológicos e outras formas de reconfigurá-los a partir de demandas sociais urgentes. Varine (2012) aponta que inúmeras distinções podem ser feitas entre os museus que destinam-se às finalidades

turísticas na cidade e os museus que têm como critério sua relação e compromisso com as dinâmicas locais, visando ao desenvolvimento cultural, social e econômico de determinado território.

Uma vez que o contexto que determinou a construção da pesquisa está posto, é relevante mencionar que toda sua estrutura metodológica está sendo alicerçada pela pesquisa-ação, metodologia que, inclusive, já havia sido trabalhada com a Vila Autódromo em outras situações, incluindo o próprio nascimento do Museu das Remoções, como já foi citado anteriormente. Vale mencionar que a pesquisa-ação apresenta interessantes caminhos de reflexão e práticas para uma orientação de ação emancipatória e a grupos sociais que pertencem às classes marginalizadas em contextos latino-americanos. Nesse caso, esse tipo de pesquisa pode ser compreendida como forma de engajamento sociopolítico a serviço da causa das classes populares (THIOLLENT, 2022).

A ideia de pesquisa-ação encontra um contexto favorável quando os pesquisadores não querem limitar suas investigações aos aspectos acadêmicos e burocráticos da maioria das pesquisas convencionais. Querem pesquisas nas quais as pessoas implicadas tenham algo a “dizer” e a “fazer”. Não se trata de simples levantamento de dados ou de relatórios a serem arquivados. Com a pesquisa-ação os pesquisadores pretendem desempenhar um papel ativo na própria realidade dos fatos observados (THIOLLENT, 2022, p. 21).

Vindo ao encontro do recorte estabelecido para a produção desta pesquisa, cabe, também, demarcar as razões e experiências que me trouxeram ao interesse em realizar este trabalho. Durante minha vivência na cidade de Curitiba, pude exercer algumas atividades como colaboradora do Museu Paranaense (PR). Nessa fase, pude aprender um pouco sobre e perceber o papel da memória na construção do que se entende por identidade e pertencimento. Mas mais ainda, pude perceber como a memória é um jogo de recortes temporais que transita entre lembrar e esquecer. Dentre esses esquecimentos, é fundamental mencionar, por exemplo, a falta da representatividade negra em um museu de História do Paraná, conduzindo e afirmando certas rupturas com narrativas que permanecem no imaginário do Estado, colaborando para a consolidação dos processos de colonialidade do poder (Quijano, 2000).

É possível estender essa percepção aos processos museológicos no Brasil como um todo, que, na grande maioria das vezes, são influenciados pela maneira clássica de pensar museus, contribuindo para não-existências, invisibilidades e silenciamentos na produção de

memórias. Curitiba é a capital mais negra do sul do Brasil¹. Por que, durante tanto tempo, não se teve um percurso expositivo que pensasse e incluísse este recorte nos fragmentos de realidade que teciam aquele museu? Apesar de existir um movimento de mudança nos últimos anos, porque as narrativas negras existentes naquele espaço museológico eram atravessadas por um discurso ainda tão colonial? O que a construção do passado, naquele presente, me convocava a pensar sobre os hiatos do futuro, a partir dos fazeres culturais? Como os museus poderiam trabalhar e ressignificar essas narrativas, atentando-se para a urgente necessidade de requalificar um olhar ainda tão imerso em nossos processos coloniais? Seria possível uma relação, uma troca de aprendizados e vivências entre a museologia social e a museologia clássica? Como implementá-las? Apesar da troca ser fundamental no campo dos museus, porque não se vê com frequência a presença de museus comunitários em grandes instituições museológicas?

As coleções dos museus clássicos fazem parte do patrimônio da classe dirigente, que produz e possui a cultura dominante e que decide colocar uma parte dela à disposição de todos, de acordo com suas condições, seus códigos e em seu próprio interesse, correspondendo exatamente ao que Paulo Freire chama de educação “bancária”: o conhecimento é imposto do alto, segundo referenciais estabelecidos por aqueles que sabem em detrimento do povo supostamente ignorante, ou ao menos insuficientemente “culto” (VARINE, 2013, p.175).

Correspondendo às perguntas que trouxeram densidade ao interesse pela construção desta pesquisa, o Museu das Remoções tornou-se o centro deste estudo, uma vez que este museu comunitário tem como objetivo a potência da memória social enquanto ferramenta política, não hegemônica, insurgente, que emerge de uma necessidade. As remoções das casas ultrapassam a destruição da materialidade: a Vila Autódromo desaparecia do mapa, da história, da vida do Rio de Janeiro e também de todos os seus moradores, dos afetos construídos pelos amigos através da trajetória de cada ex-morador, que perdia junto com suas casas, parte de sua existência. Resistir a este apagamento através da construção do passado nas memórias dos moradores, foi o mote para criação do Museu (Bogado, 2017). A imprevisibilidade diante do futuro relaciona-se sobretudo com o direito à cidade e à moradia em que os moradores da Vila Autódromo lutavam pela permanência na comunidade, como uma estratégia de sobrevivência. Tirar a casa de alguém, muitas vezes, representa a perda de sentido de uma vida.

¹<https://tribunapr.uol.com.br/noticias/curitiba-regiao/curitiba-preta-a-forca-dos-movimentos-antirracistas-na-capital-mais-negra-do-sul/>

Em paralelo ao contexto da Vila Autódromo, me vem à cabeça a necessidade da construção dos museus comunitários que atravessam a cidade do Rio de Janeiro. Lembro do primeiro museu não hegemônico que visitei ainda adolescente, o Museu da Maré. Ainda em Curitiba, percebia como as linhas da museologia existentes nas práticas dos museus também eram permeadas por conflitos e disputas pela construção da memória e do discurso. Quais seriam as formas de pensar e fazer os museus? Eles teriam um significado social, afetivo, para além daquela visão monumental, palaciana e homogeneizante, empregada pelas grandes e renomadas instituições museológicas? Quais disputas estavam implícitas nestas diferentes maneiras de pensar e fazer museus? Varine (2013), aponta que, inúmeras distinções podem ser feitas entre os museus que se destinam às finalidades turísticas na cidade, e os museus que tem como critério sua relação e compromisso com as dinâmicas locais, visando o desenvolvimento cultural, social e econômico de determinado território.

O museu local, como suas atividades, pertence, antes de tudo, à comunidade que vive nesse território e sua responsabilidade deve contar com essa comunidade. O que significa que essa comunidade e seus representantes têm um direito de controle sobre o museu e sobre o que vai ser feito nele, sobre a interpretação das coleções, sobre sua relação com o desenvolvimento local [...] Em contrapartida, de qualquer modo que o vejamos, o museu, no sentido clássico do termo, tende a esterilizar o patrimônio para estudá-lo, protegê-lo e manipulá-lo com finalidade de consumo cultural. O objeto “musealizado” é retirado de circulação definitivamente. Não servirá mais senão no quadro das exposições, permanentes ou temporárias, em um ambiente também protegido. Desempenha, de certo modo, para a sociedade, o papel de álbum de fotografias para as famílias burguesas. Esse museu é uma instituição aristocrática, herdeira dos gabinetes de curiosidade dos príncipes e dos tesouros das catedrais e dos mosteiros. Sua abertura para o mundo corresponde a uma ideologia de democratização cultural, segundo a qual os bens e valores pertencentes à cultura de elite ou reconhecidos por esta devem ser impostos (o que se dissimula sob a expressão “acessibilidade”), a todos, para fornecer ao povo modelos e normas (VARINE, 2013, p. 174).

O Museu das Remoções da Vila Autódromo e seus colaboradores, o que inclui nesta categoria, moradores, ativistas, pesquisadores e alunos universitários, vieram de encontro em meu caminho enquanto estudante de pós-graduação, bem como acolheram algumas das inquietações que surgiram no decorrer da minha experiência enquanto licenciada em História, que pôde, no decorrer da vivência profissional, atravessar alguns aprendizados na área de museus e instituições culturais. As experiências que tive a oportunidade de percorrer, me levaram a compreender um pouco mais sobre os conflitos existentes na produção da memória, bem como a importância desta para desenvolver e reproduzir identidades e noções de pertencimento em cenários urbanos. Movidada por essas perguntas,

encontrei o museu no qual compartilho os caminhos e bases epistemológicas e teóricas desta pesquisa.

O primeiro capítulo tem como objetivo discorrer sobre os posicionamentos teórico-metodológicos em que a pesquisa foi estruturada e como isso se deu no plano da prática. Como se verá adiante, sendo sustentada pela base da pesquisa-ação, a presente pesquisa está dividida em dois momentos principais: a primeira definida pela imersão no campo como pesquisadora e a construção de relações e vínculos a partir do desenvolvimento da agenda de atividades referentes ao Museu das Remoções nos anos de 2020 e 2021. Esse período foi fundamental para construir um espaço necessário e assumir a posição de colaboradora do museu. Toda essa primeira fase de construção do campo ocorreu remotamente devido à pandemia da COVID-19. Ainda assim, esse período foi de suma importância para a compreensão de como se realizam as atividades em um museu comunitário, não institucionalizado, no qual os colaboradores e gestores atuam de maneira totalmente voluntária, compartilhando conjuntamente as demandas e atividades em busca da manutenção do museu e sua missão na luta do direito à moradia. Como resultado desse primeiro momento, será apresentado o levantamento de atividades referentes ao recorte temporal mencionado.

A segunda etapa de construção da pesquisa refere-se à entrada presencial no campo. As idas até a Vila Autódromo, que iniciaram em fevereiro de 2022, consolidaram não só a relação com o campo, mas a relação afetiva que se estruturou para além da construção do presente estudo. Essa relação questiona alguns posicionamentos que compreendem o lugar do pesquisador como sendo o da neutralidade diante do campo de estudo. Essa questão vem ao encontro justamente do que a pesquisa-ação interpreta como sendo um critério importante para o desenvolvimento local nas pesquisas sociais: as inúmeras possibilidades e formas de relação com todos os atores de pesquisa que constituem o trabalho (DIONNE, 2007).

Foi também nessa etapa que surgiu a percepção conjunta sobre a importância das imagens e do acervo iconográfico do Museu das Remoções para a comunidade da Vila Autódromo. As fotografias em grande parte são de autoria de Luiz Cláudio da Silva, morador da comunidade há 29 anos, cofundador, cogestor do Museu das Remoções e interlocutor direto na construção deste trabalho. O encontro com essas fotografias e o entendimento conjunto sobre o que elas representam para a história da Vila Autódromo e para outras comunidades que passam por processos de remoção levantaram discussões relevantes sobre processos de musealização na sociomuseologia, contribuindo para a democratização do campo por meio das reflexões aqui apresentadas. Essas reflexões foram tecidas de maneira conjunta em torno

de imagens que partem da experiência e vivência dos moradores da Vila Autódromo sobre os processos pelos quais atravessaram. Essa produção de imagens rompe com a relação entre sujeito e objeto na construção do acervo do Museu das Remoções.

No decorrer dos capítulos, as fotografias farão parte do desenvolvimento das reflexões. Elas foram selecionadas pelos interlocutores Luiz Cláudio, Maria da Penha e Nathália Macena como sendo retratos importantes para a história da comunidade, compartilhando e vindo ao encontro da produção de conhecimento aqui proposta, com o objetivo de demonstrar a importância da construção de um conhecimento conjunto, entre pesquisadora e interlocutores de pesquisa, ou seja, diferentes atores sociais sendo responsáveis pelo desenvolvimento do trabalho.

Além das imagens, os relatos dos interlocutores foram de suma importância para o desenvolvimento das discussões². Para essas entrevistas, foi utilizada a categoria metodológica de temas geradores (FREIRE, 1996), com o objetivo de conduzir a conversa de maneira que os próprios interlocutores definissem as informações relevantes no que tange ao conhecimento e ação no mundo. As conversas se apresentaram como uma possibilidade de nos aprofundarmos conjuntamente no conhecimento da realidade vivida concretamente pelos sujeitos, tendo possibilidades de emergir no conhecimento de sua própria condição, de sua própria vida (REIS, 2019).

O segundo capítulo visa estabelecer a análise sobre o recorte em que a história da Vila Autódromo está estabelecida: as disputas urbanas na cidade do Rio de Janeiro, atravessadas pela questão neoliberal na produção do espaço urbano. Em paralelo, observa-se também os atravessamentos da política de remoções nesse contexto como sendo uma constante alternativa na história da cidade para a resolução do “problema favela”. Algumas considerações sobre a importância da interpretação interseccional (GONZALEZ, 1984) sobre esse recorte da produção espacial urbana e suas opressões também será aprofundada.

Dentro desse enredo, será abordado também um pouco das histórias de resistência e luta da Vila Autódromo, desde seu surgimento, em meados dos anos de 1960, até o período dos megaeventos esportivos sediados na cidade do Rio de Janeiro, recorte temporal que a comunidade sofreu de maneira intensa e violenta o período de remoção: 97% da comunidade

² No decorrer dos dois anos de realização da pesquisa, todas as entrevistas foram coletadas oralmente, a partir de conversas espontâneas, roteiros organizados a partir da categoria metodológica de temas geradores (FREIRE, 1996) e trechos também foram coletados de algumas reuniões dos GTs do Museu das Remoções. Geralmente, essas conversas foram gravadas mediante autorização prévia de todos os envolvidos e posteriormente transcritas. Conteúdos disponíveis na internet, sobretudo *lives* que ocorreram no decorrer da pandemia de COVID-19 (2020-2021), também foram de grande valia para a construção do trabalho.

foi removida (BOGADO, 2017a). A importância desse capítulo justifica-se pela necessidade de se construir o entendimento de que o Museu das Remoções surge justamente da luta de uma comunidade pelo direito à moradia em um contexto de cidade atravessada pelas noções neoliberais de produção espacial.

O terceiro capítulo tem como objetivo aprofundar a discussão referente aos diferentes campos da museologia e às disputas existentes na construção das narrativas e discursos entre as diferentes formas de fazer museus (HEITOR, 2021). Nessa contextualização, houve a tentativa de se considerar as diferenças centrais entre a museologia tradicional e outras linhas de pensamento que nascem da abertura de caminhos proposta pela Nova Museologia: movimento que encontra seu início em meados dos anos de 1970, mas que afirma de fato a potência vinda da diversidade de ações no campo no decorrer da década de 1990. A Nova Museologia abre possibilidades que surgem de experiências museológicas distintas. Ainda assim, até hoje esse movimento está em um constante processo de experimentação, que, por sua vez, contribui para o incentivo de práticas museológicas que sejam cada vez mais ativas, democráticas e participativas.

Essa abordagem chama atenção também para a importância de se pensar em processos referentes à descolonização de museus e também para o surgimento de museus comunitários, de território, ecomuseus e outros que coincidem com a superação de algumas estruturas calcadas em tradicionalismos no campo. A proposta do capítulo também parte do interesse de analisar como o Museu das Remoções, seu contexto de nascimento vindo de um território em disputa pelo direito à moradia, sua manutenção no contexto pós-remoção e sua agenda de atividades entre os anos 2020-2022, posiciona-se entre as abordagens e disputas apresentadas e colocadas pelo campo da museologia. Longe de ter o objetivo de dicotomizar os processos museológicos entre tradicionais e progressistas, o objetivo do capítulo também parte do pressuposto de como os museus comunitários podem auxiliar no processo de descolonização de museus tradicionais.

Por fim, o quarto e último capítulo se estende na busca pela compreensão sobre os processos de musealização de museus comunitários, partindo do recorte de experiência e gestão do Museu das Remoções da Vila Autódromo. O interesse conjunto dos diferentes atores sociais que compõem a pesquisa pela análise de imagens foi uma das razões pelas quais as fotografias tornaram-se um caminho de construção de conhecimento conjunto. Nesse processo, as imagens que partem da experiência dos moradores e suas relações com o território da Vila Autódromo foram selecionadas para compor parte do acervo do museu. Essa prática constrói possibilidades de reflexão que superam a relação sujeito-objeto na musealização, propondo possibilidades de

“sulear”³ (STRECK; ADAMS, 2014) a escolha de objetos e acervos para produção de narrativas em museus comunitários. Em paralelo a isso, houve o objetivo de aliar essa percepção de reconfiguração da museologia a partir da experiência do Museu das Remoções, considerando a importância de reinterpretação do campo a partir de lentes decoloniais, uma vez que o Museu das Remoções não possui apenas como missão e valores construir a memória da Vila Autódromo, mas também tornar essa memória um agente motivador para outras comunidades que estejam enfrentando a luta pelo direito à moradia em diferentes contextos e cidades.

A questão decolonial também será instrumento para a análise que será tecida no decorrer da pesquisa, não somente a partir de levantamentos acerca do campo da museologia e como o processo de musealização pode partir de fotografias cujas representações ultrapassam a dicotomia entre sujeito e objeto, mas também como a pesquisa-ação pode operar a partir das lentes decoloniais e as possíveis tensões e desafios ao se aplicar a teoria decolonial. Os interlocutores da presente pesquisa participam ativamente do entendimento sobre o que o atravessamento da decolonialidade propõe para além das teorias desenvolvidas a partir de eixos acadêmicos, por meio da partilha de suas realidades e entendimentos sobre o mundo e suas atuações para a luta da Vila Autódromo e para a gestão do Museu das Remoções. No decorrer da vivência no campo, não cabia discorrer de maneira unilateral sobre a teoria decolonial e suas abordagens e como elas foram apropriadas no decorrer da pesquisa a partir de uma interpretação pessoal sobre a aquisição de conhecimento proporcionado em cada leitura sobre a temática. Na realidade, o movimento da relação bilateral sobre esse recorte foi construído por meio da possibilidade que se mostrava pela abertura em se construir um olhar voltado para o que a questão decolonial representa, a partir de práticas do Museu das Remoções e vivências dos interlocutores de pesquisa. Em várias situações ficava evidente a abordagem da decolonialidade dentro do espaço, das histórias da Vila Autódromo e do museu, por exemplo: um trabalho de catalogação de acervo de imagens ser realizado sem recurso financeiro algum, em que essa catalogação é realizada a partir da gestão de um morador que perdeu sua casa em um processo de remoção, e que também foi o fotógrafo e autor de grande parte das imagens que compõem o acervo.

³ Categoria de pensamento que será abordada posteriormente.

1. PARA A VALORIZAÇÃO DA EXPERIÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO ESTUDO, UMA METODOLOGIA QUE PARTA DESTE LUGAR: REFLEXÕES E PRÁTICAS ENTRE O MUSEU DAS REMOÇÕES E A PESQUISA-AÇÃO

O desenvolvimento da presente pesquisa teve, desde o seu início, a preocupação com a escolha de uma abordagem metodológica que contemplasse o entendimento da importância da partilha do conhecimento e da troca na construção de saberes que podem surgir da relação entre pesquisa, pesquisadora e interlocutores. Ainda que a relação sujeito/objeto esteja sendo cada vez mais questionada e superada no âmbito acadêmico, a construção da troca com um museu de território que nasceu de um violento processo de remoção torna ainda mais latente as contradições existentes em pesquisas estruturadas a partir da premissa da neutralidade.

A necessidade de uma abordagem transversal que leve em consideração tanto os saberes científicos quanto os “saberes do coração” (baseados em experiência e espiritualidade). Importa lembrar que todo projeto realista de desenvolvimento local ou regional deverá se basear numa dinâmica de conexão de todos esses saberes (DIONNE, 2007, p. 124).

Contribuindo para a discussão aqui proposta, Streck e Adams (2014) mencionam que a pesquisa-ação faz parte do conjunto de abordagens metodológicas que se fortalecem na segunda metade do século XX no contexto latino-americano, contribuindo para um movimento que realiza um “giro metodológico”, buscando desenvolver metodologias de cunho participativo e emancipatório para todos os sujeitos envolvidos nessa construção. Ainda além, os autores mencionam que a emergência de novos sujeitos na construção de pesquisas acadêmicas representa uma espécie de “terremoto metodológico”, que questiona, de formas diferentes e a partir de diferentes lugares, a relação sujeito-objeto, trazendo junto à contradição que é posta nessa dicotomia novas formas de ação e outras formas de conhecer e fazer pesquisas.

É no bojo dos espaços de luta dos movimentos sociais que percebemos um nexo entre metodologias participativas de pesquisa, a construção de caminhos de superação da colonialidade, através do desenvolvimento de ações transformadoras, e as práticas de educação popular (STRECK; ADAMS, 2014, p. 40).

A construção de pesquisas originadas em contextos latino-americanos e que têm seu ponto de partida em recortes espaciais e conflitos existentes no Sul Global (SANTOS, 2020) tem optado por metodologias que sejam cada vez mais participativas, compartilhadas com os sujeitos viventes dessas experiências. O objetivo é alcançar a mudança a partir da construção de conhecimentos concebidos de forma conjunta, potencializando os saberes que são produzidos em contexto de opressão e resistência em conflitos latino-americanos, com o

objetivo de “sulear” (STRECK; ADAMS, 2014) abordagens de pesquisa e construções de conhecimento científico.

Tanto a pesquisa como a educação na América Latina estão imbricadas nos condicionantes históricos do colonialismo e, posteriormente, da colonialidade [...] O atual estágio da pesquisa desenvolvida nos movimentos e organizações da sociedade civil de caráter popular procuram conquistar um caminho próprio que possa potencializar os saberes e conhecimentos produzidos em nosso continente. Nessa perspectiva, esse tipo de pesquisa propõe explicitar uma Epistemologia do Sul que embasa uma pesquisa potencializadora dos movimentos emancipatórios para que estes possam melhor cumprir seu papel histórico (STRECK; ADAMS, 2014, p. 32).

Faz-se relevante situar a preocupação com qual é o tipo de conhecimento que a presente pesquisa visa fomentar e contribuir. Não é o conhecimento de suportes e reflexões bibliográficas cujos fins justificam o desenvolvimento unicamente teórico da área de atuação em que está estabelecida, que aqui no caso é a museologia. Houve, durante o percurso de construção de pesquisa, a preocupação de unir esse conhecimento teórico ao pilar da experiência proporcionada pela vivência dos cogestores, cofundadores do Museu das Remoções e moradores da Vila Autódromo, ao trazer de suas memórias um pouco do entendimento do que foi para eles o processo de remoção e resistência da comunidade. Além do que as memórias proporcionam para a produção deste trabalho, também ocorreu a troca sobre como funciona um museu comunitário, não institucionalizado, na prática. Entender como é feita a gestão e como as atividades são organizadas de acordo com a missão e valores do museu também foi central na produção de saber proporcionado por essa troca.

A proposta de descolonização do conhecimento propõe aprender que existe o sul, aprender a ir para o sul, aprender a partir do sul e com o sul. Trata-se da descolonização do ser, do saber e do poder, partindo da postura crítica, e não passiva, frente às epistemologias do norte que se caracterizam pela monocultura do saber científico que desclassifica outras possibilidades de conhecimento [...] o sulear implica o compromisso com a luta pela emancipação de grupos marginalizados e povos colonizados (STRECK; ADAMS, 2014, p. 36).

Para além de um museu comunitário, o Museu das Remoções é um movimento social que surge no bojo das estratégias de resistência da Vila Autódromo diante de uma política habitacional que coloca a remoção como parâmetro para se construir uma cidade voltada para as prioridades e demandas do capital, como se verá posteriormente, no decorrer do segundo capítulo. É a partir desse lugar de experiência comum entre os interlocutores que nasce o Museu das Remoções. É dentro desse atravessamento íntimo, subjetivo, atravessado pela violência e conflito da luta na questão habitacional que surge esse museu de território, bem como sua sucessiva gestão e manutenção no decorrer dos anos seguintes à sua inauguração.

Reconhecem-se os movimentos sociais pela presença, em menor ou maior escala, de alguns elementos típicos, tais como: eles rompem os limites do estabelecido pelos segmentos dominantes, em relação ao que seja permitido pensar, dizer, sonhar e fazer;

quando são portadores de projetos mais abrangentes de transformação, desafiam os limites da legalidade e, em contrapartida, a interpretação dominante tentará sempre deslegitimar e até criminalizar esses movimentos (STRECK; ADAMS, 2014, p. 41).

O que esse museu tem a nos contar no que diz respeito à importância do papel das vivências e protagonismos na construção de narrativas e discursos? Como a museologia pode recorrer ao contexto da luta da Vila Autódromo e do exemplo do Museu das Remoções, que vem de um processo que se manifesta sobretudo pela ciência da prática, para descolonizar a museologia tradicional? Um posicionamento metodológico tradicional não daria conta de explicar a potência desse museu, não só para os moradores que ficaram na comunidade, mas também para outros museus comunitários, outras comunidades ameaçadas de remoção e outros museus que têm trabalhado a importância da premissa de descolonizar-se.

É caminhando por esse lugar da dialética entre teoria, prática e união de saberes que a pesquisa-ação tornou-se uma potente ferramenta de construção de um estudo que se posiciona como um modo de ação que pressupõe uma postura ética. Antes de ser apenas uma forma de se desenvolver a pesquisa, ela é uma base epistemológica e atitude ético-política (STRECK; ADAMS, 2014). Um posicionamento que eu, enquanto pesquisadora, escolhi ao me colocar à disposição dos próprios atores envolvidos e engajados em uma estratégia de desenvolvimento local (DIONNE, 2007) já existente na história da Vila Autódromo.

Em sintonia com uma ótica epistemológica do sul, o caminho investigativo de pesquisas participativas se caracteriza como uma metodologia mais flexível, propondo a articulação entre conhecimento e ação, com intencionalidade emancipadora no sentido de contribuir para captar a dinâmica dos movimentos da sociedade com proposta emancipadora, no atual contexto. Ou seja, as metodologias participativas de investigação não se limitam a ser meros instrumentos, mas referem-se ao modo como enfocamos os problemas e à maneira pela qual buscamos respostas para eles (STRECK; ADAMS, 2014, p. 46).

Trabalhar a partir dessa ideia dialética entre teoria e prática está longe de ser uma ferramenta de construção perfeita, idílica, sem contradições e desafios. Ainda assim, essa base metodológica proporciona a construção de uma pesquisa cada vez mais participativa, ao passo que se distancia do abismo deixado pela relação sujeito/objeto.

Sendo assim, a pesquisa-ação foi selecionada para ser a base metodológica da pesquisa justamente por fornecer instrumentos importantes para a construção de um trabalho acadêmico que tem por objetivo ultrapassar os muros acadêmicos no que tange à essa relação entre teoria e prática, na qual a primeira se sobrepõe à segunda. Ainda além, um segundo ponto que justifica a escolha dessa forma alternativa à pesquisa tradicional parte do incômodo da tradição positivista que nos acostumou ao “distanciamento” do pesquisador ao recorte de estudo, como uma espécie de “dosagem” de imersão. Ao contrário, as abordagens globais de análise têm

salientado a importância da percepção dos aspectos mais fenomenológicos e baseados na experiência nos modos de lidar com o real (DIONNE, 2007).

A pesquisa-ação se baseia em um tipo de abertura holística, que procura se manter ao mesmo tempo na reflexão e na ação. Em última instância, contribui-se para elaborar uma ciência da práxis construída pelos próprios atores, procedimento que vai além da dinâmica associativa entre pesquisador e ator. Critica-se toda divisão do trabalho intelectual que desvaloriza os saberes baseados na experiência vivida e os saberes socialmente engajados (DIONNE, 2007, p. 20).

As teorias só fazem sentido ao serem colocadas à disposição da densidade da prática. Para além de oferecer reflexões a partir de práticas do Museu das Remoções, a presente pesquisa se esforçou para contribuir para a discussão sobre a importância de “romper” com um modo de pesquisa fortemente ancorado nos pilares da modernidade (DIONNE, 2007), a partir de um modo de “fazer museu” (HEITOR, 2021) diferente da museologia de caráter tradicional, em que a relação sujeito/objeto é forjada e estruturada, impedindo outras formas de construir narrativas, histórias e memórias baseadas na experiência vivida. Nesse caso, a musealização de objetos também se estrutura dessa forma. A disputa pela narrativa de contar a própria história, de ser protagonista na construção da própria memória e ser responsável pelas escolhas e enquadramentos dessas memórias a partir da seleção de objetos nos processos de musealização caracterizam possibilidades de romper com a estrutura posta pela museologia tradicional, que forja a relação sujeito/objeto.

São muitas as práticas que decorrem da compartimentalização do conhecimento e reproduzem a dualidade entre seres humanos considerados sujeitos (os que sabem e, portanto, “têm autoridade” para transmitir aos outros) e pessoas tratadas como objetos passivos que ignoram e, por isso mesmo, devem receber o saber de quem o possui. Esse é o modelo sociocultural enraizado numa visão epistemológica egocêntrica, autoritária e grosseiramente equivocada em seus fundamentos filosófico-científicos (ZITKOSKI; LEMES, 2015, p. 4).

Sendo assim, a escolha pela pesquisa-ação partiu do desejo de contribuir para a produção de saberes que permitem questionar a relação da ciência teórica se sobrepondo à ação dentro dos fazeres museológicos a partir do nascimento, cotidiano, manutenção, atividades e processos de musealização do Museu das Remoções da Vila Autódromo. Caminhando a partir da pesquisa-ação como um ponto de partida metodológico, buscou-se, no decorrer desses dois anos de pesquisa, consolidar formas e reflexões sobre construir a própria ação como sendo o lugar de desenvolvimento de ideias e possibilidades de desenvolvimento científico, utilizando dessa metodologia participativa para sustentar o apoio à linha da Nova Museologia, cujo discurso possibilita a democratização do campo, estendendo-se a favelas, comunidades e territórios populares.

A própria ação é o lugar de desenvolvimento da ciência, ao passo que o pesquisador elabora seu questionamento (objeto, suporte teórico, problemática) no próprio coração da ação (DIONNE, 2007). Nesse sentido, a escolha pela pesquisa-ação na atuação com o Museu das Remoções da Vila Autódromo surge como uma possibilidade de compreender a produção de conhecimento, a produção da memória e da história dentro de uma arena de disputas. Partindo dessa percepção, a pesquisa tem o objetivo central de elaborar novos conhecimentos no campo da museologia e da história a partir da partilha sobre a interpretação da realidade com os interlocutores que auxiliaram no desenvolvimento do trabalho. Dessa relação entre pesquisadora e interlocutores de pesquisa, o objetivo é que o trabalho possa, de alguma forma, contribuir para o rompimento de alguns paradigmas científicos que produzem o conhecimento ainda de forma engessada e sem a valorização da experiência dos envolvidos, forjando uma estrutura dicotômica entre sujeitos e objetos.

O conhecimento não é petrificado, nem eterno, porque o homem produz história constantemente e história é movimento — situações mudam. Novas questões se põem, gerando processos emancipatórios (STRECK; ADAMS, 2014, p. 12).

Construir a imersão do campo a partir dessa base metodológica foi fundamental devido ao fato de que os interlocutores que desenvolveram esta pesquisa de maneira conjunta já possuíam experiências anteriores com esse tipo de troca e abordagem, vide o Plano Popular da Vila Autódromo e outras estratégias de resistência que serão mencionadas no decorrer do trabalho, considerando também o próprio nascimento do Museu das Remoções, que é fruto de uma pesquisa-ação. Sendo assim, a pesquisa foi desenvolvida a partir do interesse em observar, refletir e produzir conhecimentos que ocorrem quando se deseja compartilhar a pesquisa com pessoas e grupos com interesses e linguagens diferentes, permitindo a manifestação da criatividade (STRECK; ADAMS, 2014).

O processo participativo na dinâmica da pesquisa estimula a postura de sujeitos ativos reconhecendo e reforçando seu papel protagonista na produção do espaço sociocultural, onde o conhecimento já não busca mais a certeza, mas a criatividade. E esta é fundamental para libertar-se das heranças da colonialidade (STRECK; ADAMS, 2014, p. 47).

A elaboração e a partilha dos conhecimentos ocorreram em relações de convivência que incitaram, ao mesmo tempo, a pesquisadora a mapear os conhecimentos derivados da ação e o ator a contribuir diretamente para a produção de conhecimentos (DIONNE, 2007). Essa estrutura de pesquisa foi definida com o objetivo de romper com padrões clássicos de pesquisa, engessados, e surge por meio da ação, de uma problema real, que aqui, nesse recorte, diz muito sobre o papel da memória e das estratégias de resistência imateriais, simbólicas e subjetivas nos conflitos decorrentes da disputa pelo direito à moradia.

O trabalho de pesquisa-ação é um trabalho de equipe. Tal equipe constitui um conjunto de atores sociais implicados na modificação de uma situação, ao desenvolverem estratégias de ação com duração limitada e abrangência delimitada. A estratégia é dupla: de um lado, uma estratégia de pesquisa ou estratégia cognitiva, e de outro, uma estratégia de ação ou estratégia prática (DIONNE, 2007, p. 36).

Entre os pilares centrais que sustentam a pesquisa-ação para além da relação entre pesquisadores e interlocutores de pesquisa na construção do conhecimento gerado, está, de acordo com Dionne (2007), a ideia de “modificar” uma situação social ou psicossocial a partir da intervenção. Entretanto, a pesquisa, no decorrer de seu desenvolvimento, não se posicionou dessa forma. O Museu das Remoções nasceu em 2016 com o objetivo de ser e se manifestar como uma das várias estratégias de resistência que foram adotadas pela Vila Autódromo contra a política de remoção no decorrer da história da comunidade, como será devidamente abordado adiante. A entrada no campo, em meados de 2020, já encontrou uma estrutura de participação coletiva consolidada, com missão e valores estabelecidos, não encontrando nada a se modificar, e sim entrar em um movimento para somar e atuar a partir de uma agenda que já estava sendo construída pelos gestores, apoiadores e colaboradores do museu.

Na pesquisa-ação, o pesquisador desempenha um papel importante na aplicação do procedimento de pesquisa, análise e interpretação dos resultados, mas não detém o monopólio. Existe o compartilhamento do conhecimento com os demais participantes do processo e garantem-se aos participantes-atores a manifestação de suas expectativas e uma total liberdade de expressão (DIONNE, 2007, p. 12).

Ainda que uma das premissas do Museu das Remoções seja considerar cotidianamente o fluxo de mudança, de modo que esteja sempre em concordância com a situação da comunidade no momento, o objetivo foi entrar em um fluxo de atividades já estabelecido pelos envolvidos e auxiliar, dentro do que fosse possível e estipulado coletivamente pelos apoiadores, colaboradores e gestores do museu, no desenvolvimento dessa agenda, colocando-me à disposição de um movimento muito maior de transformação social já existente na comunidade, que decorre de um extenso processo de resistência pela permanência, como será visto posteriormente.

Foi esse envolvimento que levantou o interesse e verificou a necessidade de se compreender mais sobre o processo de musealização dentro do Museu das Remoções, sobretudo no que diz respeito ao acervo fotográfico e como as imagens partem da experiência vivida dos moradores, contribuindo para a reflexão da importância da superação da dicotomia sujeito/objeto para uma museologia que seja ativa, democrática e participativa.

Eu falo por mim. Eu não tinha noção do que era um acervo. Eu não tinha noção do que era um museu, principalmente um museu da museologia social. Então, assim, eu tô aprendendo cada dia que passa. Eu comecei a aprender dentro da luta e com a criação do museu, o que é realmente um museu. E a importância assim, da museologia social, que me despertou muito, e cada dia que passa eu aprendo mais. E a diferença

dos museus, que o museu tradicional, que só conta a história de quem tem o capital, quem foi alguém importante né. E eu percebo que nesses dois museus, as diferenças. Que eu acho que isso é importante. Com a criação da museologia social, dá pra se perceber que o pobre, o trabalhador, o negro, o índio, pode contar a sua própria história. Os povos originários estão começando a contar suas próprias histórias, coisa que era contada por terceiros. E que nem conhecia sua história de verdade. Então acho que a museologia social traz essa capacidade belíssima da gente poder falar, da gente poder construir nossa história e preservar nossa memória. Então é fundamental e eu tô aprendendo cada vez mais, acho que isso é muito bom e que toda favela tinha que ter um museu social. Que é pra gente poder contar cada vez melhor a nossa própria história (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).⁴

1.1 Entrada no campo: atividades do Museu das Remoções em tempos pandêmicos — o papel da internet nesse primeiro contato

O desenvolvimento do estudo nessa primeira fase foi caracterizado por um “tempo espiral”, frequentemente identificado em processos de pesquisa-ação (DIONNE, 2007). Isso ocorreu sobretudo por ter sido um trabalho acadêmico que iniciou seu desenvolvimento e inserção no campo, que aqui, no caso, refere-se à imersão e presença cotidiana nas atividades do Museu das Remoções em tempos pandêmicos. Nesse primeiro momento, que ocorreu no primeiro semestre de 2020 e se estendeu até fevereiro de 2022, o uso da internet foi uma ferramenta fundamental na construção do vínculo com colaboradores, apoiadores e gestores do museu.

A imersão iniciou com o contato e meu interesse em compreender mais sobre a gestão de um museu comunitário. Identifiquei-me com a proposta, apresentei-me como pesquisadora com experiência na área de museologia, mas fortemente interessada e disponível para participar das atividades de um museu comunitário cujo nascimento parte da museologia social. Tive uma primeira reunião com as cogestoras e cofundadoras Nathália Macena e Diana Bogado. Após essa primeira apresentação, fui incluída sem muita demora nos grupos referentes à gestão do museu e aos GTs (Grupos de Trabalho) de atividades. Por meio de um recebimento atencioso, sincero e, em uma primeira impressão, de muito afeto, passei, aos poucos, a me colocar disponível para auxílio na execução e elaboração da agenda de atividades do Museu das Remoções. No decorrer desses dois anos, atividades online e presenciais foram realizadas, e faz parte da apresentação de resultados o levantamento das atividades realizadas no Museu das Remoções nesse recorte de tempo.

Esse período foi marcante no desenvolvimento da pesquisa pelo fato de ter aberto a possibilidade de atuação no campo a partir de dois lugares distintos, tanto de pesquisadora, como de apoiadora da luta da Vila Autódromo a partir da colaboração voluntária nas atividades

⁴ Entrevista cedida em 11 de agosto de 2022.

do Museu das Remoções. Esse “posto” de colaboradora envolveu a abertura e disponibilidade de ambas as partes envolvidas, em uma construção de afeto que era cultivada recorrentemente. Essa relação também foi atravessada pela disponibilidade para o envolvimento com as questões referentes ao museu sem utilizar do olhar antropológico de observação participante. A imersão no processo de construção do passado da Vila Autódromo por meio dos olhos e experiências dos gestores do Museu das Remoções materializa-se sobretudo a partir da percepção do esforço do museu para fornecer apoio às lutas pelo direito à moradia no presente. Essa percepção foi sendo construída a cada participação técnica em eventos e atividades referentes ao museu.

O envolvimento a partir da dinâmica do ser afetado (FAVRET-SAADA, 2005) influenciou todas essas vivências, que atravessaram e ainda atravessam um modo circular (DIONNE, 2007), em que a atuação e as problemáticas se mostram de forma não linear. Estar em um movimento de pesquisa-ação em um museu comunitário como o Museu das Remoções não é ter o controle sobre o tempo e as atividades, mas estar disponível, estar à disposição dos próprios atores para fortalecer as decisões e fornecer apoio ao que for escolhido coletivamente para a resolução de possíveis problemas e imprevistos.

Quando a metodologia é participativa, e especialmente no caso da aplicação da pesquisa-ação, tal linearidade é frequentemente contestada na prática. A previsibilidade do que acontece na interação dos atores é mais aleatória do que no caso de um planejamento hierarquizado. Idas e voltas são sempre necessárias [...] Além da questão da linearidade, o planejamento também é visto de modo circular. Várias sequências são articuladas em ciclos que “rodam”, trazendo, a cada vez que se completa uma rotação, diversas melhorias à ação e ou acréscimos de conhecimento que serão ponto de partida para um novo ciclo (DIONNE, 2007, p. 13).

O entendimento sobre o modo circular que rege o tempo de uma pesquisa que se ancora na ação também atravessa questões referentes à seleção da problemática de estudo. A proposta deste trabalho não tem como objetivo discorrer acerca de uma problemática central, mas de pontos centrais nos quais houve uma atuação ativa, visando tornar as atividades do museu, que são desenvolvidas coletivamente e de maneira horizontal, mais fluidas e que tenham o objetivo de distribuir as atividades igualmente, dentro do possível, para todos os envolvidos, uma vez que o museu conta com o apoio de moradores e apoiadores que executam esse trabalho de maneira voluntária.

Na pesquisa-ação, o levantamento de ideias individuais e coletivas ocorre por meio de uma técnica que estimula a criatividade para encontrar as melhores soluções. De tipo intuitivo, ou heurístico, tais soluções não são de ordem lógica. São achadas por intuição, por criatividade coletiva, ou por experiência adquirida pelos grupos (DIONNE, 2007, p. 15).

A opção por essa base metodológica partiu, também, do interesse em construir com flexibilidade, respeitando a espontaneidade e tempo do desenvolvimento da relação entre

pesquisadora, atores sociais e interlocutores de pesquisa. Essa construção se deu, basicamente, por meio das seguintes etapas: primeiramente, a partir da abordagem inicial via internet, na qual ocorreu uma primeira apresentação como pesquisadora. Em seguida, a construção do papel de apoiadora da comunidade Vila Autódromo a partir do entendimento inicial da proposta do Museu das Remoções por meio da atuação e participação como colaboradora, também online. Por fim, após o segundo ano, em um período pós-vacinação da COVID-19, a colaboração presencial na agenda de atividades, tendo como foco central o estreitamento dos laços iniciados online e também uma abordagem voltada à análise do acervo imagético e sua importância não só para o Museu das Remoções, mas para outros museus comunitários, tradicionais e para a luta do direito à moradia como um todo.

Sendo assim, a troca com os interlocutores da pesquisa e a própria construção como pesquisadora/apoiadora/colaboradora nesse processo também foi central para a construção do estudo. Tornar-se colaboradora e estar disponível para a agenda do museu também direcionou a importância de estar em um movimento já existente para compreender e mapear, conjuntamente, quais as questões e reflexões poderiam ser levantadas, visando à melhora na atuação do museu ao exercer suas atividades. Por fim, por meio desse fluxo como apoiadora, surge também o entendimento de como o Museu das Remoções traz a urgência de pensarmos, a partir de sua missão, valores, nascimento e agenda, a compreensão para o campo da museologia pelas lentes decoloniais.

Ainda sobre Dionne (2007), o autor menciona que, no desenvolvimento da pesquisa-ação, o pesquisador elabora seu questionamento, objeto, suporte teórico e problemática no próprio coração da ação. Nesse contexto, as atividades cotidianas no museu possibilitaram a identificação de pontos que poderiam ser interessantes de serem melhor desenvolvidos em conjunto. Todos compartilham, a partir de papéis e posições distintas, o protagonismo no desvelamento e na pronúncia do mundo (STRECK; ADAMS, 2014).

O pensamento e a pesquisa pedagógica emancipadora respalda a argumentação sobre a epistemologia do sul. Acreditamos que essa opção nos agrega uma identidade ética, cultural e política em torno de métodos de produção de conhecimento e de educação capazes de fortalecer os diversos movimentos da sociedade que contribuem efetivamente para um processo de emancipação social (STRECK; ADAMS, 2014, p. 32).

Essa escolha pôde atribuir potências e incentivos de percepção na própria comunidade e gestores do museu ao construir reflexões sobre o papel do acervo iconográfico para o Museu das Remoções e para o processo de resistência da Vila Autódromo como um todo. Para além da identificação do acervo iconográfico como central nas discussões que aqui serão propostas, busca-se trilhar um caminho de reflexão importante para museus institucionalizados que estão

em processo de reconfigurar suas percepções no que tange à relação sujeito/objeto presente em seus acervos e coleções, desenvolvendo uma postura ativa frente à razão projetada nas alteridades excluídas pelas correntes eurocêntricas (STRECK; ADAMS, 2014, p. 37). Ou seja, a iniciativa do Museu das Remoções representa esse movimento para a museologia e para o exercício dessa área no que diz respeito aos processos de descolonização. No entanto, também atua ativamente, sendo um agente motivador para a transformação social nos territórios cujas histórias são comuns, podendo ser inspiração e referência na atuação da luta pelo direito à moradia.

O lugar da internet nesse primeiro momento de iniciação ao campo foi fundamental. Ainda que atravessados por uma pandemia mundial, houve um esforço por parte dos gestores, fundadores e colaboradores do Museu das Remoções em continuar, dentro do possível para as realidades de cada ator social inserido naquele contexto, as atividades e manutenção dos projetos que ali estavam sendo desenvolvidos. No momento em que fui inserida no grupo de WhatsApp do museu, já percebi a fluidez com que as atividades eram definidas e o diálogo para definição de quem assumiria aquela atividade, de maneira voluntária e horizontal. Rapidamente me senti à vontade para assumir algumas atividades de organização referentes ao GT do livro do Museu das Remoções da Vila Autódromo — projeto que pretende escrever um livro com a história de resistência da comunidade, desde seu início até o nascimento do Museu das Remoções. Para além dos GTs, que se desenvolviam a partir de reuniões semanais ou quinzenais, a participação dos cofundadores e colaboradores em eventos acadêmicos, congressos e simpósios também foi uma constante nesse primeiro momento, que contempla o decorrer do ano de 2020 e 2021.

Aos poucos, fui participando cada vez mais de uma dinâmica e rotina de museu que já estava estruturada e consolidada, corroborando para sua manutenção e gestão diante das novas possibilidades de atuação que a agenda do museu proporcionava naquele momento, atravessado pelo distanciamento social e físico que o contexto sanitário exigia.



Figura 1 – Mapeamento de atividades do Museu das Remoções de 2020 a 2022. Parte 1.

Fonte: A autora.

Dos projetos que foram concretizados no decorrer desses dois anos online, cabe mencionar a abertura de uma exposição virtual no site do Museu das Remoções, com a participação de comunidades que passaram e passam por histórias e contextos similares aos de opressão e remoção que a Vila Autódromo enfrentou no recorte da pandemia da COVID-19. A exposição “Nossa Casa, Nossa História”⁵ contou com a participação das comunidades de Vila da Major (RJ), Vila Prudente (SP), Canelatiua (MA), São Rafael (PB), Banhado (SP) e Horto (RJ). A partilha de histórias em comum, no contexto da resistência da luta pelo direito à moradia, é uma ferramenta que auxilia no processo de resistir por meio do apoio, acolhimento e identificação de histórias comuns.

Nesse contexto, a história da Vila Autódromo e o surgimento do Museu das Remoções tornam-se, em muitos casos, apoio e incentivo a partir da inspiração, ao afirmar, por meio de sua história, a possibilidade de permanência de moradores em territórios ameaçados de remoção. Outras ações de partilha e diálogo com comunidades que enfrentam as políticas remocionistas no contexto pandêmico ocorreu por intermédio das “lives com as comunidades”.

⁵ Disponível em: <https://musedasremoco.es.com/nossa-casa-nossa-historia/>. Acesso em: 11 set. 2022.

Esta atividade foi gerida pelo Museu das Remoções, na qual líderes e representantes das comunidades convidadas puderam partilhar um pouco sobre suas histórias e os contextos que ali estavam vivendo, podendo construir, juntamente com moradores da Vila Autódromo e colaboradores do Museu das Remoções, a tentativa do suporte emocional necessário, por meio da identificação de histórias de outras comunidades e da noção de pertencimento que a conversa por vezes desenvolve. Para além disso, o canal do Museu das Remoções no Youtube⁶ e no Instagram⁷ possibilitam a divulgação dessas histórias de luta e resistência.

Sendo assim, o papel da internet foi fundamental nesse primeiro contato. Tão importante que foi classificado como sendo uma das fases de construção dessa relação com o Museu das Remoções da Vila Autódromo. O fluxo orgânico de participação nas atividades permitiu adentrar em um movimento que já existia, a partir de uma recepção afetiva, sobretudo dos moradores da comunidade, que também são interlocutores da presente pesquisa, como se verá adiante.

Felizmente ou infelizmente a gente tá caminhando pra essa era cada vez mais tecnológica, digital. Tem profissões que não vão existir daqui 20 anos. Então eu acho que uma coisa que não pode se perder aqui, que é uma das características do MdR mas também dos museus de território é isso que estamos fazendo aqui hoje. É essa transmissão, essa oralidade através da fala né, que a gente não deixe que a tecnologia tome esse lugar (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).⁸

Apesar de reconhecer e enfatizar a importância da internet não só para o vínculo e desenvolvimento da presente pesquisa, mas para o alcance das atividades do Museu das Remoções, a fase posterior do trabalho, referente aos encontros presenciais na comunidade, fortaleceram um laço que o lugar da internet jamais poderia suprir. Esse espaço da presença física, inclusive, é a das razões nas quais a Vila Autódromo e os moradores que resistiram e permaneceram na comunidade são constantemente lembrados por quem já fez ou faz parte dessa dinâmica da luta pelo direito à moradia: o lugar do afeto, do cuidado e da alegria, que só pode ser sentida e percebida de fato quando se passa a frequentar presencialmente a comunidade. É, inclusive, nesse exercício de partilha de situações nos bons encontros (DELEUZE, 2002) que toda a história de resistência da comunidade da Vila Autódromo está vinculada. Esse recorte da construção de afeto com os moradores e com a história da comunidade — que aqui relaciona-se diretamente com as atividades do Museu das Remoções —, só foi possível de ser sentido de fato no decorrer dos encontros presenciais.

⁶ Disponível em: <https://www.youtube.com/c/MuseudasRemo%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 12 set. 2022.

⁷ Disponível em: <https://www.facebook.com/museudasremocoes>. Acesso em: 12 set. 2022.

⁸ Entrevista cedida em 11 de agosto de 2022.

1.2 A consolidação dos laços a partir dos encontros presenciais: os afetos permeiam a pesquisa

A fase inicial da pesquisa contemplou a imersão no campo a partir das atividades do Museu das Remoções remotamente, como foi visto. Essa etapa foi fundamental para construir a atuação de maneira participante, não apenas como pesquisadora, mas enquanto apoiadora da Vila Autódromo e colaboradora da agenda de atividades do museu. Ainda assim, a etapa presencial, que teve início no primeiro semestre de 2022, trouxe algumas reflexões no que diz respeito às contradições presentes na premissa posta que defende o papel de neutralidade do pesquisador ao se debruçar no campo de pesquisa.

Foi com o movimento popular e a pesquisa participante que, na América Latina, a suposta neutralidade científica passou a ser denunciada não apenas como impossível, mas como um posicionamento velado a favor dos dominantes. Parte-se do pressuposto de que na sociedade existem interesses diferentes, alguns deles antagônicos, e que o discurso da neutralidade mascara essa realidade. Dito de outra forma, envolver-se em pesquisa significa “tomar partido” por projetos de sociedade e por visões de mundo que, em última instância, definem-se no campo político através das relações de poder. A não neutralidade significa ter consciência dos grupos sociais e dos lados do jogo político cuja ação se deseja potencializar através da pesquisa (STRECK; ADAMS, 2014, p. 112).

A primeira vez que estive na Vila Autódromo foi em fevereiro de 2022. Encontrei com a museóloga, apoiadora e colaboradora do Museu das Remoções, Lia Peixinho, e seguimos juntas em direção à comunidade. Uma das impressões que ficou, nesse primeiro contato, foi o lugar da receptividade, do acolhimento e do vínculo a partir de uma forma de se expressar muito amorosa, vinda, sobretudo, de algumas das mulheres que permanecem na comunidade e que são interlocutoras diretas na construção desta pesquisa.

Essa primeira impressão forneceu possibilidades para se pensar no questionamento da neutralidade, que, para determinadas metodologias e técnicas de pesquisa, deveria se cumprir na construção deste estudo. Maria da Penha Macena, mais conhecida como Dona Penha, Nathália Macena, atriz de formação e filha de Penha e Luiz Cláudio — professor de Educação Física e autor de grande parte das imagens e fotografias que fazem parte do acervo iconográfico do museu —, Sandra Maria, moradora da comunidade e historiadora, e Dona Antônia, mãe da Dona Penha, que não participa diretamente e ativamente das atividades do Museu das Remoções, mas sempre representou pra mim uma presença muito marcante e agradável nas vezes que estive na Vila Autódromo. Inclusive, todas as vezes em que estive na comunidade houve o interesse mútuo de compartilhar, confraternizar e construir a relação para além dos eixos destinados ao desenvolvimento da pesquisa, sendo justamente um trabalho com pessoas e não apenas sobre elas (LACAZ; PASSOS; LOUZADA, 2013). Vindo ao encontro da percepção de que as histórias e experiências compartilhadas nessa pesquisa também atravessam

as vivências dos envolvidos, cabe traçar um paralelo percorrendo brevemente sobre a trajetória de cada um dos moradores e cogestores e cofundadores do museu, atuantes ativos no presente trabalho. Vale também enfatizar que os parágrafos que seguem foram escritos pelos próprios interlocutores.

Luiz Claudio da Silva tem 60 anos, nascido no Rio de Janeiro, filho de mãe solteira e doméstica, sempre estudou em escolas públicas, cresceu como a maioria das crianças de periferia. Durante a adolescência até a fase adulta morou na favela da Rocinha. Em 1994, se mudou com sua família para a comunidade Vila Autódromo (Jacarepaguá), onde reside até hoje. Participou ativamente do processo de resistência para continuar na Vila Autódromo durante as remoções, é cofundador e cogestor do Museu das Remoções. É autor de um extenso acervo fotográfico com registros da vida na Vila Autódromo antes, durante e depois das remoções. Suas fotografias compõem a maior coleção do Museu das Remoções em termos quantitativos. Os registros compõem duas exposições desenvolvidas por Luiz: "Vila por ela mesma" e "Imagens de Memória e Luta" (desenvolvida em parceria com Priscila Carvalho e Rodolfo Teixeira). Além disso, seus registros já passaram por exposições de museus nacionais e internacionais. Luiz é graduado em Educação Física (Bacharelado e Licenciatura), com Pós-Graduação em Gestão e Marketing de Academia.

Maria da Penha Macena tem 57 anos, nascida na Paraíba, se mudou para o Rio de Janeiro aos sete anos e foi morar na favela da Rocinha, onde ficou até a fase adulta. Na década de 1990 se mudou com sua família para a Vila Autódromo (Jacarepaguá), lutou bravamente para permanecer na comunidade durante as remoções, teve sua casa demolida no Dia Internacional da Mulher, em 08 de março de 2016, ficou na rua com os seus pertences, se refugiando na Igreja São José Operário e foi acolhida por vizinhos e amigos. Se manteve firme na luta, tornando-se um símbolo de resistência pelo direito à moradia e à cidade. Em 2016, recebeu o Diploma de Mulher Cidadã concedido pela ALERJ, no mesmo ano foi convidada para participar da Conferência de Direitos Humanos na ONU, em Genebra (Suíça), também participou do Fórum sobre Megaeventos Esportivos e Direitos Humanos, em Washington D.C. É cofundadora e cogestora do Museu das Remoções, frequentemente é convidada para palestrar sobre sua história de luta, superação e resiliência.

Nathalia Macena da Silva tem 36 anos, nascida na favela da Rocinha, aos sete anos foi morar na comunidade Vila Autódromo em Jacarepaguá com sua família, onde reside até hoje. Durante o processo de remoção da Vila Autódromo foi muito participativa nos atos em defesa da comunidade, compreendendo seu direito de morar e permanecer naquele território. É cofundadora e cogestora do Museu das Remoções e sabe da importância deste museu enquanto

instrumento de luta. É atriz/artista, graduada em Atuação Cênica pela UNIRIO. Em 2018, criou sua primeira performance Casa/Corpo em Construção, processo de pesquisa oriunda da disciplina “Performance no Museu”, ministrada no Museu de Arte do Rio, através do curso de Pós-Graduação em Artes da Cena da UFRJ. É cofundadora do coletivo teatral Por um Triz, atualmente tem apresentado a cena “Penha”, trabalho que está em processo de construção para se tornar um espetáculo, no qual, o tema principal são as remoções e a preservação de memórias individuais e coletivas.

Inclui-se, nesse contexto, a retomada das atividades culturais na comunidade. Fui convidada por Nathália, que tornou-se uma grande amiga no decorrer da vivência como colaboradora do Museu das Remoções, a uma cena apresentada pela atriz e moradora da Vila Autódromo, Nathália Macena. Ocasionalmente, nesses encontros, ocorriam também reuniões, conversas e trocas sobre a gestão do Museu das Remoções e seus desafios. Sendo assim, estar no lugar de colaboradora do museu a partir do apoio e execução das suas atividades passou a entrelaçar-se com os caminhos de construção da pesquisa e com o lugar de pesquisadora. A noção de comunidade em que fui incluída, tendo em vista essa abertura e disponibilidade afetiva por parte dos moradores, a partilha de cada almoço, as conversas que construíram o sentimento de familiaridade em meio às discussões sobre as atividades do museu, desenvolveram uma relação de proximidade que transcendeu o sentido engessado da pesquisa acadêmica. Trata-se, portanto, de afirmar um outro modo de pesquisar que escapa das formatações prontas e que nos possibilita sair do lugar “arrumado” do cientista para nos misturar com o campo (LACAZ; PASSOS; LOUZADA, 2013).

A construção do afeto entre os diferentes atores sociais envolvidos neste trabalho construiu um percurso de vivência muito bonito, justamente por ter ultrapassado a dinâmica de produção de pesquisa, estendendo-se a outras possibilidades de se cultivar a relação que estava sendo desenvolvida a partir do estudo, mas certamente para além dele.

Estabelecer relações com estudantes e pesquisadores a partir do afeto, do cuidado e do carinho é uma marca registrada em algumas pesquisas acadêmicas e é uma característica identificada entre a experiência de pesquisadores que já contribuíram para a luta da Vila Autódromo ou para as atividades do museu de alguma forma. Essa receptividade questionou, em muitos lugares, o papel enrijecido, engessado e neutro que se julga que um pesquisador precisa ter para construir seu trabalho. Os dois anos de construção e desenvolvimento da pesquisa vieram com muitas outras situações, momentos vividos e partilha de experiências que ultrapassaram os muros da academia, uma vez que a relação de afeto contradiz a objetividade acadêmica que pressupõe a posição de pesquisador. Sendo assim, as coordenadas de estudo

foram priorizadas a partir de caminhos que consideram a valorização da experiência e do cotidiano (LACAZ; PASSOS; LOUZADA, 2013) para compreender mais sobre as atividades do Museu das Remoções e poder atuar ativamente de alguma forma, não apenas como pesquisadora, mas enquanto apoiadora e colaboradora.

A dúvida manifestada por vários pesquisadores quanto à pesquisa-ação, se origina numa percepção positivista de pesquisa, para a qual a única boa pesquisa será aquela que inibir toda presença ideológica do pesquisador, em prol da objetividade para com o objeto de pesquisa. As perspectivas mais globais das abordagens fenomenológicas baseadas em experiências são úteis para amenizar os efeitos perversos de uma ruptura epistemológica bastante ilusória (DIONNE, 2007, p. 32).

Portanto, cabe delimitar que a relação que se estabelece com os moradores que resistiram ao processo de remoção na comunidade não restringe-se e nem limita-se à pesquisa acadêmica, nem na dualidade pesquisador/pesquisado ou sujeito/objeto de pesquisa. Digo isso porque, inclusive, das vezes que fui à Vila Autódromo, raramente falamos sobre a pesquisa acadêmica que estava em desenvolvimento. Muitas das vezes conversamos sobre o Museu das Remoções, sobre as atividades e projetos que pretendíamos desenvolver, mas também sobre as dinâmicas de vida de cada um dos interlocutores e também sobre a vida, família e compromissos pessoais que acontecem enquanto o trabalho está sendo construído.

Ou seja, muitos momentos para além do conteúdo referente à pesquisa foram compartilhados, inclusive momentos em que Dona Penha preparava o almoço e eu, nesse lugar de pesquisadora, apoiadora, colaboradora e amiga, partilhava desse momento conjuntamente, conversando sobre várias dinâmicas da vida, para além do que se pretendia realizar e concretizar inicialmente. Muitas conversas com Nathália sobre vivências profissionais e os caminhos de atuação na produção cultural, uma vez que ela é formada em teatro. Esses são apenas alguns exemplos de situações diversas que vivenciei e que me possibilitam afirmar que a relação que foi construída com a Vila Autódromo, inicialmente com “interlocutores de pesquisa”, foi muito além do interesse pela conclusão deste estudo. Um vínculo foi criado e pretendo cultivá-lo mesmo após a conclusão do trabalho, como colaboradora do Museu das Remoções, mas também como uma pessoa próxima, amiga da Nathália, Penha, Luiz e Sandra.

Foi na dinâmica presencial que pude presenciar, na fala dos fundadores do museu e moradores da Vila Autódromo, o papel do acervo iconográfico para o Museu das Remoções. Na estrutura das atividades remotas e projetos do museu, já havia participado algumas vezes do GT de Acervos, cujo objetivo girava em torno de encontrar maneiras de catalogar uma coleção de mais de 10 mil fotografias da Vila Autódromo, divididas, organizadas e em processo de catalogação. Em sua maior parte são imagens autorais de Luiz Cláudio da Silva, que realizou

esses registros, atuando enquanto fotógrafo, e, posteriormente, ao administrar essas imagens no cotidiano do museu, agindo a partir de atividades referentes à museologia.

Na verdade, foi no período das remoções que eu percebia que as imagens, as câmeras, as filmagens, não só as fotografias como as filmagens, elas passaram a ser uma ferramenta de proteção, um instrumento que nos protegia, de alguma forma, porque a gente percebia que quando a gente tava com uma câmera, dependendo da ação, dependendo da cobrança de alguma demolição ilícita que não era pra ser feita, ou quando tinha pessoas que a gente percebia que eram pessoas que vinham pra intimidar, toda vez que tinha presença de câmera, a gente percebia que tinha uma mudança de conduta, uma mudança de comportamento, porque todo mundo não quer ficar feio na foto, não quer ficar feio na filmagem tá. E quando eu falo feio aqui não significa beleza estética, significa que você não quer que sua imagem esteja atrelada a algo negativo, é nesse sentido. Então a gente começou a ver que quando a gente fotografava e filmava, os funcionários da prefeitura tinham um cuidado até no que eles falavam, claro que nem sempre isso acontecia porque, quando os nervos estavam à flor da pele, momentos de tensão, as pessoas não pensavam muito no que iam dizer e acabavam dizendo, porque quando a gente tá tenso, tá nervoso, automaticamente você fala sem filtrar, você age muito mais pela emoção do que pela razão. Mas eu pelo menos, não só eu, acho que todos nós que ficamos lutando pra ficar na Vila Autódromo, a gente percebia que as pessoas, as ações, ficavam mais inibidas nesse sentido, a pessoa pensava mais antes de falar, não queria ser filmada, não queria ser fotografada. Muita gente ficava incomodado. Os próprios funcionários da prefeitura, os próprios operários se incomodava. Porque ninguém quer ficar com uma imagem negativa que vai ser registrada, que pode ser repassada pro mundo. E isso a internet nos favoreceu, porque a gente podia postar (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).⁹

Ao refletir sobre as leituras e reflexões que surgiam no decorrer da construção teórica da pesquisa, sobretudo no que tange ao campo da Nova Museologia e da Museologia Social, a problemática do trabalho foi selecionada, justamente pensando na importância das imagens para a estruturação do Museu das Remoções. Além disso, pensando de que forma essas fotografias, cuja autoria é de um morador da comunidade que viveu e acompanhou a luta pelo direito à moradia em seu território, poderia, de alguma forma, romper com a estrutura de sujeito/objeto no processo de musealização. Essa dicotomia é posta e forjada na museologia tradicional. Sendo assim, essas imagens e o interesse que elas façam parte do acervo do museu possibilita a construção de caminhos e novas reflexões para a construção de uma museologia democrática, participativa e ativa.

Eu sou morador da Vila Autódromo há 29 anos, e o interesse pela fotografia surgiu praticamente em um projeto social que comecei aqui na comunidade com as crianças, eu tenho a formação de educador físico, educação física, e eu gostava de registrar as crianças naqueles eventos de futebol, de passeio, e também gostava de fotografar na comunidade as mudanças né, que nós ajudávamos registrando a comunidade se transformando e também eventos feitos na comunidade, como forma até de registro, pra história da comunidade. Eu fui me aprofundando nessa área da fotografia, na medida que a comunidade também passou a sofrer ameaças de remoção. No início, aquela coisa sem muito compromisso, mas à medida que as coisas foram apertando aqui, foi ficando mais, assim, séria né... mais iminente as ameaças, eu fui entendendo que era necessário o registro, até mesmo para que num futuro como aconteceu da comunidade ser quase toda degradada, ficar a história né, pra história da comunidade não se perder com o tempo. E à medida que eu ia fotografando e vendo, toda a

⁹ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

dificuldade que nós passávamos aqui, com a resistência né, aquela luta contra a remoção, contra o capitalismo, a luta mesmo contra a especulação imobiliária, mais aflorava em mim a necessidade de fazer fotos né, criar um acervo, aqui na comunidade, aonde, segundo muitos, segundo muitos não né, eu tenho muitos registros, também, e quando chegou realmente a remoção na Vila Autódromo, é... aí eu quis registrar tudo né, as remoções, tanto a remoção das casas, quanto também as arbitrariedades que nós sofriamos aqui, que eram muitas, as estratégias de guerrilha, pra remover, e eram muitos absurdos, muita crueldade acontecendo aqui, e eu achava que eu não podia com o tempo ficar esquecido na história (LUIZ CLÁUDIO DA SILVA, informação verbal).¹⁰

Dentro dessa perspectiva, a construção do conhecimento se deu de maneira conjunta, conforme as metodologias de pesquisas participativas propõem, por meio de conversas, trocas sobre a importância dessas imagens e seleção destas para fazerem parte do conteúdo deste trabalho. Essas fotografias irão percorrer todo o segundo, terceiro e quarto capítulo. As imagens foram selecionadas pelos interlocutores Luiz, Nathália e Penha a partir do critério de escolha que partia de imagens que mais representavam, afetavam ou orgulhavam a história da comunidade de alguma maneira.

Esse trabalho das imagens já existia na comunidade, a Jane já tinha um trabalho desse e o Luiz Cláudio já tinha esse trabalho, meu esposo. E ele fazia. Só que eram de formas diferentes, a Dona Jane registrava mais a luta e a comunidade e o Luiz, ele fazia um trabalho de fotografia, do trabalho dentro da comunidade, as festas que aconteciam na comunidade, ele tinha um projeto que ele também fazia fotografia, tinha uma obra na comunidade, ele gostava de registrar, então ele já tinha um pouco essa pegada. Assim, fazia por gosto, porque gostava de registrar. A gente sempre teve o hábito de tirar foto lá em casa e aí ele começou na comunidade também a registrar algumas coisas, mas assim, sem pretensão nenhuma. Eu acho que um pouco isso. Dona Jane também tem muita fotografia da comunidade, das festas também, Festa Junina (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).¹¹

Para além da seleção das imagens, os relatos e diálogos com os interlocutores foram construídos e desenvolvidos presencialmente, tendo como ponto de partida a categoria freireana de temas geradores, e farão parte das reflexões propostas no decorrer dos capítulos. A construção das entrevistas a partir da ideia de temas geradores teve como objetivo trilhar outras formas, concepções e práticas que escapam da ideia de disciplinamento do conhecimento (FREIRE, 1996), ideia freireana que nasce na área pedagógica, mas que, na construção da pesquisa, estendeu-se à construção do conhecimento referente à produção de narrativas não hegemônicas que compõem o acervo iconográfico do Museu das Remoções. As entrevistas foram desenvolvidas de maneira não engessada, considerando a ideia de tema gerador justamente como uma forma de romper com a construção de conhecimento que reforça a ideia pesquisador/pesquisado e sujeito/objeto, propondo que a construção ocorra de maneira

¹⁰ Entrevista cedida em 11 de agosto de 2022.

¹¹ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

conjunta, por meio da revisitação das memórias a partir das fotografias e o por que elas foram escolhidas para fazerem parte do acervo do Museu das Remoções.

A escolha do tema gerador como técnica de pesquisa no desenvolvimento das entrevistas partiu do reconhecimento sobre a necessidade de se romper com a dicotomia que rege o conhecimento científico, em que ocorre a separação entre humanos sábios e ignorantes (ZITKOSKI; LEMES, 2015). A ideia de não ter perguntas e questionários formados para a realização das entrevistas, mas apenas algumas possibilidades que possam suscitar outros caminhos de discussão, tem por objetivo defender uma técnica na qual a troca e a conversa são implementadas e não as perguntas são executadas com o objetivo de querer respostas. A ideia é a troca, o entendimento de como a experiência é fundamental no processo da museologia e da musealização decolonial, a partir do que foi vivido pelos moradores da Vila Autódromo que hoje são cofundadores e gestores do Museu das Remoções.

Freire não adota uma concepção intelectualista, ou racionalista do conhecimento. O conhecimento engloba a totalidade da experiência humana. O ponto de partida é a experiência concreta do indivíduo, em seu grupo ou sua comunidade. Esta experiência se expressa através do universo verbal e do universo temático do grupo. As palavras e os temas mais significativos deste universo são escolhidos como material para [...] a elaboração do novo conhecimento, partindo da problematização da realidade vivida (ANDREOLA, 1993, p. 33).

Os temas geradores consideram a importância da reconstrução do saber pela inserção crítica de todos os sujeitos envolvidos no processo, trabalhando em uma produção de conhecimento de forma coletiva. Dessa forma, não houve um questionário pronto, centralizado na construção a partir do ofício do antropólogo clássico. A ideia era partir de grandes temáticas referentes às imagens, que pudessem suscitar discussões e reflexões conjuntas sobre o tema e importância dessas narrativas presentes nas fotografias não só para as atividades do museu, mas para a comunidade da Vila Autódromo e outros territórios que estiveram ou estão passando pelo processo de resistência na luta pelo direito à moradia.

O aprofundamento sobre as imagens a partir de entrevistas pautadas na categoria de temas geradores é um caminho encontrado para compreender a importância da “sistematização da experiência” (STRECK; ADAMS, 2014) para processos de musealização decolonial em museus comunitários. Justamente pensando na importância da construção coletiva para a presente pesquisa que em todo o corpo do texto serão resgatados trechos de conversas e imagens selecionadas pelos interlocutores, buscando praticar a construção conjunta que compartilha os resultados do trabalho como sendo fruto dessa interação.

Mais recentemente, cresce na América Latina o movimento de sistematização das experiências, onde se destacam as seguintes características: (1) uma produção intencional de conhecimentos; (2) uma produção coletiva de conhecimento; (3) o reconhecimento da complexidade das práticas de ação social; (4) a reconstrução da

prática em sua densidade através da recuperação da história, da memória coletiva; (5) a interpretação crítica da lógica e dos sentidos que constituem a experiência; (6) para além dos alcances cognitivo, a busca por melhorar a própria prática, visando gerar as mudanças necessárias que potencializem a eficácia social e riqueza cultural da experiência (STRECK; ADAMS, 2014, p. 34).

2. DEMARCANDO O CONFLITO: CONTEXTOS E VIOLÊNCIAS ATRAVESSADOS PELA “CULTURA DAS REMOÇÕES”

De acordo com Bogado (2017b), o fenômeno acerca do surgimento das primeiras favelas na cidade do Rio de Janeiro datam da primeira metade do século XX. Em paralelo a esse processo, é possível indicar também a consolidação da política de remoção dessas habitações por parte de planejamentos e atuações estatais. Dos cortiços às favelas, o posicionamento do Estado, no decorrer do século XX e XXI, demonstra-se recorrentemente contrário a outras possibilidades que poderiam inserir esses espaços como sendo pertencentes à cidade. O que se mostra, em grande parte do decorrer da história do Rio de Janeiro, é a busca pela erradicação, e não pela integração das favelas e espaços populares na questão habitacional.

Historicamente, estes territórios sempre foram tratados como “o outro” da cidade, localidades consideradas sempre por sua incompletude, mas principalmente como o elemento disruptivo, negativo do espaço urbano, cujas intervenções ditas racionalizadoras e “civilizadoras” deveria corrigir (BOGADO, 2017b, p. 8).

Nos projetos de remoção defendidos por parte do Estado, o objetivo central é a erradicação de grupos sociais minoritários das zonas privilegiadas da cidade. Essa política, de acordo com a autora, consiste em uma estratégia de apagamento da história desses grupos na construção da história e imaginário da cidade, para impor uma versão oficial que consiste em ignorar a possibilidade da presença desses sujeitos, que fazem parte de sua constituição.

O referido desempenho da administração pública fundamenta-se em conceitos estigmatizados em relação às favelas e aos favelados; e constrói a narrativa oficial com teorias que afirmam a existência das margens, físicas e ideológicas, que separam estes territórios, ditos informais, do restante da cidade entendida como formal (BOGADO, 2017b, p. 61).

Essa nuance fortalece a necessidade de produção do estigma das populações que habitam esse tipo de moradia no decorrer da história da cidade. Brum (2010) disserta que por meio da construção do estereótipo se afirma a necessidade de acabar com os espaços e existências de lugares que são oriundos de processos socioterritoriais de sujeitos cujas origens étnicas, de classe ou de localidade não fazem parte dos critérios exigidos para serem incluídos nos grupos dominantes, que, por sua vez, definem os usos e apropriações sobre a cidade. A

partir da sustentação desse estereótipo racista e classista, a ideia de acabar a todo custo com as favelas e assentamentos populares passa a fazer parte do imaginário hegemônico da cidade.

A partir desse imaginário ocorre a autorização, por parte do Estado e da sociedade, para a implementação de políticas higienistas no decorrer da história urbana do Rio de Janeiro. Brum (2010) nos fornece uma revisão bibliográfica interessante sobre a questão urbana e habitacional no Rio de Janeiro, enfatizando que o posicionamento estatal no decorrer da história da cidade defendeu a política de remoções enquanto uma saída para se chegar no que o Rio de Janeiro gostaria de ser e representar. Inclusive, é possível identificar a criação de órgãos estaduais e federais em alguns momentos da história do Rio de Janeiro do século XX, cujo principal objetivo era justamente a implantação a curto/médio prazo de políticas de intervenção urbana que resolvessem o “problema” das ocupações ilegais.

A cotidianidade e a permanência da “solução remoção” no imaginário de autoridades públicas e camadas médias e altas, leva-nos a refletir sobre a existência de uma “cultura de remoção” desde o final do século XIX até os dias de hoje. Observe-se que essa “cultura” pode se referir a diferentes formas de desalojar a população, em função das diversas conjunturas históricas. Neste sentido, ao acompanharmos a história da violência contra os grupos sociais mais pobres para forçá-los a sair de suas casas e de seus territórios (GALIZA; VAZ; SILVA, 2014, p. 7).

Bogado (2017b), complementando a discussão, também disserta que a ausência do critério de bem-estar social como princípio fundamental na questão urbana aparece já no século XIX, por uma gestão de cidade que visa contemplar os interesses do capital, estabelecendo, a partir da instauração do Estado liberal, novas formas de intervenção urbana, tendo como referências cidades como Londres e Paris. No Rio de Janeiro, um exemplo desse modelo de intervenção se materializou a partir da conhecida Reforma Passos, no século XX.

Essa política de remoção perpassa as vivências, conflitos e disputas na cidade do Rio de Janeiro até os dias de hoje. No decorrer da história da questão urbana na cidade, é uma constante a construção do espaço urbano a partir de uma lógica que não considera os espaços favelados. Esse contexto fica claro quando pensamos na quantidade de ações de despejo motivadas por argumentos higienizadores e ideais urbanísticos cujas origens partem de experiências europeias no decorrer da história da cidade. Essa situação é também reflexo das políticas empregadas na passagem do século XX para o século XXI, recorte temporal em que a cidade do Rio de Janeiro passou por uma série de políticas de intervenção espacial, tendo em mente a implantação da ideia de modernidade, cujo eixo principal centraliza as ações de mudança urbana em torno das demandas que são sinalizadas pelo capital.

A produção do espaço urbano centralizada e regida pela frequência determinada pelo capital é uma questão central nos estudos de Harvey (2005). O autor chama de

“empreendedorismo urbano” o processo pelo qual soma-se a questão da produção espacial à lógica da competitividade e criação da gestão das cidades-empresas, como será abordado superficialmente adiante, uma vez que o objetivo central desta pesquisa são as relações da museologia decolonial nesse contexto de produção de cidades, a partir do Museu das Remoções.

Essa tendência fundamentou os projetos de remoções na cidade, que, por sua vez, também contou com o apoio midiático, mais precisamente em torno da construção de representações caricatas sobre populações faveladas (BRUM, 2010). Essa relação entre o papel do Estado na efetivação da política de remoções, somado à construção e enraizamento do estereótipo favelado na sociedade, forjou uma ideia ainda fortemente difundida de que não se separa a ilegalidade da terra urbana à imoralidade dos indivíduos que estabelecem seus laços de vida e sociabilidade nesses territórios que compõem a cidade.

A análise em diferentes momentos revela uma ação política que se mostra historicamente permanente, mesmo se considerando as diferentes denominações e conjunturas. A obra de uma via, uma construção em área que se valoriza no mercado imobiliário, a “limpeza” de áreas especiais, enfim uma variedade de interesses e motivações cotidianas são fatores que as justificam, quer sejam expulsões, despejos judiciais ou remoções forçadas. A cotidianidade e a permanência da “solução remoção” no imaginário de autoridades públicas e classes altas e médias, faz refletir sobre a existência de uma “cultura de remoção” desde o final do século XIX até os dias de hoje (GALIZA; VAZ; SILVA, 2014, p. 2).

O papel do Estado no decorrer da história da cidade possui uma característica constante referente ao apoio de interesses e privilégios das classes e grupos sociais dominantes, via a adoção de políticas, controles e mecanismos reguladores altamente discriminatórios (GALIZA; VAZ; SILVA, 2014). A atuação do Estado, ao apoiar tais interesses e privilégios, traz como consequência a reprodução de opressões que fazem parte do contexto remocionista. Existe um projeto que se sustenta a partir da política de remoções, que tem como objetivo tornar a cidade habitável aos olhos e vivências de quem pode pagar por conforto, mas que também traz como efeito a produção da segregação socioespacial. Aplicando dados que demonstram a tentativa de branqueamento nesses territórios através dessa política de remoções, de acordo com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada, 2010)¹², o mapeamento racial da Vila Autódromo demarca a presença majoritariamente negra característica dos moradores da comunidade.

Nesse tipo de política habitacional, por meio de medidas autoritárias, o que ocorre é a repressão dos processos de produção social do espaço que emergem de diversos contextos e

¹² IPEA População residente em domicílios particulares permanentes ocupados em aglomerados subnormais segundo cor/raça. Região Sudeste, 2010. Para saber mais, ver: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11050#:~:text=Reposit%C3%B3rio%20do%20Conhecimento%20do%20Ipea,de%20infraestrutura%20nos%20aglomerados%20subnormais&text=Abstract%3A,dos%20domic%C3%ADlios%20nos%20aglomerados%20subnormais>

maneiras de ocupar o solo que divergem do que é estabelecido por grupos sociais dominantes, ainda fortemente ancorados em um ideal de modernidade. Nesse sentido, a força de trabalho que sustenta e constrói as cidades, após a construção e valorização desses territórios, é expulsa e levada para outra área abandonada (TEIXEIRA, 2020). Sendo assim, pode-se dizer que aqui interessa a seguinte conclusão: a política habitacional, no decorrer da história do Rio de Janeiro, fundiu-se às necessidades do mercado, que são voltadas aos interesses privados que visam expansão econômica, desconsiderando lacunas e processos sociais.

Portanto, o que ocorre é a afirmação de um planejamento estratégico a partir de eixos que envolvem e centralizam suas prioridades a partir do comum acordo entre as demandas privadas e o Estado. Esse é um modelo de planejamento voltado para o alinhamento da ideologia neoliberal (BOGADO, 2017b). A amizade entre cidade e mercado é definida por Vainer (2009) a partir da ideia de cidade-empresa, movimento no qual a cidade é submetida ao espontâneo fluxo do mercado e deve funcionar como uma verdadeira empresa. Nesse processo de neoliberalização, a cidade e a sociedade urbana se fundem à lógica capitalista: a mercadoria, a produção, o dinheiro e o valor de troca tornam-se unidades de medida para reprodução socioeconômica das cidades e alteram os valores existentes anteriormente à consolidação da vida urbana (BOGADO, 2017b). A neoliberalização da questão habitacional e de moradia, como mostra Rolnik (2019), não se restringe apenas aos padrões brasileiros, mas atravessa o conflito habitacional em todo o Sul Global¹³, guardadas as devidas particularidades locais de cada espaço. Para além da sua relação com o espaço urbano, Dardot e Laval (2016) caracterizam o neoliberalismo como mais do que um sistema econômico, mas uma nova razão, uma série de discursos e práticas de governo tendo como critério fundamental o princípio universal da concorrência.

No caso da cidade do Rio de Janeiro, a implementação do que se entende por planejamento estratégico começa de fato no decorrer da década de 90, na gestão do ex-prefeito Cesar Maia (BOGADO, 2017b). Nesse processo, o Rio de Janeiro, por estar situado em um país periférico, teve uma experiência característica de países do Sul Global quando imersos nesse processo, tendo uma profunda reconfiguração das suas territorialidades. Conseqüentemente, esse processo agravou e acentuou os índices de desigualdade e segregação, retomando a velha política remocionista. Nesse contexto, a região da Zona Oeste da cidade foi profundamente afetada em decorrência da especulação imobiliária característica dos processos de união do planejamento urbano com a lógica neoliberal.

¹³ De acordo com Rolnik (2019), na América Latina, a inserção de um modelo neoliberal de políticas habitacionais começa no Chile, em 1974, com o golpe de Pinochet.



Fotografia 1 – Foto aérea de 70% da VA entre o muro do Autódromo de Jacarepaguá e a Avenida Salvador Allende, com algumas ruas, lotes e quadra, 2009.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Dentro desse enredo da questão habitacional citado brevemente para fins de contextualização, a história da Vila Autódromo, bem como o cenário de violências, ameaças e opressões que atravessaram a comunidade, insere-se no escopo dos territórios excluídos do planejamento e gestão urbanos pelas razões mencionadas. Sandra Maria Teixeira, historiadora e moradora da Vila Autódromo que resistiu ao processo de remoção, sinaliza as conquistas da comunidade no decorrer de sua história de resistência desde o século XX. A Vila Autódromo tem seu início no decorrer da década de 60, com a chegada de trabalhadores para a construção do Riocentro e do Autódromo de Jacarepaguá na região da Zona Oeste carioca. Na década de 70, as habitações eram restritas às margens da lagoa. No início da década de 80, a comunidade constitui a AMPAVA (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo). No final dessa mesma década, a Barra da Tijuca, bairro onde situa-se a comunidade, já era alvo da especulação imobiliária impulsionada pelo plano Lúcio Costa¹⁴ (BOGADO, 2017b).

Por conta da necessidade de organização interna da própria comunidade, em 1987 é fundada a Associação de Moradores Pescadores e Amigos da Vila Autódromo

¹⁴ Plano-piloto para a urbanização da baixada compreendida entre a Barra da Tijuca, o Pontal de Sernambetiba e Jacarepaguá.

(AMPVA). Um momento fundamental na história dessa comunidade na luta pela regularização fundiária. Através da Associação, foram feitos ofícios requerendo à Light (companhia responsável pela distribuição de energia elétrica) redes de energia elétrica e à CEDAE (Companhia Estadual de Água e Esgoto) o fornecimento de água e redes esgoto. Após alguns anos, a Light construiu a rede e estabeleceu o fornecimento de energia elétrica das casas e ruas. A CEDAE, por sua vez, nunca atendeu aos pedidos. Através de mutirões, no entanto, foram feitas as redes de abastecimento de água e o sistema de esgoto, optando-se por sumidouro nos quintais das casas. Anos mais tarde a Fundação Oswaldo Cruz — FIOCRUZ desenvolveu o projeto experimental de fosse verde, no qual a água era tratada, podendo ser reutilizada ou devolvida ao ambiente. O projeto foi aprovado, porém destruído pela Prefeitura no período da remoção (TEIXEIRA, 2020, p. 7).

Soma-se a essa conjuntura a chegada de migrantes vindos sobretudo da região Nordeste do país, atraídos pela chance de uma possível inserção na vida urbana de uma cidade metrópole, que era representada pelo Rio de Janeiro naquele momento. O plano museológico do Museu das Remoções¹⁵, escrito por moradores e apoiadores, ainda adiciona que houve também reassentamentos promovidos pela Secretaria de Habitação: um, de moradores da favela Cardoso Fontes, quando esta foi removida, e outro de alguns moradores da Cidade de Deus, em um período que parte dela foi removida (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).

A Vila Autódromo, assim como outras favelas e comunidades, foi construída pelos próprios moradores: desde suas casas até os serviços básicos de direitos, como saneamento, eletricidade e condições que facilitassem o acesso a transportes. Essas conquistas foram concretizadas a partir do esforço dos próprios moradores devido à ausência de condições e recursos estatais. No decorrer do tempo, uma movimentação e construção de afetos locais construíram o que se entende hoje pela história da Vila Autódromo, lugar onde os laços ajudaram a construir um ambiente familiar, comunitário e de muito respeito. Sobre a trajetória de conquistas da comunidade, recorreremos novamente à historiadora e moradora Sandra Maria Teixeira.

Nos anos seguintes, na década de 1990, dando continuidade à sua autoconstrução, organizaram-se as ruas, todas cadastradas com CEP; a sede da associação de moradores; o parquinho das crianças; a quadra, onde festas comunitárias e campeonatos de futebol eram realizadas; a mesa de ping pong, onde a garotada se reunia e também se realizavam os campeonatos; o ponto de ônibus da avenida Salvador Allende, em frente à comunidade, com bancos de concreto, piso e telhado, muito melhor que os pontos de ônibus colocados pela prefeitura na região, nunca colocados nesse local; e a ponte sobre o rio, utilizada pela comunidade para acessar a avenida Salvador Allende (TEIXEIRA, 2020, p. 7).

¹⁵ De acordo com Peixinho (2021), a ideia do Plano Museológico do Museu das Remoções surge de maneira colaborativa, assim como o Plano Popular da Vila Autódromo e outros projetos cujo objetivo era fortalecer o processo de resistência da comunidade. Construído por alunos da UNIRIO em parceria com os moradores, sob a supervisão do professor e museólogo Mario Chagas, a ideia de construção do plano surge de uma disciplina de museologia ministrada pelo professor. Alex Venancio e Joyce Gomes Mendes, apoiadores do museu, partem de pressupostos de planos museológicos tradicionais como base e utilizam da experiência do território e seus moradores para tecer as devidas adaptações quanto aos planejamentos escritos no documento.

Sob o argumento que se baseia sobretudo na necessidade de remover moradias e habitações ilegais e informais, as remoções sustentam uma prática urbanista que é orientada a partir da exclusão dos que são indesejados nesse processo de produção das cidades. A discussão sobre o que representa a ideia de ilegalidade e informalidade na questão habitacional refere-se também a uma dinâmica instituída que provoca a produção de um estranhamento entre indivíduos, reforçando uma dinâmica de inferiorização epistêmica, de direitos e de políticas públicas (ROLNIK, 2019). Dentro dessa circunstância, uma espécie de círculo vicioso se cria: o estereótipo sustenta o argumento estatal sobre a remoção, da mesma forma que a segregação socioespacial sustenta a necessidade de classificação e inferiorização, por meio de um discurso que se mostra calcado nas opressões raciais, de classe e gênero.



Fotografia 2 – Cachorro e crianças em meio aos escombros, 2015.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Rolnik (2019) também enfatiza a incoerência jurídica e estatal que se mostra a partir da linha tênue entre legalidade e ilegalidade. Em cada caso de desapropriação de sujeitos e remoções forçadas dos que vivem em espaços “ilegais” é evidenciado a total ausência do que se entende pelo pluralismo jurídico necessário para a compreensão da coexistência de ordens

urbanas distintas. Em conversa com a moradora Sandra Maria, observa-se, no caso da Vila Autódromo, a dificuldade em se ter segurança de posse em uma produção espacial voltada para um modelo urbanístico neoliberal dominante, que passa por cima de qualquer possibilidade de coexistências urbanísticas outras e transita entre os limites entre “legal e ilegal” de maneira incoerente e contraditória. É possível, nesse caso, perceber que a política de remoções estimula e se sustenta a partir da construção do estereótipo ligado à marginalidade, apoiada por uma base jurídica que transita na inconsistência das narrativas sobre territórios ilegais e, por fim, estatais, estabelecidas a partir das demandas neoliberais, colaborando para segregação socioespacial que divide o território urbano.

Haviam títulos de concessão de uso, a lei 74, uma lei complementar, que define a área como uma área de especial interesse social, que são terras destinadas à moradia popular. Então tem todo este conjunto de direitos adquiridos já neste processo de luta que nos garantiam o direito à moradia ali [...]. Após a remoção o que acontece é que nós continuamos sem uma documentação definitiva, uma legalização dessas terras. O que nós temos atualmente são os dois títulos que nós tínhamos e agora nós temos o acordo extrajudicial que foi feito na época da remoção. O acordo que as 20 famílias fazem com o prefeito, que nos garante o direito à moradia naquela terra. E nesse acordo, o acordo prevê a documentação das casas, que seja feita essa documentação, legalizando a terra, o imóvel. Mas esse acordo não foi cumprido, esse acordo, ele compreendia duas etapas: a primeira etapa era antes dos Jogos Olímpicos, que previa a urbanização da rua, a construção das casas e a mudança do nome da rua, pra rua Vila Autódromo. E após os Jogos Olímpicos seria reconstruída a associação de moradores, o parquinho das crianças, o centro cultural, a quadra esportiva e a documentação das casas. Isso não foi cumprido. O Eduardo Paes sai, o Crivella fica quatro anos e não cumpre e agora o Eduardo Paes assume novamente e até agora não cumpriu. Nós já temos uma ação judicial reivindicando o cumprimento desse acordo e tramitando. Na verdade, as nossas garantias são muito mais políticas do que jurídicas, porque a questão legal não foi cumprida. E mesmo quando cumprida você nunca tem uma garantia de que vai ser mantido. E quando se trata dessa questão de terra, de habitação, as coisas se resolvem muito mais no plano político do que jurídico. É difícil imaginar uma nova remoção pela conquista política que nós conseguimos, entende? (SANDRA MARIA, informação verbal).¹⁶

A população que mora e constrói seus laços de pertencimento em territórios denominados pelas instâncias oficiais enquanto ilegais e informais sofrem com a constante ameaça de perderem não só suas casas, mas também de terem o verdadeiro sentido de existência aniquilado diante da possibilidade de perda da construção de uma vida removida. A violência de um processo de remoção dentro de uma comunidade, assim como atravessa a história da Vila Autódromo, é também um traço de vivência comum em outras comunidades do Rio de Janeiro.

¹⁶ Entrevista cedida em 8 de maio de 2021.



Fotografia 3 – Entulhos abandonados, 2016.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.



Fotografia 4 – Agressões, 3 de junho de 2015.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Autor desconhecido.

2.1 A produção do espaço na cidade dos megaeventos: interseccionalizando a questão urbana no Rio de Janeiro

A transformação da cidade em mercadoria na cidade do Rio de Janeiro, de acordo com Bogado (2017b), potencializa-se no decorrer da gestão do prefeito Cesar Maia (1993-1996), como mencionado anteriormente. O governo, na época, não poupou esforços para a concretização de uma intervenção urbana que representasse, por meio da espetacularização do espaço urbano, o auge da reprodução de capital.

A política urbana contemporânea se realiza mediante a viabilização dos interesses do mercado no território da cidade do Rio de Janeiro. A versão neoliberal da gestão urbana diferencia-se em relação às outras fases do sistema capitalista, dentre outras questões, porque a realização do capital incorpora na atualidade o processo de produção do espaço e a política urbana centra-se na adaptação do território da cidade à reprodução do capital (nacional e internacional) — gerando consequências negativas específicas a esta forma de gestão para a população (BOGADO, 2017b, p. 34).

Nesse contexto, os megaempreendimentos urbanos, apoiados pelo Estado a partir de isenções de cobranças e impostos, tornaram-se também uma ótima alternativa para gerar lucros. A cidade dos megaeventos é a cidade das isenções, das autorizações especiais e também das autoridades especiais (VAINER, 2011). Dentro dessa lógica, o poder que o privado assume na questão habitacional é alarmante. Bogado (2017b) também menciona que o Rio de Janeiro é um dos exemplos de megalópoles que adotou medidas institucionais relacionadas às políticas de austeridade, especulação imobiliária e gentrificação transnacional e turística em torno do complexo imobiliário-financeiro, reflexo da reestruturação das formas de acumulação do capital. O papel do Estado, nessa relação, busca atender às demandas estipuladas pelo capitalismo contemporâneo, adequando-se diante do que é proposto pelas tendências neoliberais.

Como mencionado anteriormente e contribuindo, mais uma vez, para a discussão aqui levantada, Harvey (1996) chama de empreendedorismo urbano o movimento pelo qual a cidade é atravessada por um padrão de conduta na governança urbana, que combina interesses privados e poderes estatais (HARVEY, 2006) a partir da política urbana. Nesse contexto, a cidade é administrada por uma gestão pública cujo principal objetivo é a facilitação da acumulação de capital. Tem-se como premissa a reconfiguração territorial sob uma lógica que sobrepõe a vertente econômica a outros pilares que estruturam uma cidade, a partir da preocupação com a valorização do capital.

O empreendedorismo urbano concentra-se na formação de alianças e coligações voltadas para o desenvolvimento econômico das cidades, que tem por finalidade tentar atrair fontes externas de financiamento, novos investimentos diretos ou novas fontes geradoras de emprego, no sentido de tornar as cidades mais atrativas para o

desenvolvimento capitalista, nas quais os governos e a administração urbana desempenham um papel de agilizadores dos interesses estratégicos do desenvolvimento capitalista (ARAÚJO; PFEIFFER, 2011, p. 4).

O que ocorre nesse processo é o conseqüente empenho no desenvolvimento econômico da cidade para um grupo dominante que é minoria, sobrepondo-se à melhoria das condições em âmbito específico (HARVEY, 1996). Entre as estratégias práticas de implementação dessa política empresarial nas cidades, está a inserção do espaço urbano na rota da competitividade global, criando uma imagem atrativa, que possa gerar lucros a partir da atração do capital a nível internacional, com vistas ao desenvolvimento capitalista.

Apesar de Bogado (2017b) explicar que as primeiras faces do empreendedorismo urbano no Rio de Janeiro fazem parte do conjunto de implementações na cidade na primeira gestão do prefeito Cesar Maia, ainda assim, antes mesmo dessa gestão, a especulação imobiliária já existia e já era responsável por intervenções na paisagem urbana, incluindo na Zona Oeste, lugar onde a Vila Autódromo está situada. As remoções foram intensificadas com o plano de expansão da Barra da Tijuca, elaborado pelo arquiteto Lúcio Costa, em 1969. A política de remoção é executada visando atender aos interesses de grandes proprietários de terrenos do bairro, assim como o interesse das grandes empreiteiras, que, por sua vez, foram contempladas a partir da preparação da cidade para sediar as Olimpíadas. Vale mencionar que a gestão urbana pautada no empreendedorismo urbano não se mostra apenas a partir da política de intervenção urbana decorrente dos megaeventos. Esse modo de gestão emerge no decorrer da segunda metade do século XX nos países ocidentais, mostrando as prioridades de sua agenda política e sua relação com o capital, para além do Rio de Janeiro.

Os grandes eventos internacionais da década não são os responsáveis pelas transformações radicais ocorridas na malha urbana — com suas devidas implicações na esfera sociocultural —, uma vez que o planejamento urbano atual é uma construção muito anterior ao início da preparação destes eventos. Entretanto, não se pode negar a intensa relação dos mesmos com as transformações urbanas que alteram profundamente o território e modificam a vida de seus habitantes (BOGADO, 2017b, p. 245).

Ou seja, existe um conjunto de práticas que não dizem respeito apenas à organização dessas festividades e grandes eventos que caracterizam o empreendedorismo urbano na produção espacial urbana. Ainda assim, apesar da implementação dos megaeventos esportivos não serem essenciais para a continuidade de efetivação desse modelo pensado por Harvey (1996), a cidade lucra com a ideia de embelezamento ou revitalização do espaço urbano para receber esse tipo de projeto. Sendo assim, a lógica empresarial e acumulativa gera lucros e benefícios que são desfrutados por uma pequena camada da sociedade. Simultaneamente, por trás da divulgação dos processos de embelezamento urbano, o que ocorre de fato é a reprodução

da segregação socioespacial ocasionados pela outra face da ideia de revitalização, que é a gentrificação.¹⁷



Fotografia 5 – Casas descaracterizadas da Lia, Severino Noberto, Dinalva e Fabrícia. Rua Beira Rio, 2016.
Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

De acordo com Mendes (2017), a profundidade da categoria de gentrificação só pode ser compreendida de fato quando relacionada às tendências de financeirização, mercantilização, privatização e o desmoronamento de políticas de assistência públicas para incentivar iniciativas econômicas e privadas, que, por sua vez, são características marcantes de governos neoliberais.

A gentrificação trata-se sempre de um fenômeno de substituição social classista e de reapropriação pela burguesia — e da própria e respectiva ideologia neoliberal e ordem simbólica subjacente — dos espaços de habitat populares. Tal processo implica quase sempre a expulsão dos antigos residentes, logo, desalojamento e segregação residencial, culminando com um aprofundamento da divisão social do espaço urbano (MENDES, 2017, p. 60).

Uma das facetas mais nítidas de intervenção nas cidades a partir da união entre a administração pública com os fluxos neoliberais que ocasionaram fortes processos de gentrificação foram as PPPs: Parcerias Público Privadas. No caso do Rio de Janeiro, na época

¹⁷ Processo responsável pelas alterações espaciais de bairros periféricos ou bairros centrais habitados por populações de baixa renda, alterando as dinâmicas da composição do local, considerando novos pontos comerciais ou construção de novos edifícios, valorizando a região e afetando a população de baixa renda local.

das Olimpíadas, as principais intervenções urbanas ocorreram na região da Barra da Tijuca e da zona portuária.

As Olimpíadas abriram possibilidade para maior entrada de construtoras e incorporadoras no mercado e possibilitaram a criação de centros financeiros, que se concentraram na Barra da Tijuca e na área portuária. Áreas das duas principais PPPs, Porto Maravilha e Parque Olímpico, responsáveis por entregar o patrimônio público nas mãos de grandes construtoras. Divulgadas como legado olímpico, as PPPs se beneficiam de adaptações na legislação a fim de garantir o retorno dos investimentos aos agentes privados e o financiamento dos mesmos pelo setor público (BOGADO, 2017b, p. 212).

É nesse contexto que a história da luta da Vila Autódromo ficou conhecida internacionalmente: a fase em que o Rio de Janeiro sediou os megaeventos, na extensão de 2012 a 2016. A gestão do ex/actual prefeito Eduardo Paes foi a que mais removeu famílias de suas casas na história do Rio de Janeiro (FAULHABER; AZEVEDO, 2016). Munidos de argumentos de origem duvidosa, o governo, na época, sob justificativas de preparação da cidade para a recepção dos megaeventos, potencializou uma política de remoção em massa em busca de um projeto urbano que não considerou o bem-estar social como premissa na questão habitacional. Os argumentos giravam em torno, majoritariamente, de requalificações espaciais em decorrência de projetos de mobilidade urbana, organização de estádios e construção de estruturas que pudessem proporcionar uma boa experiência turística a quem podia pagar por ela.



Fotografia 6 – Casa sendo demolida na Rua Gilles Villeneuve: “Desistir jamais!”, 1º de agosto de 2016.
Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

O caso da Vila Autódromo torna-se emblemático nesse contexto, uma vez que a comunidade não tinha razão e comprovação técnica necessária para ser removida. De acordo com o morador e coautor da presente pesquisa, Luiz Cláudio da Silva¹⁸, alguns pretextos foram criados para legitimar as remoções, entre eles, é possível mencionar:

- 1) a justificativa de que a comunidade danificava o meio ambiente;
- 2) que a comunidade influenciava de maneira negativa a estética do território;
- 3) que se a Vila Autódromo permanecesse, contribuiria para a poluição da Lagoa de Jacarepaguá;
- 4) que seria necessária a remoção para instalar o Centro de Mídia no Pan de 2007 e nas Olimpíadas 2016, com Eduardo Paes;
- 5) que a comunidade “impediria” também a implantação de estacionamentos para receber as Olimpíadas;
- 6) que a instauração de passarela para o BRT Centro Olímpico também necessitaria da remoção da comunidade (esse projeto foi implementado e justificou a remoção de 140 famílias);
- 7) a construção de viaduto ligando a Rua Salvador Allende ao Parque Olímpico (esse projeto também foi realizado e muitas famílias foram removidas).

É fundamental associar esse período de mudanças e reformas urbanas em época de megaempreendimentos como um dos projetos que exemplificam a prática do empreendedorismo urbano. Nesse tipo de planejamento, tanto a cidade quanto o espaço de suas relações sociais ficam sujeitos ao objetivo de receber investimentos, acréscimos econômicos e um desenvolvimento voltado apenas para o bem do capital (ARAÚJO; PFEIFFER, 2011). Nesse contexto, rompe-se com a compreensão da cidade enquanto um ambiente de produções sociais. É evidente, no contexto da política de remoções naquele período, o pacto com as questões econômicas sobrepondo-se à necessidade de diálogo com os territórios impactados por essa política.

O pensamento apenas econômico acaba por desqualificar toda a estruturação social que é produtora da cidade, a preocupação com a circulação do capital e principalmente com o recebimento de verbas financeiras sempre acabam por desqualificar certas partes do território da cidade e até mesmo privilegiar certos lugares e classes socioeconômicas em detrimento de classes mais populares e seus locais de sobrevivência (ARAÚJO; PFEIFFER, 2011, p. 5).

¹⁸ Informações cedidas em conversa no dia 25 de fevereiro de 2022.

O advento dos megaeventos na cidade do Rio de Janeiro, bem como suas influências diretas na gestão urbana da cidade na época, é compreendido nesta pesquisa a partir do recorte de experiência da Vila Autódromo. Esta foi uma das comunidades fortemente afetadas pela imposição de um cenário de ideal urbano que não tem como critério de análise as especificidades que a cidade do Rio de Janeiro apresenta.

A Vila Autódromo localiza-se na Barra da Tijuca, Zona Oeste da cidade, bairro que mais recebeu investimentos para as Olimpíadas, e onde foi construído o Parque Olímpico, principal estrutura do evento. Há muitos anos existe ameaça de remoção das comunidades e favelas adjacentes à Barra da Tijuca. A partir da execução do plano de expansão da cidade para a Zona Oeste, na década de 1970, a pressão imobiliária na região tornou-se uma crescente. No final da década de 1980 e início da década de 1990, a especulação se intensifica consideravelmente com o surgimento de novos processos de valorização do solo impulsionados por investimentos em infraestrutura, principalmente de transportes. No entanto, somente a partir de 2014 a Vila Autódromo começa a ser efetivamente removida, em função de interesses e oportunidades relacionados à Copa do Mundo realizada no mesmo ano. A remoção das casas da Vila Autódromo prossegue de forma ainda mais acelerada e violenta em 2015, devido à aproximação das Olimpíadas de 2016 (BOGADO, 2017b, p. 42).

De acordo com o plano museológico do Museu das Remoções, as reformas urbanas e construções espetaculares assolaram a cidade e justificaram a remoção de todas essas pessoas. Na Vila Autódromo, centenas de famílias foram removidas em um período de dois anos e meio (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017). Nesse sentido, os megaeventos são uma das expressões mais consistentes da união entre os eixos público e privado¹⁹, que são fortalecidos e realizam suas propostas e políticas por meio da assimetria de poder e da falta de transparência e diálogo com as comunidades locais.

Inúmeras famílias foram condicionadas a deixar a Vila Autódromo. Alguns aceitaram as indenizações propostas pela prefeitura na época, outras se mudaram para o Parque Carioca — moradias que foram construídas pela prefeitura para que os moradores aceitassem deixar a comunidade. De uma maneira ou de outra, com pressão, chantagem e uso da violência material e imaterial, um grande número de famílias foi removida. Como já posto anteriormente, de acordo com Bogado e Chagas (2017), 97% da população da Vila Autódromo foi removida.

¹⁹ Dinâmica característica do empreendedorismo urbano (HARVEY, 1996).



Fotografia 7 – Casa da Valdete descaracterizada na Rua Gilles Villeneuve, 2015.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

A destruição contemplou não só as casas e lares de famílias inclusive pertencentes às lideranças comunitárias, mas também edificações de suma importância na construção simbólica da comunidade, que foram reconstruídas no percurso expositivo do Museu das Remoções, que será posto posteriormente. A situação hoje é de um total de 20 famílias que ainda residem no que sobrou de suas casas e histórias, a partir da museologia social como ferramenta política de resistência. O que restou da Vila Autódromo, hoje, é o Museu das Remoções. Maria da Penha Macena, uma das protagonistas na luta da Vila Autódromo, enfatiza:

As 20 famílias que resistiram e permaneceram na Vila Autódromo constituem o símbolo de uma luta que representa a luta de muitos cariocas, da importância dessa para outras lutas e resistências populares contra remoções arbitrárias. De fato um processo de melhorias no sistema urbano da Vila Autódromo poderia ter sido um legado, urbanizando a comunidade com base nas sugestões do Plano Popular e não a remoção das famílias do território construído durante décadas de trabalho e luta. Na verdade essa comunidade nem precisava tirar. Teria sido um exemplo importante de como fazer Olimpíadas. Esse teria sido o legado verdadeiro (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).²⁰

²⁰ Entrevista cedida em 2018.

O processo de resistência da Vila Autódromo diante de um planejamento urbano neoliberal nos faz perceber também as relações e conflitos diante das demandas entre o global e o local. Neto e Massey (2008), ao falarem sobre um sentido global do lugar, também explicitam os processos em que se preservam as características locais de um território, ainda que este passe por processos de caráter global. Todo lugar é objeto de uma razão local e uma razão global, trabalhando dialeticamente entre disputas e negociações, a partir de relações cotidianas. Entretanto, a assimetria de poder entre essas duas forças torna-se uma evidência marcante na produção do espaço urbano carioca, cujas bases estão centralizadas em torno do capital.

Vainer (2011) caracteriza como Cidade de Exceção o esforço dos blocos hegemônicos desde a segunda metade do século XX para caracterizar o Rio de Janeiro como uma cidade de crise, em estado de emergência permanente, e a consequente necessidade de se interferir por meio da convocação de forças autoritárias para a instauração de um novo projeto de transformação social e urbanística da cidade. A ideia de crise é uma estratégia de criação que visa à consolidação de um posicionamento político. Dentro de todo esse processo de reestruturação urbana, a partir da lógica do capital, ocorre também a instauração do constante cenário de crise, que legitima práticas e políticas autoritárias e violentas dos “indesejados” nesse projeto urbano. Se reprime com uso da violência²¹ o direito desses grupos minoritários de ser e permanecer na cidade. Essa dinâmica se intensifica consideravelmente no decorrer da implementação das políticas de intervenção urbana em decorrência da realização dos megaeventos internacionais no Rio de Janeiro. Um exemplo disso, para além da política de remoções, é a instalação das UPPs.

A instauração das UPPS (Unidades de Polícia Pacificadora), projeto de segurança pública fortificado e consolidado no contexto dos megaeventos, promoveu em suas estratégias uma verdadeira política de genocídio negro destinado às comunidades e favelas cariocas. Atribuindo dados à discussão, de acordo com o relatório desenvolvido pela Anistia Internacional, “Você matou meu filho: homicídios cometidos pela polícia militar no Rio de Janeiro” (ANISTIA INTERNACIONAL, 2015), das mais de 56 mil vítimas de homicídios no Brasil, em 2012, 30 mil eram jovens de 15 a 29 anos. Desse total, 90% eram homens e 77% eram homens negros. Essa política do genocídio de corpos negros certamente estende-se aos

²¹ Para realizar aprofundamento sobre o tema: OLIMPÍADA Rio 2016, os jogos da exclusão. Rio de Janeiro: Comitê Popular da Copa e Olimpíadas do Rio de Janeiro, 2015.

dias de hoje²². É de grande importância interpretar os conflitos urbanos a partir da relação de uma lógica urbana e estrutura social baseada nas colonialidades do poder e do saber (QUIJANO, 2005), junto à produção capitalista do espaço urbano e à política de remoções. Mais ainda, é relevante compreender a necessidade de interseccionalizar os estudos urbanos no Rio de Janeiro e os processos de remoções e violências que também se inserem nesse escopo.

Pretende-se aprofundar brevemente a discussão sobre como essas intervenções urbanas atravessam as vivências e formas de ser e habitar o espaço de grupos minoritários, construindo uma relação entre questões referentes à produção do espaço, capitalismo e opressões. De acordo com Lefebvre (2008), nesse tipo de gestão urbana em que abre-se mão da potencialidade existente nas dimensões sociais e sua relação com a construção do urbano, observa-se a valorização do espaço concebido sobre o espaço vivido. Esse exemplo também pode partir da implementação dos processos de intervenção urbana, tendo como ponto de análise a realização dos megaeventos esportivos no Rio de Janeiro. Ainda sobre Lefebvre (2008), o autor menciona que esse processo de sobreposição do espaço concebido sobre o espaço vivido é reflexo de uma estratégia de intervenção urbana na qual também ocorre a redução do habitar ao habitat, uma vez que nesse tipo de situação não se considera a multiplicidade de modos de existir que são forjados pela dimensão social dos indivíduos que fazem parte da cidade. Sobre essa categoria, Bogado (2017b) disserta:

A forma de produção socioespacial das periferias, em função das dinâmicas cotidianas destes lugares, corresponde ao “habitar”, que faz alusão à vida, à multiplicidade e à amplitude de existência e das possibilidades de existência. O “habitar”, abrange a complexidade do ser humano nas dimensões do desejo, do corpo e de sua multifuncionalidade e subjetividade em contraposição ao “habitat”, que reduz o ser humano às funções metabólicas de comer, dormir e reproduzir-se e é o dado de referência para elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos da atualidade (BOGADO, 2017b, p. 41).

O uso da assimetria de poder para atender aos interesses do capital no espaço urbano é também uma característica que compõe a modernidade ocidental. Nessa ideia de modernização,

²² A seguir, links que indicam alguns exemplos.

Disponível em: https://br.boell.org/sites/default/files/dossiecomiterio2015_-_portugues.pdf. Acesso em: 12 set. 2022.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/10/o-que-se-sabe-sobre-a-morte-da-jovem-kathlen-romeu-no-rio.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2022.

Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/caso-joao-pedro-delegado-indicia-tres-policiais-civis-por-homicidio-culposo-25053282.html>. Acesso em: 12 set. 2022.

Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Chacina_do_Jacarezinhonto. Acesso em: 12 set. 2022.

Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2019/09/23/entenda-como-foi-a-morte-da-menina-agatha-no-complexo-do-alemao-zona-norte-do-rio.ghtml>. Acesso em: 12 set. 2022.

Disponível em: <https://br.noticias.yahoo.com/caso-kathlen-ja-sao-63-pessoas-vitimas-de-bala-perdida-no-rio-em-2021-171246765.html>. Acesso em: 12 set. 2022.

ocorre a defesa de uma falsa ideia de “progresso”, “desenvolvimento”, “crescimento” e “modernização” (CRUZ, 2017). Sendo assim, é possível dizer que a Vila Autódromo, assim como outras favelas e comunidades populares que compõem o território do Rio de Janeiro, estão inseridas em uma política que dicotomiza processos urbanos complexos para concretização de suas estratégias. Moderno/atrasado, desenvolvido/subdesenvolvido, progresso/retrocesso também fazem parte dessa dicotomia.

Carlos Walter Porto Gonçalves (2005) chama atenção para a obsessão do imaginário da modernidade pelo novo, pela velocidade, pela mudança, pelo progresso, criando justificativa ideológica para todas as formas de violência cometidas em nome do “desenvolvimento” e da “modernização” (CRUZ, 2017, p. 6).

A ideia de colonialidade, que já foi brevemente citada anteriormente, é pensada por Aníbal Quijano (1992, 2005) e traz para a discussão a problemática dos imaginários coloniais que têm continuidade até os dias de hoje, em uma fase em que práticas colonialistas não se fazem mais presentes, mas que, de alguma forma, mantêm seus pilares em torno do poder, do conhecimento, do gênero e da questão racial.

A colonialidade é, ainda, o modo mais geral de dominação no mundo atual, uma vez que o colonialismo, como ordem política explícita, foi destruído. Ela não esgota, obviamente, as condições nem as formas de exploração e dominação existentes entre as pessoas (QUIJANO, 1992, p. 4).

Trazer essa abordagem é importante porque constrói a ideia de que a categoria de colonialidade se faz presente nos dias de hoje, a partir da sustentação desses diversos binarismos postos anteriormente, incluindo a oposição desenvolvido/subdesenvolvido, que pode ser percebida como uma nova maneira de se estabelecer novos “processos civilizatórios”. Mas, em um momento histórico marcado pela financeirização da moradia (ROLNIK, 2019), o que ocorre é a construção da necessidade de “desenvolver” economicamente e esteticamente o espaço e sua sociedade para fins de “civilizá-la”, ainda que esse processo custe a vida e a violação de direitos de determinados grupos.

Longe de ser algo irrelevante, a colonialidade é um resíduo irreduzível de nossa formação social e está arraigada em nossa sociedade, manifestando-se das mais variadas maneiras em nossas instituições políticas e acadêmicas, nas relações de dominação/opressão, em nossas práticas de sociabilidades autoritárias, em nossa memória, linguagem, imaginário social, em nossas subjetividades e, conseqüentemente, na forma com produzimos conhecimento (CRUZ, 2017, p. 1).

Levando em consideração o regime colonizador das remoções no decorrer do século XX e XXI no Rio de Janeiro e tendo em mente as opressões que são pilares da colonialidade do poder e do saber, é inevitável não estabelecer relações com as intervenções urbanas que desencadeiam segregações socioespaciais e processos de gentrificação. É também fundamental

estabelecer a percepção de que o “moderno” sustenta a política das remoções, cabendo destacar aqui as opressões raciais e de gênero²³ nesse processo.

Uma vez que a categoria de interseccionalidade simboliza, para Gonzalez (1984), a requalificação do olhar a partir das dimensões de gênero, raça, classe, sexualidade — entre outras categorias de análise e vivências — para um sistema interligado de opressões, torna-se pertinente visualizarmos “a Cultura das Remoções” (MACHADO, 2004) e a instauração das UPPs a partir do viés da interseccionalidade, compreendendo e justificando, assim, a necessidade de perceber a presença marcante dos recortes raciais e de gênero no processo de intervenção urbana e opressões vividas por esses sujeitos no contexto dos megaempreendimentos do Rio de Janeiro.

É fundamental analisar o processo de remoções a partir de uma lógica interseccional, buscando dimensionar as opressões a partir de questões não só de classe, mas também raciais e de gênero, pretendendo não cair em uma dinâmica de uniformizar sujeitos que passam por esse tipo de violência decorrente da segregação do espaço urbano (MACHADO, 2004). Vivemos um período de catarse coletiva elitista e racista, que tem provocado violentos e autoritários processos de remoções e realocações de habitantes de áreas altamente disputadas pelo mercado imobiliário (OLIVEIRA, 2014). Portanto, a gestão espacial urbana na cidade do Rio de Janeiro é marcada pela união entre público e privado, privilegiando os interesses do capital e do mercado imobiliário, que, por sua vez, ancoram-se no abismo das desigualdades e opressões para realização da modificação estética do espaço urbano.

De modo equivalente, outra expressão da opressão que a colonialidade sustenta na produção urbana é também a partir do atravessamento de gênero. Bello e Beleza (2019), ao historicizar a questão de gênero e suas desigualdades na questão urbana, enfatizam que a sociedade capitalista e patriarcal, desde sua origem, naturaliza a violência contra a mulher como algo dado na sociedade. Entre as consequências dessas violências, encontra-se a falta de acesso ao espaço público, ao direito à cidade e à moradia. A tríade raça-classe-gênero é um critério de análise essencial dentro do direito à moradia e no próprio recorte da Vila Autódromo. A gestão e concretização do planejamento estratégico na cidade do Rio de Janeiro perpetuam um regime de segregação socioespacial a partir das lacunas deixadas pela ausência dos direitos sociais; lacunas estas determinadas pelas questões raciais, de classe e de gênero.

²³ De acordo com o Observatório das Remoções (MOREIRA; ROLNIK; SANTORO, 2020), os atravessamentos que direcionam as questões raciais e de gênero encontram uma ausência de centralidade de pesquisa nos estudos sobre o direito à moradia, apontando para a dificuldade acadêmica de ressignificar o olhar e compreender esse recorte a partir dos marcadores sociais de diferença.

Nota-se que o processo de segregação do espaço a partir das violações referentes ao direito à moradia ecoa entre a questão de gênero não só pelas dificuldades que essa experiência proporciona ao gênero feminino por conta das ausências de infraestrutura, mas também pela violência urbana ou domiciliar. Em paralelo a esse panorama, ainda sobre as autoras citadas, estas enfatizam que é essencial situar a presença feminina como maioria na luta pelo direito à moradia. Vindo ao encontro, questiona-se a premissa do imaginário da violência contra a mulher persistindo em uma ótica apenas privada, ou seja, restringindo-se às questões referentes ao lar. Na dimensão pública das cidades, grande parte dos planejamentos também são destinados ao gênero masculino, perpetuando as violências e invisibilidades também no âmbito público (BELLO; BELEZA, 2019).

Sendo assim, ao interseccionalizar os apagamentos e silenciamentos presentes na questão habitacional, bem como no planejamento e gestão urbanos, compreendemos que as formas de violência no caso das remoções também são tecidas a partir da retroalimentação entre as opressões. Caminhando nessa linha de pensamento, a situação, quando vivenciada por mulheres negras ou não brancas²⁴, torna-se duplamente violenta. Cabe, nesse momento, encarar a própria categoria de direito à moradia no que diz respeito ao atravessamento diante do corpo feminino. Tendo em vista que a desigualdade de gênero é um elemento central na manutenção e produção das cidades, o que representa essa luta por direito entre diferentes mulheres que experienciam e experimentam a cidade de formas diversas? (BELLO; BELEZA, 2019).

A marcante resistência feminina na Vila Autódromo faz parte da história da comunidade. A luta política pela moradia nesse espaço carrega consigo o protagonismo feminino na história tanto da luta material, referente ao direito ao solo urbano e à moradia, quanto imaterial e simbólica, como veremos adiante, a partir do processo de articulação da luta a partir do Museu das Remoções da Vila Autódromo. O processo de resistência pela permanência dos moradores na comunidade não se deu por vias pacíficas e dialogadas. A covardia tornou-se um dos instrumentos centrais na estratégia de remoção por parte do Estado.

Em um dos episódios, nove pessoas ficaram feridas²⁵. Maria da Penha Macena, liderança comunitária na Vila Autódromo e uma referência na luta pelo direito à moradia, teve

²⁴ Cabe mencionar que a presente pesquisa compreende a não universalização do feminismo e das diferentes experiências que norteiam o gênero feminino, e potencializa a compreensão por meio da percepção da relação com opressões de classe e raça. Considera-se, aqui, a diversidade de vivências e a pluralidade de contextos em que essas opressões de gênero no direito à cidade e à moradia estão inseridas.

²⁵ Para saber mais sobre o ocorrido, confira: <https://www.youtube.com/watch?v=-oiX5eM1kk8>. Acesso em: 12 set. 2022.

seu nariz quebrado junto a outros moradores e moradoras que permaneceram na linha de frente na luta por suas casas. Dona Penha é reconhecida internacionalmente como uma mulher que representa corajosamente os desafios da liderança feminina na luta pelo direito à moradia. Vindo ao encontro do processo de construção metodológica da presente pesquisa, que será abordado futuramente, não poderia deixar de mencionar a relação de afeto que foi construída durante esses dois anos de trabalho com as mulheres da Vila Autódromo: Penha, Nathália, Sandra Maria, dona Antônia e outras mulheres apoiadoras e cogestoras do Museu das Remoções, tais como Diana Bogado, Lia Peixinho e Luiza Andrade, foram fundamentais para o processo de construção acadêmica, mas também possibilitaram o acesso a um vínculo muito mais profundo que os proporcionados pelos muros acadêmicos, destacando, mais uma vez, o protagonismo feminino nos processos de resistência da comunidade.

A luta das mulheres pelo direito à moradia é um dos enredos do cenário de disputa dos grandes centros urbanos. O conflito em busca de poder pertencer com igualdade à cidade, tendo acesso a condições que as tornem cidadãs de maneira equânime, visa deslocar o lugar de opressão em que estão inseridas a partir de um movimento que emerge desse mesmo fluxo de violência, criando resistências e atuando por uma cidade mais justa para o gênero feminino. Nota-se a potência de organização coletiva sensível e incansável, a partir de uma estratégia que valoriza a ética política do cuidado (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017) nas relações cotidianas, consolidando, dessa forma, a resistência pela luta contra a retirada de direitos. Sandra Maria, Maria da Penha, Nathália, Sandra Regina, entre outras, são presenças que potencializam e mostram cotidianamente a necessidade de resistência feminina pela integridade física e emocional das mulheres em seus territórios. Ainda mais além, foram essas mulheres que foram companheiras e interlocutoras essenciais da pesquisa. Essa troca possibilitou um entendimento consistente do que representa ser mulher na luta do direito à moradia na cidade do Rio de Janeiro.

O recorte da pesquisa se tornaria muito extenso se os atravessamentos do protagonismo feminino da Vila Autódromo fossem considerados. Ainda assim, é fundamental mencionar essa dimensão como uma das características mais marcantes do processo de resistência e histórico de luta da comunidade. As mulheres da Vila Autódromo merecem um trabalho de pesquisa só sobre elas. Tanto é que esse recorte já foi desenvolvido em alguns trabalhos dos colaboradores da Vila Autódromo e do atual Museu das Remoções (MONTEIRO; MEDEIROS; NASCIUTTI, 2017).

2.2 Estratégias de resistência da Vila Autódromo: uma breve retrospectiva do Plano Popular ao nascimento do Museu das Remoções

Uma das principais críticas de Milton Santos (2022) e também vindo ao encontro do que está posto pela presente pesquisa até agora, é identificar como a produção do espaço é percebida de maneira unilateral e restrita apenas a critérios que não se articulam com fatores sociais. A dimensão social é determinante na produção espacial. Da mesma forma, as historicidades também são fundamentais nessa construção. Essa análise nos interessa, uma vez que possibilita pensar nas tentativas de apagamento da história da Vila Autódromo por meio da política de remoções e as consequentes estratégias de resistência que ocorreram paralelamente a esse processo.

O que ocorreu durante a história da comunidade foi a negação da percepção do espaço como sendo historicamente e socialmente produzido. Desconsiderar a história dos sujeitos que fazem parte da comunidade e inserir essas narrativas como partes importantes na formação do imaginário da cidade do Rio de Janeiro torna-se um erro. Desse apagamento territorial²⁶ — entre materialidades e imaterialidades — emergem também os movimentos de disputa, por meio das lutas políticas e sociais. Essa expressão surge de inúmeros movimentos que nascem dessa constância das assimetrias de poder entre os atores sociais na cidade do Rio de Janeiro e outros centros urbanos. Esses fluxos de resistência se manifestam de diversas formas. No caso da Vila Autódromo, a luta se reconfigurou em um constante processo, em diversas fases, de acordo com as necessidades da comunidade em cada momento da sua história. A resistência era feita de forma afetiva e criativa, com ações culturais e educativas, permeadas por afetos e partilhas (TEIXEIRA, 2020).

O repertório de resistência criado por moradores e moradoras em articulação com “apoiadores” de diferentes lugares da cidade, marcam, para determinados grupos, a Vila Autódromo como uma “comunidade que venceu os Jogos Olímpicos” e como símbolo de “resistência”. A partir de uma estratégia de criar visibilidade sobre as situações vividas neste processo, moradores e moradoras compartilham suas histórias através dos jornais, mídias independentes, filmes e nos espaços das redes sociais, disputando as narrativas acerca da legitimidade da permanência da comunidade na região que concentrariam os investimentos para construção da “cidade olímpica” (CARVALHO, 2019, p. 45).

²⁶ Para visualizar e possuir o entendimento sobre o processo de apagamento territorial da Vila Autódromo, acesse o Trabalho de Conclusão de Curso de José Luis Osório de Castro para o curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Rio, denominado “Imagens em Rio Olímpico: disputa e Vila Autódromo” (2018). O trabalho apoiou-se no recurso imagético do Google Earth para construir um panorama de imagens ano após ano do processo de remoção da comunidade.

As tentativas e episódios de remoções na Vila Autódromo, assim como em outras comunidades e favelas, rompem com movimentos urbanos, existências e a multiplicidade de trajetórias (NETO; MASSEY, 2008) que escapam da política dominante proposta por um planejamento estratégico neoliberal. Essas ações de intervenção estatal na cidade não são neutras. Da mesma forma, podemos pensar na não isenção política do planejamento urbano. Todo projeto é baseado em uma concepção política de cidade, de sociedade e de desenvolvimento.

Em 08/10/2009 a prefeitura anunciou que, visando a realização das Olimpíadas de 2016, mais de 3.500 famílias de 6 comunidades das Zonas Oeste e Norte da cidade seriam removidas. Dentre estas estaria a Vila Autódromo. Segundo o Plano de Legado Urbano e Ambiental da Prefeitura, a área da Vila serviria para a ampliação das Avenidas Abelardo Bueno e Salvador Allende. Corroborando este “projeto” da Prefeitura, o Plano Estratégico de Governo 2009-2012, apresentado pelo prefeito Eduardo Paes em 5/12/2009, colocou entre suas metas a de “reduzir em 3,5% as áreas ocupadas por favelas no Rio”. A Vila Autódromo foi incluída na relação das 119 favelas a serem removidas integralmente até 2012, em função de “estarem em locais de risco de deslizamento ou inundação, de proteção ambiental ou destinados a logradouros públicos” (PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO, 2012, p. 10).

Essas escolhas podem, por sua vez, consolidar e estabilizar a partir de sua concretização, uma ordem social injusta. Como enfatizam Pedon, Sposito e Souza (2002), em uma realidade intrinsecamente contraditória, como qualquer sociedade capitalista, não há porque pensar que a prática do planejamento possa manter-se imune a essas contradições. Sendo assim, torna-se essencial situar o planejamento urbano, assim como o papel do Estado e de outros atores sociais que compõem o tecido urbano, seguindo uma tendência histórica e econômica.

É óbvio que propostas específicas e experiências concretas de planejamento e gestão urbanos jamais são “neutras”. A sociedade não é uma massa homogênea e indiferenciada, e sociedades capitalistas, mais especificamente, se apresentam divididas em classes (que se diferenciam em função do lugar que ocupam na esfera da produção), cujas relações são, em parte, contraditórias e de antagonismo estrutural. Além do mais, grupos sociais diversos, que se formam e entram ou não em atrito entre si devido a questões muito variadas, como modo de vida, etnia etc., complementam o panorama complexo e cheio de linhas de tensão e conflitos latentes e manifestos que caracterizam as sociedades capitalistas contemporâneas (PEDON; SPOSITO; SOUZA, 2002, p. 83).

Neto e Massey (2008), ao tecerem suas reflexões acerca da produção do espaço, nos convidam a reinterpretar como é concebida a produção espacial nesses casos, ao demarcarem que o espaço é fruto do encontro entre diferentes trajetórias, ou, como mencionam Zanutelli e Haesbaert (2021), mais que trajetórias, mas também histórias que, ao se encontrarem, revelam a densidade temporal que constitui a produção espacial. Vale mencionar que a categoria de espaço durante muito tempo foi interpretada como uma materialidade dada e fixa. Ao contrário dessa tendência de percepção estática do espaço, Neto e Massey (2008), ao caracterizarem o

espaço e sua relação intrínseca com o tempo, enfatizam justamente sua característica de reconstituição e remodelamento. O espaço não deve ser interpretado enquanto um elemento fixo, mas com a única certeza de que é e está em um constante processo, sendo resultado fruto da diversidade social que compõe a dinâmica espacial. A produção espacial, nesse sentido, nasce da potência existente nos encontros e sua capacidade de transformar e construir histórias. Sendo assim, a produção do espaço também está relacionada ao reconhecimento do outro, um outro que não está atrás temporal ou espacialmente, mas que coexiste, encontra-se em sua própria trajetória (ZANOTELLI; HAESBAERT, 2021).

Em contrapartida à percepção de Neto e Massey (2008), a produção neoliberal das cidades se estende aos processos de colonialidade (QUIJANO, 2005), que perpetuam a negação de modos de existir que diferem da estética e proposta dominante na cidade, como disserta Bogado (2017b). A preparação da cidade neoliberal não foge às regras reproduzidas pelo sistema, que coloca os interesses empresariais à frente dos interesses coletivos. A compreensão do espaço pelo sistema neoliberal restringe suas prioridades a serviço do capital, sem considerar a multiplicidade de encontros que escapam das possibilidades propostas no planejamento urbano da parceria público e privada. Essa negação da multiplicidade está diretamente associada a questões de hierarquia, relações de disputa e conflito, bem como sistemas de classificação que se utilizam da desigualdade social, racial, de gênero e de classe para manter seus lugares de poder, como mencionado anteriormente.

A partir da noção de “revitalização” do espaço urbano ocorrem os processos de gentrificação e as violências que caracterizam a política de remoção. Esse contexto é validado pelo esforço em construir uma cidade atrativa que gere lucros, enfatizando, mais uma vez, a relação do planejamento urbano, da gestão urbana e da reprodução do espaço com o capital. O caso da Vila Autódromo, bem como de outras comunidades que passaram por processos e tentativas de remoção, sem dúvidas, pode ser percebido enquanto um projeto de intervenção urbana que se recusa a conhecer a multiplicidade entre os sujeitos que compõem a cidade como potências.

No caso da Vila Autódromo, houve intensa tentativa de negociação dos moradores e apoiadores pela permanência da comunidade. Uma das várias estratégias foi a apresentação de seis versões do Plano Popular da Vila Autódromo (2012, 2016)²⁷. De acordo com Bogado

²⁷ As versões do Plano Popular da Vila Autódromo estão disponíveis em: <https://musedasremocoes.files.wordpress.com/2018/04/plano-popular-2011.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022. <https://musedasremocoes.files.wordpress.com/2018/04/plano-popular-2016.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

(2017a), o cenário de guerra que estava instituído na comunidade encontrou bases sólidas de apoio nas universidades, na Defensoria Pública do Estado e nos movimentos sociais. A construção desse plano resultou em um dossiê, com argumentos que justificavam a importância da existência do lugar, que nasceu da relação entre múltiplas existências e trajetórias e que significava também uma vida de luta por moradia digna para seus moradores. Ainda além, a organização desse plano comprovava tecnicamente que existia a compatibilidade entre a urbanização da comunidade e a construção do Parque Olímpico e que, inclusive, essa alternativa seria mais acessível financeiramente do que a remoção propriamente dita. A organização interna dos moradores conquistou alguns passos e relações importantes com outras instâncias sociais, que foram fundamentais para a consolidação e fortalecimento da luta pela permanência da comunidade na época em que estava passando pelo processo de remoção.

Um grupo de moradores organizando-se internamente conseguem construir parcerias importantes que ocuparam intensamente o território no período entre 2014 e 2016: a Pastoral de Favelas, que desde de sua criação em 1976, possui um histórico de acompanhamentos de conflitos de comunidades e que, neste período de remoções, participou da construção do Conselho Popular de Favelas, um importante espaço de articulação de comunidades que lutam contra remoção e outras intervenções violentas pelo Estado; o Comitê Popular da Copa e das Olimpíadas, formado por movimentos sociais, moradores de diferentes comunidades, militantes, pesquisadores e figuras políticas, que buscavam enfrentar o projeto neoliberal que se construía a todo vapor na cidade; as mídias alternativas, tendo destaque a ONG *Rio On Watch*, um site inglês que publica notícias vinculadas às Olimpíadas desde a perspectiva das favelas; o Núcleo da Defensoria Pública, importante para auxiliar na leitura de documentos jurídicos e para elaboração de estratégias jurídicas que poderiam atestar a legalidade da permanência daquelas pessoas em seu território e as articulações com núcleos de pesquisas de diferentes áreas de conhecimento, que marcam parcerias em torno do saber popular e do saber técnico (CARVALHO, 2019, p. 45).

No que tange ao Plano Popular, o que ocorreu foi a rejeição desse relatório construído entre moradores e instituições altamente qualificadas, cujo conteúdo atestava a possibilidade de permanência da comunidade. Optou-se pela antiga política de remoção e a consequente construção do Parque Carioca — conjunto habitacional distante da comunidade, construído para remanejar os moradores da Vila Autódromo. A organização do plano e o reconhecimento de sua necessidade no contexto da resistência e permanência da Vila Autódromo atestou a total ausência de adesão por parte do governo. Ao contrário, o que foi constatado foi um posicionamento político que desqualifica a importância da participação social ativa nesse tipo de situação.

A prefeitura apresentou nove argumentos diferentes para tentar justificar a remoção desnecessária das 600 famílias da comunidade. Os moradores não aceitaram perder suas casas e, com o apoio da UFRJ e UFF, elaboraram seu plano popular, que demonstrava a possibilidade de permanência de todas as famílias e a continuidade da construção das instalações para as Olimpíadas (BOGADO, 2017b, p. 226).

Nesse sentido, o que Harvey (1996) nos coloca sobre a ideia de urbanização torna-se essencial e vem ao encontro da estratégia de disputa e luta dos moradores da Vila Autódromo em sua trajetória e naquele momento. O autor define que a urbanização deveria ser considerada como um processo social que ocorre no espaço, no qual uma ampla gama de diferentes atores com objetivos e agendas bastante diversos interagem a partir de uma configuração específica de práticas espaciais interligadas.

A elaboração da primeira versão do Plano Popular da Vila Autódromo teve desenvolvimento no momento em que a comunidade teve novamente a ameaça de remoção ocasionada pelas intervenções urbanas realizadas em razão da Copa do Mundo (2014) e das Olimpíadas (2016). A organização desse projeto chama atenção para a união popular que se articula na temporalidade da luta política, na disputa pelo direito de participar ativamente da proposta do processo de urbanização da própria comunidade.

O mapeamento de argumentos, sustentados por uma base técnica na criação desse projeto de desenvolvimento urbano, econômico, social e cultural foi consolidado a partir de levantamentos de campo, bases cartográficas, análise de documentos, fotos aéreas e relatos de moradores, buscando resultados a partir troca entre frequentadores e articuladores da AMPAVA (Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo), bem como pesquisadores, laboratórios de pesquisas universitários (NEPLAC/ETTERN/IPPUR/UFRJ e NEPHU/UFF), professores e alunos das áreas de planejamento urbano, arquitetura e serviço social. O que se construiu foi um parecer técnico elaborado a partir das demandas e ausências.



Fotografia 8 – Apoiadores em um dos festivais Ocupa Vila Autódromo, 2015.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Sendo assim, o papel da academia na luta da comunidade tem um lugar consistente. A pesquisa acadêmica, as organizações políticas, a Defensoria Pública do Estado, por meio da atuação do Núcleo de Terras e Habitação (NUTH), ativistas, estudantes e professores se abriram para a intersubjetividade dos moradores e, ainda mais além, encararam as premissas intelectuais e jurídicas como apenas estimativas a serem submetidas ao crivo dos agentes (PEDON; SPOSITO; SOUZA, 2002).

A ideia que orienta toda a metodologia é a de que o PLANEJAMENTO POPULAR É POSSÍVEL, que os moradores e a comunidade detêm um saber que pode embasar um plano tecnicamente consistente. Por isso, as atividades têm permanentemente como objetivo a formação e qualificação de um grupo de planejadores populares da comunidade. Estes planejadores populares são apoiados e assessorados tecnicamente por profissionais, professores, pesquisadores e estudantes universitários. Assim, o planejamento urbano deixa de ser monopólio de políticos e tecnocratas, para se transformar em instrumento da luta popular (PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO, 2012, p. 15).

A construção do Plano Popular da Vila Autódromo se expressou como uma das estratégias políticas de resistência da trajetória histórica da comunidade, articulando-se a partir da necessidade de disputar o direito à moradia e à cidade. O plano tem em vista mostrar, para além da estratégia de resistência pela permanência da comunidade, a relevância de tornar a gestão urbana e o planejamento urbano uma ferramenta que visa democratizar a cidade e

fornecer aos cidadãos que pertencem às comunidades populares e favelas o direito de pertencer e permanecer em seus espaços com dignidade.

O caminho democraticamente mais legítimo para se alcançarem mais justiça social e uma melhor qualidade de vida é quando os próprios indivíduos e grupos específicos definem os conteúdos concretos e estabelecem as prioridades com relação a isso, podem-se considerar justiça social e qualidade de vida como subordinados à autonomia individual e coletiva enquanto princípio e parâmetro (SANTOS, 2020, p. 66).

Entretanto, cabe mencionar que a luta da Vila Autódromo pela permanência da comunidade vai muito além da elaboração do Plano Popular da Vila Autódromo. Outras estratégias políticas de resistência emergiram da temporalidade da luta diante de um contexto hegemônico, neoliberal, dominante e opressor — incluindo aqui o Museu das Remoções. Essas estratégias de luta são fruto da relação bilateral entre a comunidade e seu exterior. A rede de apoio que é construída na luta pelo direito à moradia envolve uma série de diferentes lugares e locais de experiência.

Nessas ações eram produzidas inscrições nas paredes, faixas, camisetas e grafites, espalhados pela comunidade, denunciavam visualmente as violações de direitos e injustiças. Essas ações eram organizadas de forma coletiva, com uma agenda intensa de eventos denominada “Ocupa Vila Autódromo”, um movimento que visava manter a Vila ocupada e pulsante. Onde a vida estava sendo retirada, era preciso ter ações criativas que inspirassem a vida, a criatividade, a arte, a alegria, a esperança. Essas ações atraíam o máximo de pessoas e fortaleciam os laços afetivos, o pertencimento e a identidade, dando visibilidade para o que ocorria enquanto a cidade se transformava. O efeito no emocional dos moradores era fortalecedor, mantinha acesa a chama da esperança, da vida, da alegria, da felicidade. Uma explosão de emoções. Apesar de toda destruição, a Vila celebrava a vida através da arte, da alegria, com eventos festivos, com música, teatro, grupos de palhaços, poesia, oficinas de perna de pau, de fotografia, produção de vídeos, produção de instrumentos musicais, exposições, produção de grafites nas paredes, capoeira, exibição de filmes, fanfarras com pernas de pau, festivais culturais reunindo tudo isso (TEIXEIRA, 2020, p. 14).

Quando pensamos na história de luta da comunidade, é importante mencionar que o processo de resistência não surge no momento em que as remoções foram mais intensas na Vila Autódromo (2014-2016). Em conversa com Nathália Macena, a moradora da comunidade enfatiza que o processo de resistência da Vila Autódromo inicia a partir do momento em que o território passa a ser ameaçado de remoção. Essas primeiras ameaças surgem na década de 90.

Ao meu ver, na década de 90, eu era criança, quem participava das reuniões e movimentos eram meus pais, mas o que eu posso te dizer com clareza é que uma das coisas mais importantes foram as mobilizações, as próprias reuniões, assembleias, que foram feitas lá atrás. Porque a partir do momento que as pessoas se reúnem pra defender esse território, começam a surgir ideias, começa a mobilização. Então eu acredito que lá atrás, as reuniões foram uma prática importante de resistência, convidar pessoas de fora pra apoiar a luta, sejam estudantes, pesquisadores, moradores de outras comunidades de remoção... E aí com o passar do tempo, essas práticas de assembleias, reuniões, mobilizações, atividades também como eventos culturais que

foram acontecendo no decorrer dos anos (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).²⁸



Fotografia 9 – Brincando sobre os entulhos, 2015.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Desde as primeiras mobilizações na década de 90, Nathália também enfatiza nesse constante processo de reconfiguração da resistência alguns episódios que demonstram a importância da comunidade se reinventar diante das demandas e ameaças impostas no decorrer de sua história. Dos atos de resistência nas ruas próximas a comunidade, mas também no centro da cidade, das tentativas de diálogo com motoristas que passavam pela Avenida Abelardo Bueno — lateral da comunidade —, buscando mobilização diante da possibilidade de contar essa outra narrativa que não a propagada pela grande mídia, a instalação de barricadas na entrada da comunidade, instauradas com o objetivo de zelar pela segurança dos moradores que persistiram diante do cenário de uma comunidade já destruída em razão da implementação das reestruturações urbanas decorrentes dos megaeventos esportivos.

Teve um ato que fizemos que foi muito criativo aqui na Abelardo Bueno, que a gente não fechava a rua por muito tempo, a gente fechava por alguns minutos pro trânsito ter continuidade. E esse trânsito que vou te narrar agora, um dos apoiadores teve essa

²⁸ Entrevista cedida em 7 de março de 2022.

ideia de servir um café da manhã. Era assim, a gente parava os carros, servia um café mesmo, com pão e alimentos que eram doados pelos próprios moradores e apoiadores, então tinha fruta, tinha café, leite, pães. E aí a gente ia até os carros, levava o café da manhã e dialogava com os motoristas que davam acesso pra isso, dizendo que estávamos passando por uma remoção, por conta das Olimpíadas, que estavam utilizando das Olimpíadas como pretexto, enfim, a gente fazia uma breve fala explicando o motivo que a gente estava fazendo aquela reivindicação. E aí muitos entendiam, compreendiam e apoiavam, passando a conhecer a nossa luta (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).²⁹



Fotografia 10 – Protesto fechando parte da Av. Embaixador Abelardo Bueno, em 27 de janeiro de 2016.
Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Nathália também menciona, entre as estratégias de resistência que se lembra, da importância das ações culturais que ocorriam na comunidade no momento mais intenso de remoção. Os festivais Ocupa Vila Autódromo eram eventos culturais que convidavam artistas voluntários, dos mais diversos segmentos, abrangendo uma diversidade de propostas culturais de teatro, palhaçaria, bandas, fanfarras, que se apresentavam em uma programação organizada pelos moradores e apoiadores. A moradora menciona a importância de ocupar o espaço da comunidade com cultura. Essas ações fortaleciam os moradores naquele momento.

²⁹ Entrevista cedida em 7 de março de 2022.



Fotografia 11 – 2º Ocupa, em 28 de novembro de 2015, banda Ataque Brasil; ao lado direito, o telão para passar o filme *The Fighter*.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

A partir do momento que a gente ocupava a Vila com pessoas, era mais gente aqui pra registrar uma arbitrariedade, uma ação violenta, porque as pessoas vinham com celulares, com câmeras. Então assim, ocupar a Vila com pessoas de fora era muito importante em um momento em que ela estava ficando cada vez mais desocupada, com menos famílias, menos pessoas e quem ficava estava mais desprotegido e exposto. Então essas ações culturais eram importantes nesse sentido, porque elas traziam pessoas de fora pra ocupar a Vila e pra nos ajudar nessa resistência. E a cultura nesse sentido foi importantíssimo, porque trazia alegria pra gente em um momento muito difícil, trazia um momento de respiro. A gente ficava muito atarefado, era muito trabalhoso, mas por outro lado a gente tinha esse suporte de amigos, amigas. Vinham pessoas que nunca tinha vindo a Vila e passavam a conhecer a nossa história, propagavam nossa história nas redes sociais, nossa luta, conheciam um outro lado da luta que não era divulgado pela mídia. Então isso foi pra gente foi muito importante (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).³⁰

³⁰ Entrevista cedida em 7 de março de 2022.



Fotografia 12 – 4º Ocupa VA, em 25 de junho de 2016. Festa Junina em frente aos contêineres. Caipira Pinga Fogo.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

A resistência se mostra como uma forte potência que emerge a partir das ausências, sofrimentos e opressões ocasionados pela produção urbana hegemônica. Além disso, a proposta de mapeamento de estratégias de resistência a partir da articulação social entre moradores, moradoras e a comunidade externa rompe com a lógica capitalista de produção espacial, organizando, assim, mobilizações que visaram atender sobretudo às demandas dos que pertencem ao espaço habitacional da Vila Autódromo.



Fotografia 13 – 7º Ocupa VA, em 18 de março de 2017. Seção de vários documentários dentro da igreja.
 Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

A historiadora e moradora da Vila Autódromo Sandra Maria Teixeira (2020), em seu artigo sobre a história da comunidade, menciona a importância desses processos de resistência entre apoiadores e moradores para o fortalecimento da comunidade no período de remoção. Entre essas estratégias, cabe destacar também a requalificação de algum espaço da comunidade que estava, na época, em ruínas. A professora e apoiadora Diana Bogado, junto com sua turma de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera, atuaram ativamente nesse processo de diversas maneiras, cabendo destacar as tentativas de reterritorialização do espaço.

Diana Bogado, professora de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera, unidade Niterói, na época, realizando sua pesquisa de doutorado em Arquitetura e Urbanismo sobre os impactos dos megaprojetos na cidade do Rio de Janeiro, tendo assumido a coordenação de um Projeto de Extensão à comunidade, propõe uma intervenção participativa com vistas à requalificação de algum espaço da Vila. E o espaço escolhido pelos moradores foi o parquinho das crianças. Nesse cenário de destruição, a área de lazer das crianças sendo restaurada, restaurava as energias da comunidade, confortando as famílias que viam suas crianças brincando nos brinquedos novamente e não em meio a escombros. Nesse local eventos importantes foram realizados no período da remoção, como a apresentação da sexta versão do Plano Popular de Urbanização da Vila Autódromo; o lançamento do livro “A guerra dos lugares”, da arquiteta e urbanista Raquel Rolnik; o debate com o geógrafo David Harvey; churrascos comunitários em dia de campeonatos de futebol; ping pong, aulas abertas, confraternização de moradores e apoiadores nos fins de semana, e tantos outros (TEIXEIRA, 2020, p. 16).

Dessas estratégias de resistência brevemente citadas, Nathália menciona que o nascimento do Museu das Remoções da Vila Autódromo é o “legado” de todos esses processos de luta que se reinventaram de acordo com as necessidades da comunidade em um processo espontâneo e orgânico. As ideias e possibilidades também eram trazidas por diferentes atores sociais em um fluxo de troca bilateral. Interessante mencionar que, durante essa conversa, a moradora aponta que uma das táticas de luta da comunidade foram os registros.

É, eu queria acrescentar que eu acho interessante lembrar, e assim. Pra mim eu acho que o Museu de Território e o Museu das Remoções, a gente percebe que ele também se torna uma ferramenta de luta, porque ele dá visibilidade e ele reconecta a comunidade a luta, vai passando, a história vai se repetindo, vai sendo transformada e vai sendo levada. Ele na verdade tem também a capacidade de transportar a história daquelas comunidades, daquelas famílias, das pessoas que sofreram a remoção, para um outro lugar. E também é uma ferramenta que vai servir para outras pessoas. Hoje a gente vê que tem outras comunidades que tá se apoiando nessa luta nossa, que tá resistindo, que tá aprendendo. Então ele tem a capacidade de ensinar também. Eu vejo o museu um pouco como um laboratório de experiência que tá servindo para outras pessoas tomar posse, se apossar da luta, da cultura, que assim muitas das vezes nós pobres não conhecíamos o que é a cultura. E eu acho que através da museologia social essa cultura vai sendo levada e transformando as pessoas. E até mesmo a sociedade, que acho que começa a perceber e ter outra visão da importância do museu de território, do ecomuseu, da memória, dos museus de memória, enfim. Acho que esse conjunto todo vai fazendo essa diferença. Então acho que é super importante esse trabalho dos museus comunitários. E a troca de saberes que também é muito interessante. Eu acho que se cria muito troca de saberes e laços afetivos. Porque não é só uma coisa que tá ali num lugar. É uma coisa que se move né, que tá sempre em movimento (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).³¹

³¹ Entrevista cedida em 16 de agosto de 2022.



Fotografia 14 – Comemoração dos três anos do MdR, com Festa Junina e exposição de fotos “Imagens de memória e luta”, em 29 de junho de 2019.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Parte das fotografias, imagens e vídeos que compõem o acervo do museu nasceram do registro da violência ocasionada pela remoção entre os anos de 2014 a 2016 e tornaram-se aliados na tentativa de intimidar qualquer possibilidade de ações violentas por parte dos agentes da prefeitura. Desses registros, grande parte deles permanece sendo tratado como a memória da Vila Autódromo, no Museu das Remoções.

Nesse processo de tensão e criação, Tainã de Medeiros, museólogo e apoiador da luta, apresenta a ideia da criação de um museu como ferramenta de luta, e, também, pela importância de preservação da memória. Apresenta aos moradores a possibilidade de trabalhar com uma visão de museologia diferente da tradicional, voltada para a memória daquelas pessoas que sempre tiveram suas histórias contadas ou apagadas por outros. A museologia social, produzida a partir da iniciativa popular, coloca em questão a narrativa e potencializa a memória do oprimido, possibilitando sua atuação como agente na preservação da história e da memória (TEIXEIRA, 2020, p. 15).

3. DA MUSEOLOGIA TRADICIONAL À NOVA MUSEOLOGIA: REVISITANDO AS DISPUTAS E ATRIBUINDO OUTROS SIGNIFICADOS A PARTIR DE EXPERIÊNCIAS MUSEOLÓGICAS VINDAS DE GRUPOS SUBALTERNIZADOS

Para compreender um pouco mais sobre a importância de estarmos discutindo a necessidade de existência do Museu das Remoções para os fazeres museológicos, é fundamental, em paralelo, estabelecer alguns apontamentos referentes à própria museologia e suas contradições na construção do saber e do conhecimento. Este capítulo restringe-se a algumas análises e investigações sobre contextos temporais (HEITOR, 2021), em que as transformações na museologia são sinalizadas, tendo em vista a possibilidade de experimentações diversas no campo, tendo como referência o nascimento do Museu das Remoções da Vila Autódromo e sua trajetória desde sua inauguração, em 2016.

Na tentativa de desenvolver alguns conceitos-chave para o campo em questão, Desvallées e Mairesse (2013) definem a categoria de museologia como o estudo dos museus, enquanto a museografia destina-se às práticas que ocorrem nesses espaços. Nomenclaturas e definições à parte, faz-se relevante mencionar, também, que o estudo dos museus como um campo de análise e discussão encontra seu nascimento na Europa. De acordo com Manoel-Cardoso (2014), os antecedentes dos museus tal qual conhecemos surgem dos “gabinetes de curiosidades” do século XVI e XVII. Com o advento do Iluminismo e a partir da Revolução Francesa, no século XVIII, esses espaços foram reconfigurados para o que entendemos por museus atualmente. Entre as principais características da chamada “museologia tradicional”, calcada em padrões e demandas majoritariamente eurocêntricas, encontra-se um fazer museológico que centraliza suas demandas em torno dos pilares museu-coleção-objeto.

A principal preocupação dos museus dessa tendência tradicional é centralizar as suas demandas de gestão em torno dos objetos. Nesses casos, a finalidade do objeto destina-se, sobretudo, à contemplação estética e artística dessas peças, dando pouca importância à relação interpretativa, de conhecimento e identificação que esses objetos poderiam proporcionar para o desenvolvimento dos sujeitos e de seus territórios (MANOEL-CARDOSO, 2014).

A configuração dos museus como espaços associados a práticas científicas se deu no século XIX, no bojo da construção das identidades nacionais europeias, fortemente imbricada com os colonialismos e imperialismos. Em uma perspectiva histórica, os vestígios materiais inseridos nos museus compõem um processo bem mais longo, estando associados ao colecionismo, aos gabinetes de curiosidades e à própria gênese das instituições museológicas. Herdamos um olhar forjado no século XIX, quando a Antropologia e a Arqueologia iniciaram-se como disciplinas científicas na esteira do imperialismo das grandes potências (WICHERS, 2019, p. 7).

Desse enrijecimento no campo de estudo em questão, em paralelo com a pouca realidade prática e dialógica para com a sociedade e suas lacunas sociais, as problemáticas da museologia tradicional oriundas de um passado colonialista tornam-se ainda mais densas quando praticadas em países, territórios e saberes-fazer que emergem de experiências do Sul Global. Primo (2021), ao mencionar em seu estudo as áreas que a colonialidade influencia diretamente as construções sociais, aponta a dinâmica epistêmica como uma dessas vertentes. Esta está diretamente relacionada à subjetividade e à produção de conhecimento, implicando no processo de construção da própria memória, história e pertencimento nos espaços museológicos, atenuando a disputa deixada pela divisão entre quem tem e quem não tem o direito de fazer parte dessa constituição.

Essa colonialidade, alimentando o poder, o saber e o ser, estruturada como padrão de poder mundial, afeta quatro áreas básicas da existência social [...] O epistêmico, que regula a subjetividade, e decide quais são as instituições que constroem o conhecimento, quais são responsáveis por ele, pela sua distribuição e circulação da subjetividade, isso também permite legitimar quem fala e o que fala dentro da sociedade (PRIMO, 2021, p. 30).

Essas lacunas deixadas pela teoria e prática museológica tradicional abriram espaços para questionamentos que surgem em meados de 1970, quando a palavra “desenvolvimento” é incluída na definição de museu do ICOM (Conselho Internacional de Museus). É importante explicitar esse recorte como sendo uma primeira abertura de caminhos para uma série de outros eventos e congressos que sucederam ano após ano, incentivando novos panoramas e possibilidades ao fazer museológico. Nesses eventos representativos para a história da museologia, a principal questão girava em torno de novas possibilidades para um fazer museológico que fosse de fato comprometido com sua sociedade, para além da relação entre “ver, contemplar e guardar” (VARINE, 1979).

Pode-se dizer, por conseguinte, que o mundo dos museus, enquanto instituição e enquanto método de conservação e de comunicação do patrimônio cultural da humanidade é um fenômeno europeu que se difundiu porque a Europa produziu a cultura dominante e os museus são uma das instituições derivadas dessa cultura (VARINE, 1979, p. 12-13).

A concepção de museologia tradicional prioriza a homogeneização das trajetórias de grupos sociais que compõem a sociedade. A construção dessa prioridade faz parte da necessidade pela consolidação de uma ideia de nação, que surge no decorrer do século XX, na Europa (MANOEL-CARDOSO, 2014). Uma das principais características do movimento progressista na museologia da época era justamente utilizar da possibilidade e potência da experimentação de novas formas de pensar os museus, que valorizassem o lugar dessas

instituições na sociedade em sua diversidade e novos modos de gestão de coleções (SANTOS, 2019).

Ainda assim, apesar de ser identificada como antiga a tentativa de mudança ao pensar na construção de museus, a museologia social e suas variantes permanecem na tentativa de aplicações mais firmes e constantes até os dias de hoje, com o objetivo de ativar e desenvolver discussões e práticas que se atentem à importância das escalas locais na formação de novos museus. Essa Nova Museologia parte do pressuposto de considerar fundamental a construção ativa com e a partir de realidades que partem de diferentes processos de experiências e vivências, inclusive de opressão. Santos (2019) esclarece que a consolidação desse modo de se pensar o museu enquanto equipamento de participação das comunidades e de valorização das diferenças culturais permanece sendo uma trajetória ainda em busca de consolidação.

Hugues de Varine, museólogo que compõe o núcleo de precursores das ideias sobre museus comunitários e museologia social, enriquece a discussão aqui proposta, enfatizando que a crítica às concepções da museologia tradicional trazem para o debate justamente a necessidade do constante movimento de ressignificação da função museal para a sociedade. Varine (2012) aponta para a importância de se articular a museologia e o fazer museológico aos interesses e às demandas locais de cada território, podendo fazer parte das construções comunitárias que se articulam, juntamente com outras demandas, para o processo de desenvolvimento local³². Essas demandas são determinadas pelos próprios sujeitos dos territórios de atuação social e variam seus objetivos entre a busca por representatividade, a exaltação da trajetória histórica do território ou como estratégia política de resistência nesses espaços.

O desenvolvimento local possui uma dimensão cultural muito forte: para ser bem-sucedido, qualquer processo de desenvolvimento precisa produzir mudanças positivas, estando ao mesmo tempo ligado às raízes culturais e psicológicas da comunidade (VARINE, 1995, p. 2).

Todo esse contexto inicia oficialmente no final dos anos 70, mais precisamente no ano de 1979. Varine participa, a partir de uma entrevista, do livro “Os museus do mundo” (1979). Esse depoimento, de acordo com Gouveia *et al.* (2014), simboliza a efervescência histórica e política do contexto na época, mas também representa os novos fluxos que estavam por reconfigurar os estudos e práticas na área de museologia nas décadas seguintes, com o objetivo de, para além de denunciar e criticar as narrativas coloniais dos museus pelo mundo, romper com esse discurso por meio do investimento de estudos que proporcionassem a descolonização de museus e do pensamento museológico.

³² O termo aqui utilizado não refere-se a nenhuma concepção de desenvolvimento que esteja associada com noções de progresso que violentam espaços a partir de uma perspectiva unilateral de tempo e produção espacial.

O mencionado movimento de transformação museológica nasce no final dos anos 1970, de mãos dadas aos grandes movimentos sociais da época, tais como movimento feminista e movimento negro, todos buscando de certa forma explorar as possibilidades de descolonização do mundo em que estavam inseridos [...] Este caminho levou ao desenvolvimento do debate acerca do papel dos museus, e durante a ECO-1992, no Rio de Janeiro, passou-se a tratar do tema de forma mais específica na cidade, sendo o Ecomuseu de Santa Cruz o primeiro a ser reconhecido e reconhecer-se dentro desta nova perspectiva museal (SANCHES, 2020, p. 8).

O trecho indicado sinaliza que, no início da década de 1970, houve um movimento de questionamento à museologia tradicional, que percorre durante todo o restante do século XX e encontra desafios entre práticas e teorias até os dias de hoje, mesmo considerando um espaço cada vez maior para o debate acerca da descolonização de museus a partir de práticas museológicas que partam de lugares subalternizados. Documentos internacionais foram produzidos naquele contexto e ecoam até hoje como referências históricas na museologia, marcando a mudança de paradigma na museologia tradicional e enfatizando a necessidade de reconfigurar teorias e práticas museológicas para que estas estejam cada vez mais comprometidas com seus devidos territórios (CÂNDIDO, 2007), não se limitando apenas aos estudos de coleções e objetos.

Eu não tinha noção do que era um acervo. Eu não tinha noção do que era um museu, principalmente um museu da museologia social. Então, assim, eu tô aprendendo cada dia que passa. Eu comecei a aprender dentro da luta e com a criação do museu, o que é realmente um museu. E a importância assim, da museologia social, que me despertou muito, e cada dia que passa eu aprendo mais. E a diferença dos museus, que o museu tradicional, que só conta a história de quem tem o capital, quem foi alguém importante né. E eu percebo que nesses dois museus, as diferenças. Que eu acho que isso é importante (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).³³

Os eventos que percorrem a segunda metade do século XX até os dias de hoje enfatizam a necessidade de romper com a mentalidade binária entre colonizadores e colonizados, que se mostram também nos princípios e estudos museológicos. Sugere-se a importância de se materializar uma mudança, que, por sua vez, estimula o investimento de estudos e práticas que contribuam para a descolonização do museu (GOUVEIA *et al.*, 2014) e do pensamento museológico. Entre os principais eventos que marcam essa mudança de paradigma, é fundamental destacar a Mesa Redonda de Santiago do Chile (1972), cuja pauta girou em torno do papel do museu na América Latina, a Declaração de Quebec (1984), ocasião na qual foi criado o Movimento Internacional para uma Nova Museologia (MINOM), e a Declaração de Caracas (1992), que centralizou sua discussão em torno do papel socioeducativo e comunicacional dos museus.

A instituição distante, aristocrática, olimpiana, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos, têm cada vez mais — e alguns disso se inquietam — dado

³³ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

lugar a uma entidade aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social. A revolução museológica do nosso tempo — que se manifesta pela aparição de museus comunitários, museus “*sans murs*”, ecomuseus, museus itinerantes ou museus que exploram as possibilidades aparentemente infinitas da comunicação moderna — tem as suas raízes nesta nova tomada de consciência orgânica e filosófica (MOUTINHO, 1993, p. 7 apud GOUVEIA *et al.*, 2014).

Esses são alguns dos eventos que sinalizam a crise de identidade dos museus no século XX (CÂNDIDO, 2007) e o constante exercício de atribuir outros significados e pontos de partida à prática museológica. Nesse processo, torna-se fundamental o reconhecimento sobre a inclusão de recortes mais plurais, diversos e democráticos, também acentuando a preocupação em estabelecer laços de identificação do museu com a sua sociedade, acreditando na potência que existe entre memória, pertencimento e territórios como ferramentas de desenvolvimento comunitário. Em pouco tempo, essas discussões foram sendo apropriadas por pensadores e museólogos de todas as partes do mundo, inclusive no Brasil, cujos museus foram criados a partir de suas raízes colonialistas (GOUVEIA *et al.*, 2014).

É... pra mim, quando fala de arquivo, de museu, realmente me vem, antes do MdR né, me vem essa imagem dos museus tradicionais em geral, museus que a gente visita quando a gente é criança, nas excursões de escola, esse museu né. As peças ali, tendo um guia pra falar sobre cada escultura, cada quatro, essa era a visão que eu tinha de museu tradicional. E aí com esse engajamento né, do museu das remoções, eu fui vendo que existem outras formas de se ter e se fazer um museu. Formas que eu confesso que eu também não tinha ideia. No entanto, quando a gente começou com essa ideia de museu, né, eu até pensava “nossa, como é diferente né”, porque quando você pensa em museu, vem automaticamente, o senso comum pensa “precisamos de uma estrutura física, né, de um local, para colocar todas as esculturas, todas as peças, para as pessoas verem”, você automaticamente tem essa visão. Muita gente tem essa primeira imagem de museu. E aí aqui, eu descobri na verdade uma outra forma. Ecomuseu, nunca tinha ouvido falar em ecomuseu, por exemplo. Então realmente, essas nomenclaturas, museologia social, tudo isso eu fui aprendendo também com o MdR. Que tem uma outra forma de fazer museu, e que não é essa forma tradicional. Existem outras, tem como reinventar e até ressignificar eu diria. Então assim, é... Isso, continuo aprendendo né. E também claro, a partir do MdR eu pude conhecer outros museus comunitários, que tem propostas semelhantes. Seja museu de percurso, que tem essa proposta diferenciada do que a gente tá acostumado. Então isso foi muito bacana também, porque foi uma porta de entrada para que a gente conheça outras formas de se fazer museu e de ser museu (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).³⁴

Importante destacar que o papel dessa contextualização da museologia tradicional não busca estabelecer juízos de valor ou de configurá-la como inoperante ou indiferente nos processos dos fazeres e saberes museológicos. Ainda assim, é relevante mencionar como essa linha de atuação na museologia não só reforça como forja a manutenção de hierarquias sociais (SANCHES, 2020). Da mesma forma, Peixinho (2021) aponta que a Nova Museologia atua muito mais a partir de uma renovação diante do que é considerado tradicional e instituído na

³⁴ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

museologia, do que a partir de uma ruptura, sobretudo porque é necessário considerar que a museologia tradicional ainda está em vigor e no centro do poder estabelecido.

A proposta dos Museus Sociais, por outro lado, está muito mais interessada em transformações sociais do que na manutenção de hierarquias de classe através da apropriação de bens culturais, e luta justamente contra isso. Nesta medida, é interessante pensar em como a manutenção da memória é fundamental na construção do cotidiano de luta por permanência e moradia vivenciada pela maioria das comunidades que abrigam os museus sociais da cidade do Rio de Janeiro (SANCHES, 2020, p. 7).

Como sinaliza Cândido (2007), apesar da transição da museologia tradicional para a Nova Museologia nascer da necessidade de desenvolver outras formas de praticar o fazer museológico, que escapem das bases elitistas cujos museus tradicionais foram calcados, o objetivo da discussão proposta neste momento não se limita a rechaçar as experiências museológicas passadas, mas que a elas sejam aplicadas a densidade da realidade de cada território, reconfigurando a museologia a partir da experimentação (PEIXINHO, 2021) e atribuindo a esse processo outros significados que sejam mais coerentes com as realidades dos grupos sociais brasileiros. Essa disputa existente entre tendências museológicas até os dias de hoje enfatizam, também, como a apropriação da responsabilidade por parte dos museus no processo de construções identitárias também divide-se entre posicionamentos políticos progressistas e conservadores (CÂNDIDO, 2007).

É... antes do Museu das Remoções, todos esses acontecimentos aqui, eu também não tinha muito conhecimento sobre museu e acervo, a gente tinha, eu falando por mim, tinha a ideia de museu, aquele museu tradicional, museu que envolve mais os grandes acontecimentos da sociedade, da alta sociedade, do poder capitalista mesmo né. Como se as camadas inferiores não tivessem direito de terem o registro das suas próprias histórias. E aqui na Vila Autódromo quando surgiu o Museu das Remoções, a gente começa a perceber a importância dessa ferramenta né, pra nossa história mesmo. Acho que toda comunidade deveria ter seu museu porque toda comunidade tem sua história. Quando surgiu os acontecimentos, quando evolui, muitas coisas ficam perdidas com o tempo e coisas importantes. Até pro próprio registro da história né, do país, onde essas comunidades elas têm uma importância incrível para o próprio desenvolvimento do país, para a história. E é uma camada que acaba ficando no esquecimento mas acaba tendo algum progresso. E isso me abriu muito meu conhecimento pra esse setor, através da museologia social, que é o que cobre mais as áreas periféricas, camada social mais baixa, poder aquisitivo baixo, que eu vinha aprendendo muito tudo isso e muito enriquecedor fazer parte do museu na nossa comunidade, onde a gente acompanha todos os passos que ele vai transformando a comunidade né. E a importância de estar registrando esses espaços para que pra frente não se perca nada, né. E outros que vierem, possam entender tudo o que passou lá atrás com os registros feitos no momento (LUIZ CLÁUDIO DA SILVA, informação verbal).³⁵

A crise de identidade dos museus abriu caminhos para diálogos sobre o papel dos museus na sociedade. Essas discussões emergiram a partir de inúmeros formatos de luta social e política, assim como resistências que conquistam, inclusive, em tempos atuais, um espaço

³⁵ Entrevista cedida em 16 de agosto de 2022.

ainda em processo de consolidação para uma museologia que questione a ideia de passado rígido, inflexível e passe a enxergar um presente no qual o sujeito “comum” possa assumir a dimensão de ator principal, expondo em suas vivências as lacunas e problemas críticos da sociedade por meio da memória, da história e do direito a museu (HEITOR, 2021).

Cândido (2007) também sinaliza a importância dos museus que existem para além de uma vitrine de ilustração, e que atuam como agentes de reflexão baseados mais na provocação do que na instrução. Nesse contexto, a missão dos museus deveria ser criar as bases de compreensão dos problemas para formar indivíduos responsáveis por um processo de mudanças sociais e políticas.

Este “novo” museu é uma instituição comunicante e dialógica, um museu-processo, um museu-ação, um ato político e um instrumento de educação, afirmação, pertença e cidadania. São museus construídos como um percurso e não como fim, entidades prestadoras de serviços, instituições atentas às mudanças que se observam na sociedade. São museus sociais, comunitários, informais, críticos, que buscam o desenvolvimento sustentável e sustentado, integral e integrado da comunidade onde se inserem e da sociedade global. Tal resultou de uma ruptura com a Museologia dita tradicional, centrada no objeto museal, passando o enfoque das coleções para as pessoas e a prática social, promovendo uma visão interdisciplinar e a participação das populações no trabalho museológico (JANEIRINHO, 2013, p. 7).



Fotografia 15 – Inauguração do Museu das Remoções, em 18 de maio de 2016, em meio a um cenário de guerrilha e com muita chuva.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Dentro das mudanças de paradigmas teóricos e práticos, a chamada “Nova Museologia” conquistou seu lugar no centro das discussões no campo no decorrer da década de 1990, abrindo caminhos para outras tendências museológicas que representam esse movimento de preocupação dos museus para com a responsabilidade social entre seus territórios. Essa Nova Museologia abarca outras denominações cujos significados apresentam particularidades de acordo com os locais em que eles surgem, considerando que cada prática museológica é única, a depender do território em que se estabelece e se constrói: museologia popular, museologia ativa, ecomuseologia, museologia comunitária, museologia social, museologia decolonial, museologia da libertação, museologia experimental, entre outras. Esses fluxos surgem de práticas e experiências que caracterizam essa museologia insurgente e constroem outros olhares sobre o processo museológico, considerando implicações e movimentos nas ações de pesquisa, preservação e comunicação a partir da ênfase no diálogo, inclusão e participação. Nessa proposta, o desenvolvimento comunitário, participado e ativo é o fio condutor dessas diferentes ações (JANEIRINHO, 2013).



Fotografia 16 – Inauguração do museu, em 18 de março de 2016.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Essas múltiplas designações indicam, de algum modo, a potência criativa, a capacidade de invenção e reinvenção dessas experiências e iniciativas, e evidenciam a disposição para driblar e resistir às tentativas de normatização, estandardização e controle perpetradas por determinados setores culturais e acadêmicos. Essas museologias indisciplinadas crescem de mãos dadas com a vida, elaboram permanentemente seus saberes e fazeres à luz das transformações sociais que vivenciam como protagonistas, por isso mesmo é no fluxo, no refluxo e no contrafluxo que se nomeiam e renomeiam, se inventam e reinventam, permanentemente (GOUVEIA *et al.*, 2014, p. 8).

Vale mencionar que, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, a Nova Museologia tem sido considerada como uma ferramenta para se construir no campo um espaço aberto para possibilidades que surgem da relação com a experiência de sua sociedade e dos sujeitos que a compõem. Sendo assim, ao ser aplicada em territórios diversos, os resultados são significativos para o processo de desenvolvimento local (VARINE, 2012). Essa tendência ainda encontra, até os dias de hoje, dificuldades para ser aceita e praticada, sobretudo no âmbito acadêmico. Mesmo considerando as divergências e disputas dentro da academia e dentro da área da museologia, o surgimento de museus comunitários na cidade do Rio de Janeiro tem firmado uma rede comunitária já há algum tempo³⁶. Essa rede atua com o objetivo de ser instrumento para o fortalecimento de favelas cariocas e bairros populares na cidade, uma vez que esses museus sociais atuam como uma forma de construir a permanência entre moradores e suas respectivas comunidades, que possuem seus territórios em constante ameaça de remoção. Ocorre, nesse processo, a disputa pela permanência com dignidade por meio da valorização da memória, da história, da identidade e sua relação com o território.

Os museus sociais formados na Vila Autódromo e outras comunidades cariocas podem ser entendidos, a partir do colocado, como parte de um movimento das classes subalternas de criação de identidade coletiva em contraposição à elite, e de busca por amplo reconhecimento, dentre eles o de direito à permanência. Isso porque, os museus têm como objetivos preservar a memória da população que vive ou viveu nestes locais e servir como instrumento de luta coletiva; ao passo que demonstram sua existência nos territórios por décadas, buscam negar a ideia de “ocupação irregular” tão utilizada como justificativa para remoções e políticas higienistas (SANCHES, 2020, p. 9).

No plano político nacional, é importante destacar o Programa Pontos de Memória como um marco de reconhecimento dos museus comunitários e possibilidades diversas de construção de memórias e narrativas outras, geralmente não instituídas nos museus tradicionais brasileiros. Criado em 2009, o programa identificou, inicialmente, 12 comunidades localizadas em bairros periféricos no Brasil. As comunidades selecionadas integraram um projeto-piloto do programa,

³⁶ Para saber mais sobre o tema, sugerimos a Dissertação de Mestrado da pesquisadora Juliana Leite Tavares Veiga, defendida no programa de Pós-Graduação em Cultura e Territorialidades (PPCULT/UFF), intitulada: “A experiência da rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades”, 2017.

desenvolvendo um trabalho de identificação, registro, compartilhamento e preservação de suas memórias (SANCHES, 2020).

O reconhecimento institucional dos museus comunitários da cidade do Rio de Janeiro tem suas origens no Programa Cultura Viva, do extinto Ministério da Cultura, e posteriormente no Programa Pontos de Memória, criado em 2009 através de uma parceria entre com o Programa Nacional de Segurança Pública e Cidadania — PRONASCI, do Ministério da Justiça (SANCHES, 2020, p. 3).

Essa informação enfatiza a importância de políticas culturais dentro da museologia, valorizando o campo de estudo e de prática. Esse movimento cede um espaço dado e estabelecido aos tradicionalismos para abarcar uma diversidade que jamais se adaptará aos modelos clássicos de museus e gestão museológica. Esse processo foi fundamental para que surgissem museus que estivessem de fato comprometidos socialmente com seus territórios, em busca da redução das injustiças e das desigualdades sociais. Essa museologia social também sinaliza a importância de não reduzir as ações e práticas museológicas ao campo, considerando o espaço que a interdisciplinaridade tem na construção desses conhecimentos e experimentações na apropriação dessas construções por parte da comunidade em que estão inseridas, fortalecendo o processo entre museu-comunidade-território (JANEIRINHO, 2013).

A museologia social está comprometida com o combate aos preconceitos; com a melhoria da qualidade de vida coletiva; com o fortalecimento da dignidade e da coesão social; com a utilização do poder da memória, do patrimônio e do museu a favor das comunidades populares, dos povos indígenas e quilombolas, dos movimentos sociais, incluindo aí, o movimento LGBT, o MST e outros (GOUVEIA *et al.*, 2014, p. 12).



Fotografia 17 – Visitantes do curso de mediadores do MAR (Museu de Arte do Rio), 8 de janeiro de 2018. Tema: democracia.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Certamente, essa museologia “de guerrilha”³⁷ não vem ao encontro dos museus construídos para apreciação estética. Esses museus comunitários, museus sociais, museus de território, museus de favela, ecomuseus, entre outros, surgem a partir de uma outra proposta, que muitas vezes nasce de uma necessidade: seja ela de sobrevivência, de permanência em um território ou de resistência dos corpos que ali residem. Esse é o caso do Museu das Remoções da Vila Autódromo (RJ), Museu da Maré (RJ)³⁸, Museu de Favela (RJ), Museu Sankofa (RJ), Museu da Beira da Linha do Coque (PE), entre outros. Esses museus representam justamente as outras narrativas baseadas nas experiências de luta e opressão dos sujeitos que são esquecidos da história oficial — linha da historiografia presente nos museus clássicos e tradicionais.

Quando o museu é fundado, em 2016, quando a gente inicia esse trabalho do museu das remoções, na real, vou falar por mim né, cada um tem sua perspectiva, sua forma de ver. Eu não tinha muita noção, de como seria isso. Eu já falei isso até em outras entrevistas. Pra mim, aquele momento do início do museu, era mais uma ferramenta,

³⁷ Expressão utilizada para referir-se aos processos museológicos que são realizados a partir de experiências de opressão de sujeitos subalternizados, sem recursos financeiros.

³⁸ De acordo com Heitor (2021), o Museu da Maré possui destaque entre os museus de favela por ter sido o primeiro museu comunitário a nascer de um processo de gestão dos próprios moradores do Complexo da Maré, em 2006.

mais uma atividade, mais um ato, uma ação, que nós estávamos fazendo, em prol da resistência, pra permanecer. Eu não tinha a noção, naquela época, de que o museu perpetuaria, que a gente daria continuidade a esse trabalho e que nós continuaríamos com ele. Na minha cabeça era algo muito mais pontual daquele momento, do que algo que iria perdurar. E com o tempo, a gente foi percebendo que o museu, é uma coisa que eu sempre falo, o Museu das Remoções é o nosso legado. Que se fala tanto de legado olímpico no período das Olimpíadas, que eu comecei a sacar com o tempo, que o nosso legado era o Museu das Remoções. Porque foi justamente um coletivo, um grupo, enfim, uma instituição sem fins lucrativos, que a gente encontrou ali uma rede de apoio. Pessoas que já nos apoiavam, no período da luta e pessoas que foram chegando depois desse momento mais tenso de remoções, e aí foram chegando outras pessoas depois, como você por exemplo, que tá acompanhando, tá fazendo esses registros, porque eu sempre falo isso também. Cada pesquisador, cada estudante, cada acadêmico, que se predispõe a escrever um pouco da nossa história, independente do recorte que faça (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).³⁹

Esses espaços se diferenciam não apenas pelas suas características de construção de narrativas outras, mas também pela própria forma que são gestados, como nasceram e a forma pela qual as suas manutenções são realizadas, uma vez que a ausência de recursos financeiros e as dificuldades para conquistá-los é uma constante.



Fotografia 18 – Professores do SESC de alguns estados do Brasil, 16 de dezembro de 2019. Theresa os trouxe – visitantes.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

É possível inferir que os museus comunitários, situados nas favelas, são processos museológicos executados por sujeitos oriundos do mundo do trabalho, pois nas experiências aqui analisadas, encontramos empregadas domésticas, professores, guias de turismo, líderes comunitários, donas de casa, desempregados, sendo raro pessoas que façam dos museus a sua função primordial. São museus articulados nas folgas,

³⁹ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

aos fins de semana, no fim do dia, que se mantêm pelo trabalho voluntário. Esporadicamente acessam algum recurso: de edital, de palestras realizadas por seus membros, de financiamento coletivo, recursos que raramente permitem dedicação integral (HEITOR, 2021, p. 53).

Dado esse contexto, Heitor (2021), em suas considerações acerca da museologia social em territórios populares e favelados a partir da sua relação com o Museu da Beira da Linha do Coque (PE) e Museu das Remoções (RJ), enfatiza as particularidades de museus que nascem da luta e resistência. A autora disserta que, comparados a outros museus em e de favelas, estes se diferenciam por serem mais do que museus dedicados a contar a história de uma luta; são formas de lutar que essas comunidades deram o nome museu.

Um dispositivo de memória cuja criação — até o século XX — foi fortemente monopolizada pelo estado e seus interesses, mas que vem sendo usado, de maneira mais efetiva nos últimos 40 anos, como uma forma dos movimentos sociais resistirem e denunciarem as violências e violações de direitos por parte do estado e seus agentes (HEITOR, 2021, p. 22).

Esses museus acentuam as disputas presentes na construção da interface entre memória e história, pois sugerem em suas existências a importância do olhar para esses espaços e para os centros de memória que nascem dessas narrativas, que inevitavelmente tornam-se posicionamentos políticos diante de uma estrutura social fortemente ancorada em desigualdades sociais, de classe, de gênero e de raça, sugerindo e atuando a partir de um processo que parte do nascimento desses museus e escovam a história a contrapelo (BENJAMIN, 1985). A função social dos museus nasce, também, a partir do questionamento à história dos vencedores.

A análise dos museus sociais como parte da luta por moradia nas localidades em que estão inseridos nos oferece a possibilidade de explicar como as relações sociais das comunidades são encaixadas e a memória se torna um fator de coesão, ainda que em disputa (SANCHES, 2020, p. 10).

Assim como o Museu das Remoções, outros museus de território no Rio de Janeiro, mas também em outras cidades do Brasil, têm desenvolvido um movimento de expressão ativa ao enfatizar a importância de narrativas locais que são construídas a partir do senso de coletividade e pertencimento, decorrentes de grupos que passam por experiências de opressão semelhantes e, a partir disso, compartilham suas vivências, utilizando da questão identitária e de pertencimento como uma ferramenta política na disputa por direitos. No caso do Museu das Remoções da Vila Autódromo, como mencionado anteriormente, esse processo nasceu de uma longa trajetória pela permanência da comunidade em um contexto violento de remoção ocasionado pelas mudanças urbanas que ocorreram para a preparação da cidade do Rio de Janeiro para receber os Jogos Olímpicos entre os anos de 2014 a 2016.

Com um cenário de pós-guerra e uma produção artística, cultural e educativa cada vez mais intensa, a ideia de construção do Museu das Remoções foi sendo fortalecida.

Durante a preparação do segundo Festival Cultural é feita a primeira reunião de pessoas interessadas em participar dessa construção. Forma-se um grande grupo de moradores e apoiadores. A partir desse dia, outras reuniões foram feitas, nas quais foi se definindo a identidade do Museu das Remoções. Em uma segunda etapa de construção, foram feitas oficinas de resgate de memórias, orientadas pela professora Diana Bogado, com participação de seus alunos, moradores, ex-moradores e apoiadores, nas quais foram produzidos registros orais, fotográficos, audiovisuais, gráficos e um mapa da comunidade feito pelos alunos, com alguns locais demarcados nos quais foram feitos o registro de memórias relatadas por moradores e ex-moradores. Todos esses elementos produzidos tornaram-se acervo do Museu das Remoções (TEIXEIRA, 2020, p. 18).



Fotografia 19 – Encontro dos alunos de Arquitetura, 28 e 29 de julho de 2015 (período das remoções).
Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Das demandas que nascem dessas reapropriações da museologia a partir de práticas em territórios populares e favelados, Cândido (2007) sugere que uma das perspectivas que mais diferenciam a museologia tradicional da Nova Museologia, suas tendências e experimentações, é a relação com o tempo. Associar o museu unicamente ao passado tornou-se uma categorização incompleta cujos significados não coincidem com as realidades e demandas, sobretudo do Sul Global. Da mesma forma, o processo definido por musealização passa a adquirir sentidos não somente para fins de registro do passado, mas na preservação do presente e construção do futuro, de um vir a ser necessário de ser pensado considerando a esperança como categoria política de permanência e resistência (EAGLETON, 2015).

O Museu das Remoções nasce com dois objetivos: guardar a memória da comunidade e ser ferramenta de luta. O museu é tudo o que sobrou da remoção. As aves, os animais, as casas construídas pela prefeitura, as ruínas, do percurso expositivo, o resto das casas traz a memória dos moradores. A preocupação é também incentivar outras comunidades a não serem removidas. A luta pelo direito do cidadão seja respeitado em seu território. Não é só a casa que se derruba, é toda a história, o vínculo, as amizades. O museu está em construção e continua, sendo através da experiência e troca coletiva. Não se tem dinheiro, mas se consegue transformar tudo o que se quer através de amor, disposição, afeto e troca (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).⁴⁰

Entre as estratégias museológicas dos museus sociais, destaca-se também a percepção da cultura como um processo orgânico, vivo, que ativa pressupostos emancipatórios e produtores de cidadania aos produtores locais (JANEIRINHO, 2013). Dessas práticas e suas particularidades, Gouveia *et al.* (2014) levantam pensamentos sobre a discussão, atribuindo ainda mais profundidade à fala exposta da cofundadora do Museu das Remoções e liderança comunitária, Maria da Penha Macena:

Quando falamos em museu social e museologia social, estamos nos referindo a compromissos éticos, especialmente no que dizem respeito às suas dimensões científicas, políticas e poéticas; estamos afirmando, radicalmente, a diferença entre uma museologia de ancoragem conservadora, burguesa, neoliberal, capitalista e uma museologia de perspectiva libertária; estamos reconhecendo que durante muito tempo, pelo menos desde a primeira metade do século XIX até a primeira metade do século XX, predominou no mundo ocidental uma prática de memória, patrimônio e museu inteiramente comprometida com a defesa dos valores das aristocracias, das oligarquias, das classes e religiões dominantes e dominadoras (GOUVEIA *et al.*, 2014, p. 9).

Atribuir e reforçar o papel da construção do passado em um presente que marque e direcione o que será do futuro é uma ação que pode ser percebida a partir do exemplo do Museu das Remoções. Uma das fases do percurso expositivo pensado pelos seus fundadores e apoiadores foi a elaboração do museu a céu aberto. Essa foi uma alternativa encontrada para se reinventar o lugar após um passado traumático que foi ressignificado pela luta no presente. Essa luta que acontece ainda no presente encontra seu suporte no surgimento, nascimento e manutenção do Museu das Remoções, considerando a importância da rede de apoiadores, ainda que esse museu não assegure a Vila Autódromo de uma nova remoção, mesmo que as chances sejam baixas. O museu existe, inclusive, como um processo de resistência que permanece até hoje, uma vez que o acordo de 2016 não foi cumprido. Atualmente, o Museu das Remoções é a Vila Autódromo. Essa frase ecoa entre os fundadores, gestores e apoiadores do museu em diversos momentos ao lembrar a história da comunidade.

A gente também começa a perceber que o Museu das Remoções é tudo o que sobra da remoção e essas casas também estão inseridas, a igreja está inserida, a luta. Porque

⁴⁰ Declaração cedida em uma *live* organizada pelo Grupo de Trabalho de Memória e Cultura da Rede Favela Sustentável, em 28 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=aFrgENmOLNo>. Acesso em: 13 set. 2022.

na verdade o museu é toda a luta que outros fizeram né, outros vieram fazendo, e o museu acaba sendo esse conjunto de resistência, de histórias, porque são longas histórias. Porque assim, eu conto minha história, Luiz conta a história dele, Dona Jane conta a história dela, Sandra conta a dela, a outra Sandra conta a dela, a Iara conta a dela. Se você for falar com todos os moradores, entendeu. Muita gente contando as suas histórias que são diferentes. Eu vou lembrar de um certo momento, Luiz vai lembrar de outros, tem momentos da própria luta, porque o Luiz passou por situações que eu não estava perto, que eu não vivi. Eu vivi outro momento que ele não viveu, Nathália também viveu outro momento que nós não estávamos junto. Às vezes eu tava dando uma entrevista, ele tava fazendo uma ação em outro lugar, porque precisou, era necessário. E não só a gente, mas outros também. Muita gente de fora fotografou muito, a Roberta, a Luiza Andrade. E vem de antes do museu. Só que a gente começa a perceber a importância no museu. Na luta, e no museu (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).⁴¹

Além do percurso expositivo que caracteriza o museu a céu aberto, os processos de construção do Museu das Remoções também se estendem a outros movimentos, como as “Oficinas de Memória” que ocorreram, bem como a própria elaboração coletiva das esculturas com os escombros das casas⁴², com o objetivo de reterritorializar um território em cenário de guerra a partir do ato de “imaginar a vida em uma comunidade que já não existe e seu processo de desmonte” (CARVALHO, 2019, p. 39). Esses processos tocam esferas sensíveis e subjetivas de uma potência tamanha, que muitas vezes são inconscientemente acessadas no fluxo natural dessa mobilização comunitária, que por si só regeneraram e trazem um conforto diante dos impactos e constantes ameaças das remoções (BOGADO, 2017a).

Eu vejo que, a gente assim, depois que cria o museu e em 2018, com a criação do percurso expositivo, eu acho que a gente começa a perceber a importância das fotografias do Luiz. A gente começa a perceber que essas fotografias fazem parte do acervo, quando a gente começa a perceber que as pessoas começam a pedir esse trabalho, e que continuou. Sempre vinha alguém fazer o trabalho de uma tese, algum trabalho da universidade, ou alguém de fora, e aí “ah, podia mandar uma fotografia?”... Eu, pelo menos, começo a perceber e até mesmo os apoiadores começaram a perceber que aqui tinha um acervo, de fotografia, que eu acho que em 2018 isso começa a ficar mais transparente. Isso começa a nascer em 2018, a gente começa a ter essa percepção, da importância dessas fotografias, que até aí a gente ainda tava meio tonto, meio perdido, e aí a gente começa a perceber que a gente tinha um acervo. Isso foi surgindo até mesmo com a fala dos apoiadores: “Não, porque o acervo do Luiz... O Luiz tem as fotografias...”, eu acho que isso começa a criar esse corpo de acervo (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).⁴³

A elaboração de estratégias de resistência com o objetivo de reterritorializar um território em situação de remoção atribuíram, por meio da construção da memória por parte da comunidade, “significações das ruínas em sua história e no ato de imaginar seu recente passado” (CARVALHO, 2019, p. 40). A autora mencionada no decorrer deste parágrafo realizou sua dissertação debruçando-se no processo de resistência criativa da comunidade da Vila

⁴¹ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

⁴² As esculturas estão disponíveis para visualização no site: <https://museudasremocoes.com/esculturas/>. Acesso em: 11 set. 2022.

⁴³ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

Autódromo, centralizando em sua pesquisa o papel das imagens e fotografias que registraram o passado da Vila Autódromo e contribuíram na construção do passado para a luta no presente.

As imagens foram e são, uma e outra vez, usadas para despertar sentimentos e emoções, assim como para denunciar e recordar, tanto na esfera doméstica como no espaço público. Desta maneira, a imagem passa a adquirir tanto a condição de (re)apresentação, como de suporte, objeto e território a partir do qual pensamos o campo de lutas pelas memórias sobre o passado recente (DA SILVA CATELA, 2009, p. 347 apud CARVALHO, 2019, p. 67).

A relação do recurso imagético para o fortalecimento dessa luta pelo direito à moradia para além da Vila, estendendo-se a outras comunidades, também foi um aspecto desenvolvido no referido trabalho, que foi de grande valia para a construção da presente pesquisa. Nesse desenvolvimento, Ana Priscila Carvalho também menciona a importância do papel da construção de “trabalhos de memória” a partir de inúmeros recursos que serviram de base criativa para a Vila Autódromo e que disputam a narrativa sobre os processos de intervenção urbana na cidade do Rio de Janeiro. Sobre o processo de reconfigurar as ruínas que restaram da comunidade, a autora menciona o papel e a potência desse processo, por vezes doloroso, mas de suma importância para a produção de resistências para além do território da Vila Autódromo:

Ruínas que rememoram, então, presenças e relações que foram modificadas e extinguidas e que escancaram o fato de que a narrativa de que a remoção era necessária para construção de aparelhos para toda população da cidade que faziam parte de um “legado olímpico” tentava encobrir, então, a política de gestão dos espaços da cidade e da população que pretende definir, constantemente, quem pode morar e habitar determinadas regiões e quem não pode. O que, então, fazer com estas ruínas, que tipo de trabalho de memória? Como contar a história da Vila Autódromo, abrindo o olhar para processos de produção e reprodução de desigualdades na cidade, a partir das ruínas que foram produzidas em sua história? (CARVALHO, 2019, p. 41).



Fotografia 20 – Jornal O Globo, de 14 de maio de 2015.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

Halbwachs (1968), em seu estudo acerca da memória, disserta sobre como a memória individual faz parte da construção da memória coletiva. Ainda de acordo com o sociólogo, no processo de produção da memória, o sujeito necessita de apoio sobre as memórias dos seus semelhantes para que a sua adquira a devida legitimidade. A memória, por mais pessoal que pareça ser, é constituída socialmente.

O dia 18 de maio, Dia Internacional dos Museus, é escolhido para ser o dia da inauguração do Museu das Remoções. Sob orientação do professor Mario Chagas é feito um recolhimento de algumas peças dos escombros para serem preservadas como um acervo do Museu das Remoções. Caso resolvessem retirar os escombros ainda haveria elementos desse período. Essas peças, um ano após a inauguração do museu, foram incorporadas ao acervo do Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro, representando mais uma conquista territorial a partir da luta da Vila Autódromo que, ao lutar por um território, conquistou tantos outros (TEIXEIRA, 2020, p. 19).



Fotografia 21 – Recolhendo peça para acervo. Esse foi para o MHN (Museu Histórico Nacional) – relógio da casa da d. Denise.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

A proposta do Museu das Remoções pode ser vista como um ato de resistência a partir da cultura e da produção da memória coletiva, que utilizam como base a construção dessa memória por parte dos moradores desse território, desconstruindo os estereótipos e representações permeadas a partir da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005). Nesse caso, coloca-se como contranarrativa a história da Vila Autódromo, por meio, também, do acervo pessoal⁴⁴ dos sujeitos que fizeram e fazem parte da comunidade e que viveram intensamente a ameaça e o processo de remoção que hoje compõem o discurso que defende a permanência desse lugar a partir da luta pela memória, direito este que sempre lhes foi negado. A fala de um dos idealizadores do Museu das Remoções, museólogo e apoiador da Vila Autódromo, Thainã de Medeiros, durante a sua inauguração, enfatiza o que está sendo posto:

A criação de um museu dentro de uma favela é uma destas iniciativas independentes, a gente está mostrando que favela é potência, que ela inventa soluções, que ela é uma

⁴⁴ As tipologias de acervos que compõem o museu das Remoções incluem fotografias de datas marcantes para a história da Vila Autódromo, vídeos, documentários que foram construídos com temáticas que envolvem não só as remoções de 2014, mas também a trajetória da comunidade, pesquisas elaboradas por universitários e ativistas, reportagens realizadas por mídias não oficiais e gravações das oficinas de memória. Disponível em: <https://museudasremocoes.com/>. Acesso em: 13 out. 2020.

solução dada ao problema da moradia, porque não ser a solução ideal, mas ela é uma solução. O Museu das Remoções é uma solução que disputa a memória do que foi o processo de remoção na Vila Autódromo. Memória se remove sim, ela é recorte, mas recortar a memória de forma forçada é um ato de violência. É muito importante que as comunidades tenham as suas ferramentas para contar a versão dos fatos e o Museu das Remoções é uma delas (MEDEIROS, 2016 apud BOGADO, 2017b, p. 268).

A Vila Autódromo não perdeu apenas suas casas. Existências foram apagadas, experiências foram dizimadas, histórias, trajetórias e heranças de indivíduos. Cerca de 20 famílias resistiram a esse processo, no qual 97% da comunidade foi removida (BOGADO, 2017a). A partir disso, nota-se a importância desse museu para a afirmação desse território. Esse constante empenho na construção de memórias torna-se uma estratégia de resistência para além do processo de permanência de uma comunidade fortemente atravessada por uma gestão de habitação urbana neoliberal. É uma estratégia de resistência também em frente ao que se denomina por “memória de enquadramento” (POLLAK, 1989), teoria que compreende que o processo de construção de memória coletiva é excludente e possui perspectivas parciais que transitam entre o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido.

A ideia do “Museu das Remoções” se manteve, reverberando entre moradores e apoiadores. E seu eco começou a ser ouvido por outras pessoas, como o professor Mario de Souza Chagas, que muito contribuiu nessa construção de saber, desse olhar museal que se desenvolvia naquele grupo de pessoas que, através da luta, resistindo à remoção, ampliavam as fronteiras da consciência e percebiam as sutilezas presentes na valorização de imagens, monumentos, locais. Objetos que dão sentido à cidade e seus processos de construção no imaginário popular (TEIXEIRA, 2020, p. 15).

O Museu das Remoções é um exemplo de museu comunitário que considera a importância de se utilizar da construção de museus locais, cujas narrativas fundantes destacam a importância da decolonialidade do pensamento, preservando a história, a memória e o direito dos moradores de comunidades populares. No caso da Vila Autódromo, esse movimento também faz pensar sobre os processos de ser e estar na cidade. Ainda mais além, é um museu que chama para a discussão a importância dos processos museológicos que envolvem as subjetividades vividas e experiencializadas pela própria população de determinado lugar dentro do direito à moradia, em que a permanência dos moradores é defendida pela via imaterial e simbólica.

Ao narrar suas histórias e preservar suas memórias, os moradores da Vila Autódromo, articulados no Museu das Remoções, põe em pauta suas subjetividades, rompendo com a noção de identidade nacional universal, uma vez que as experiências mesmas de cidade não são equânimes no neoliberalismo, como não o foi na preparação do Rio de Janeiro para receber os megaeventos que foram utilizados como justificativa para aplicar a remoção como uma política de urbanização (PEIXINHO, 2021, p. 82).

3.1 Museu das Remoções e a prática decolonial: o despertar dos sujeitos na construção da própria história

O caso do Museu das Remoções da Vila Autódromo é um dos exemplos dessa Nova Museologia. Ele nasce de um contexto de opressão e, como resposta, na temporalidade da luta política ele enfatiza sua necessidade de criação para a comunidade, uma vez que as estratégias de resistência foram as únicas alternativas para se permanecer no território. É mais uma das estratégias de resistência da Vila Autódromo. É um museu que nasce da experiência de opressão dos sujeitos que ali residem, em paralelo com a esperança que esse direito à memória e direito a museu também trouxeram.

A assunção da possibilidade de fazer um museu, mesmo enfrentando muitas dificuldades e escassez, cria variados usos e apropriações tanto da forma museus, como dos espaços de circulação por eles abertos, e como a oportunidade para produzir contra-narrativas (sic). Atuam na margem entre liberdade e condução das condutas, por vezes resistindo ou criando contrapontos ao caráter normativo das trocas com o poder público (HEITOR, 2021, p. 52).

Inaugurado em 2016, ele é resultado da realização de uma pesquisa-ação⁴⁵ entre os moradores da comunidade, colaboradores e ativistas das mais diversas áreas. Seu principal objetivo é participar da luta contra as remoções, preservando a conexão simbólica, a memória emocional e as práticas sociais de comunidades removidas. É um museu administrado por um coletivo de moradores da Vila Autódromo e colaboradores voluntários das mais variadas formações. “Adotamos uma gestão horizontal e, para o desenvolvimento e a execução dos nossos projetos, nos organizamos em grupos de trabalho permanentes ou temporários”⁴⁶.

A idealização do Museu das Remoções ocorreu no âmbito da prática, projetada por um grupo de militância constante. O museólogo Thainã Medeiros foi responsável por identificar a Museologia Social como a base ideológica do que estava sendo colocado em prática no dia a dia de resistência para a permanência da Vila Autódromo. A criação do Museu das Remoções foi uma das estratégias para que a população permanecesse no local e ocorreu a partir do projeto de intervenção urbanística participativo no âmbito da extensão universitária do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Anhanguera (Campus Niterói). As intervenções espaciais no âmbito da extensão universitária foram coordenadas pela professora de Arquitetura e Urbanismo Diana Bogado, cujas estratégias foram desenhadas de forma participativa pelos moradores da Vila e vários ativistas apoiadores da permanência da comunidade, como Luiza de Andrade, Thainã de Medeiros, Alexandre Magalhães e Mário de Souza Chagas. Atualmente, a equipe do museu é formada por um corpo técnico de moradores e apoiadores. Esta equipe é vida, prática e presença. Seus corpos, mentes, corações e ações são essenciais para o dia a dia de construção e reconstrução do Museu das Remoções (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017, p. 7).

Nesse percurso, além das esculturas, faz parte do museu a céu aberto as placas, expostas todos os dias e vistas ao caminhar pela comunidade. Foi uma forma de denunciar a falta de

⁴⁵ Metodologia alternativa de pesquisa que busca o estudo das transformações e mudanças a partir da ação e da troca que surge da relação com os diferentes atores de atuação no trabalho.

⁴⁶ Informação indicada no site do Museu das Remoções. Disponível em: <https://museudasremocoes.com/sobre/quem-somos/>. Acesso em: 18 set. 2022.

reconhecimento das ruas da Vila pela prefeitura e ao mesmo tempo tornar o bairro, ao menos simbolicamente, como parte da cidade (SANCHES, 2020).



Fotografia 22 – Inauguração do Percorso Expositivo, em 23 de setembro de 2018.
Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.



Fotografia 23 – Inauguração do Percurso Expositivo, em 23 de setembro de 2018.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

As placas que compõem o percurso expositivo do Museu das Remoções foram pensadas pelos moradores e ex-moradores a partir das ruínas que ainda se encontram no território da Vila, e é interessante notar como reverenciam aqueles que permaneceram morando na comunidade com a frase “lutou e permaneceu”. As placas localizam-se em pontos específicos onde se encontravam as casas destruídas, ou fazem referência a episódios importantes na luta contra as remoções. São 21 placas no total, sendo: Igreja de São José Operário, Ruínas da Casa de Zezinho e Inês, Pisos (ruína) da casa de Wilson e Iolanda, Poste da Casa de Jaqueline, Associação de moradores, — Rua Vila Autódromo — Antiga Rua Nelson Piquet, Rua Gilles Villeneuve, Origem do Museu das Remoções: mapeamento de memória e festivais culturais, Contêineres: Onde 9 famílias residiram por 73 dias, Ruínas da casa de dona Denise: Lutou e permaneceu, Local da antiga padaria, — Lote da família da dona Dalva: Lutou e permaneceu, Rua Francisco Landi, onde residiu a família da Sandra Regina: Lutou e permaneceu, Ruínas da casa do senhor Adão, — Final da rua Beira Rio, onde residiram a família da Iara e Gaúcho: Lutaram e permaneceram, 16 — AEIS (Área de Especial Interesse Social — lei complementar 74/2005): Onde famílias poderiam permanecer morando, Últimas barricadas: (Herança da Luta), Parquinho das Crianças, Espaço OCUPA, Travessa da resistência, — Legado do Projeto “Futuro da Memória” (SANCHES, 2020, p. 13).

Sendo considerado uma das principais atrações do Museu das Remoções (FERRARI, 2021), o percurso expositivo do museu, no decorrer da visita, é mediado e apresentado pelos seus cofundadores, que, não coincidentemente, são os moradores da comunidade que resistiram ao processo de remoção: Maria da Penha Macena, Luiz Cláudio da Silva, Nathália Macena e

Sandra Maria Teixeira. Nesse processo de apresentação da história da comunidade, ao passear pelo percurso expositivo, os moradores e cofundadores do Museu das Remoções enfatizam, por meio dessa mediação do público para com o território, a importância da oralidade (PEIXINHO, 2021), do contar essa história através dos olhos dos que resistiram. Atualmente, esse percurso necessita de uma manutenção que encontra-se impossibilitada até o momento, pela ausência de recursos financeiros⁴⁷.

⁴⁷ Heitor (2021) compartilha em sua Tese de Doutorado o processo de construção de um GT de financiamento no Museu das Remoções, com o objetivo de construir conhecimentos e possibilidades a partir do preenchimento de editais, destinados à captação de recursos para as ações do museu.



Fotografia 24 – Inauguração do Percorso Expositivo, em 23 de setembro de 2018.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

No que tange a essa ausência, Heitor (2021) aponta as contradições existentes entre o direito à memória e o direito a museu, situação vivenciada como um desafio no Museu das Remoções e certamente também em outros museus de caráter comunitário. Contribuindo para

a discussão aqui proposta nesse momento, Peixinho (2021) menciona que, ainda que o Museu das Remoções tenha todos os requisitos propostos pela Constituição Federal de 1988, do Estatuto de Museus, em paralelo, é possível identificar os obstáculos com relação à institucionalização desse museu aos olhos dos órgãos públicos. Essa institucionalização seria um “instrumento facilitador” diante do acesso aos editais de fomento, da mesma forma que facilitaria também a busca por patrocinadores para possíveis oportunidades de realização de atividades culturais que envolvem o museu, sua agenda e projetos culturais. Ainda que a institucionalização seja um caminho importante a ser conquistado pelo Museu das Remoções, outras questões surgiriam dessa possibilidade e, inclusive, implicariam na própria gestão e característica de atividades do museu, uma vez que precisariam ser reconfigurados, considerando que atualmente — e desde seu nascimento — existe consolidada uma estrutura horizontal de atividades e posições que fazem parte da essência de criação e organização interna de trabalho (PEIXINHO, 2021).

Se por um lado o Museu das Remoções tem todos os amparos da Constituição Federal de 1988, do Estatuto de Museus (Lei 11.904/09) e o decreto que o regulamenta (8.124/13), ao mesmo tempo encontra diversas dificuldades em relação à legalização perante aos órgãos públicos, o que facilitaria o acesso aos editais de fomento e a busca por patrocinadores para as ações culturais. A burocracia encontrada no Museu das Remoções não foge à realidade de diversos museus comunitários brasileiros (VENANCIO; GOMES; TEIXEIRA, 2018, p. 109-110 apud PEIXINHO, 2021, p. 87).

No cotidiano dos museus de favela, é possível observar que questões referentes à burocratização, precarização, informalidade e baixos orçamentos tornam-se obstáculos para a manutenção e continuidade das atividades desses museus. Sendo assim, Heitor (2021) menciona que é fundamental reconhecer a potência desses espaços, considerando a redistribuição das possibilidades. Sobre os usos, domínios e dificuldades diante das oportunidades de financiamento, a autora aponta que esses espaços não conseguem se manter e suprir suas demandas de existência tendo em vista apenas o desejo de memória. “É necessário responder e conhecer as normas que viabilizam esses recursos, o que torna o discurso da diversidade museal, além de restrito, pouco poroso a outras formas de organização — a outros modos de ser museu” (HEITOR, 2021, p. 50).

A garantia do direito à memória, como direito a museu, deveria estar atrelada a uma política também de distribuição de recursos, afinal, quem pode, concretamente, fazer museu? Como as estratificações econômicas da sociedade se expressam, também, na busca das comunidades pela formalização das suas experiências de memória? O empenho das comunidades por formalizar e manter seus projetos de museu tem por obstáculo as dificuldades de acesso, que se perpetuam nas iniciativas de base comunitária, aos escassos recursos públicos. Essa dificuldade, além de reafirmar a favela como espaço da informalidade, é um problema que incorre naquilo que Rotondo (2016, p. 208) problematiza a partir do conceito de “diversidade restrita”: uma situação na qual o estado limita-se a reconhecer, documentar e mesmo validar

expressões e processos culturais sem, contudo, assegurar materialmente a sua continuidade (HEITOR, 2021, p. 51).

Quando o museu foi inaugurado, sete esculturas foram construídas coletivamente sob a supervisão da professora e Arquiteta e Urbanista Diana Bogado, com o objetivo de criar uma narrativa que expressasse o processo de resistência e que, ao mesmo tempo, reterritorializasse a partir da rememoração, (re)criando espaços importantes para a história da comunidade que encontrava-se em ruínas. De acordo com Carvalho (2019), as duas únicas construções que restaram da configuração antiga da comunidade a permanecer em pé foram a Igreja Católica e a casa de uma família que permanece no processo de negociação judicial. Sendo assim, esculturas artísticas assumiram um papel de reconstrução territorial e afetiva, uma vez que as materialidades em que são construídas utilizaram de elementos coletados dos escombros, que representavam lugares e personagens da comunidade. Criaram um percurso com essas esculturas (TEIXEIRA, 2020).



Fotografia 25 – Escultura Maria da Penha.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.



Fotografia 26 – Escultura Associação de Moradores.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.



Fotografia 27 – Escultura Espaço Ocupa Vila Autódromo.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.



Fotografia 28 – Escultura Parquinho.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

A maioria desses espaços e seus protagonistas não se encontram mais na comunidade. Pelos nomes de cada placa, elas sinalizam as casas, os comércios e os espaços de sociabilidade que foram removidos. Essas placas estão inseridas nas ruínas, guiando a experiência na qual somos convidadas/os, como público, a vivenciar: andar por entre os escombros, percorrendo os lugares que deixaram de existir (HEITOR, 2021).

Guiados por moradores e moradoras da Vila, no decorrer do percurso expositivo, os visitantes são convidados a conhecer a história das remoções e da luta pela permanência. Em meio às ruínas, devidamente identificadas pelo que foram outrora, “Poste da casa da Jaqueline”, “Casa da Iara e do Gaúcho” ou “Padaria do Mateia” tornam-se parte de um presente em constante rememoração. O entendimento do Museu das Remoções como um museu vivo, sempre em construção, permite a produção de uma narrativa contínua, uma memória coletiva e, sobretudo, a construção da comunidade (FERRARI, 2021, p. 13).

Para além do percurso expositivo proporcionado para seu público no decorrer da visita do museu a céu aberto, cuja mediação e proposta educativa são realizadas pelos moradores, existem outras propostas de exposição. Algumas permanecem em andamento,

outras já foram conquistadas e algumas ainda estão em fase de amadurecimento e concretização, conforme indicado a seguir.

- a)** Proposta de exposições de longa duração: além das obras já expostas a céu aberto, feitas com os escombros das remoções, existe o projeto de exposição das chaves das antigas casas que foram demolidas (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).
- b)** Proposta de exposições de curta duração: a serem realizadas no espaço a céu aberto e entorno da Vila Autódromo, com temas definidos de acordo com o interesse da comunidade e também em parceria com coletivos, universidades ou qualquer instituição. As propostas serão sempre avaliadas pelos representantes do Museu das Remoções para verificar se contemplam seus valores e posição política (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017).
- c)** Proposta de exposições itinerantes: a serem desenvolvidas em parcerias com universidades, escolas, outras iniciativas de memória, museus e instituições culturais.

Para além do compromisso social com o desenvolvimento do território, os museus sociais atualmente possuem como característica dorsal a autonomia do sujeito na construção do próprio discurso e construção das narrativas existentes nesses espaços. Nesse contexto, indica-se mais uma mudança de paradigma museológico ao incentivar o processo de tomada de consciência de poder ser sujeito na construção da própria história (JANEIRINHO, 2013).

Dessa forma, o Museu das Remoções destaca-se também pela característica de construir a autorrepresentação e a autonarrativa a partir do processo de construção dessas memórias, não compactuando com os abismos existentes na produção do discurso pautado a partir da relação entre sujeito e objeto. Os moradores que resistiram às remoções na Vila Autódromo são fundadores, gestores e colaboradores ativos no desenvolvimento das atividades cotidianas do museu. Inclui-se, nesse escopo, o próprio recorte das memórias que são representadas nesse espaço museológico.

Eu não gosto de dizer que ele é um exemplo. Mas tem muitas pessoas que relatam isso, que se inspiram. Inclusive pesquisadores que vem e que falam, enfim. Cada um tem a sua experiência com o Museu das Remoções. Mas eu não gosto de dizer que ele é um exemplo. Mas eu percebo que ele é um agente motivador. É algo que motiva as pessoas, ou dar um *start*, que a pessoa percebe que ali tem algo diferente, ou a partir de um outro lugar. Isso é uma coisa. Falando das fotografias, as fotografias hoje, do Museu das Remoções, ela tem uma importância muito grande pelo que a gente já até falou. Por preservar a memória porque por exemplo, vamos supor que a gente receba um grupo pra visita hoje. A primeira coisa que a gente faz, a primeira etapa, a gente recebe o grupo na igreja, que é o único espaço que a gente tem. A gente passa muitas fotografias e alguns poucos vídeos que a gente tem, pra mostrar pra aquele grupo ou para aquelas pessoas como era a Vila. Porque quem visita a Vila Autódromo hoje não

faz ideia de como era a VA. E é impossível falar do Mdr sem falar da Vila Autódromo, porque ambos estão interligados. Então assim, quem chega, uma das formas que a gente tem de provar e de mostrar é através da fotografia. Porque quando a gente mostra aquela imagem e a gente vai ali falando... Primeira coisa, a gente consegue mostrar como a Vila era na sua totalidade. Antes das remoções. Segunda coisa, a gente aciona várias memórias. Na medida que a gente vai falando da fotografia, a gente vai relembrando muito. Então a fotografia tem esse lugar fundamental pra gente também. Ela aciona memórias. Ela faz com que a gente relembre aquela história. Aquele momento. O que teve naquele dia. O que tá dizendo essa fotografia (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).⁴⁸

Da mesma forma, Primo (2021) contribui para a discussão aqui proposta ao mencionar o processo de “desobediência epistêmica” como uma reação diante de um processo de violência epistêmica (SPIVAK, 2010). A violência epistêmica também se expressa a partir de práticas de colecionamento e musealização dentro de museus tradicionais. Esse “desobedecer” refere-se, nesse caso, ao processo de autonomia e libertação diante da construção da própria história. Museus comunitários, de território, ecomuseus, museus decoloniais e outros que nascem da Nova Museologia costumam partir de memórias vindas de outros olhares e espaços que não os instituídos. Nesse sentido, essa busca e construção atuam como uma ferramenta que pode auxiliar no desenvolvimento de outros espaços e memórias na sociedade, nas instituições, na política e na economia, para que grupos marginalizados sejam visibilizados, reconhecidos e possam construir novos referenciais (PRIMO, 2021).

O conceito de violência epistêmica — elaborado por Gayatri Spivak — pode ser utilizado para compreendermos as relações entre práticas de colecionamento e colonialidade. Essa violência é uma forma de invisibilizar o Outro, envolvendo diferentes graus de diluição da voz do Outro que vai desde o sequestro ao silenciamento da voz à emenda, à alteração e tradução da experiência do Outro (WICHERS, 2019, p. 8).

No que tange à construção de conhecimento, percebe-se que o discurso, a narrativa e os lugares de memória (NORA, 1993) ainda permanecem, em grande parte, ligados à questão da colonialidade. Nesse sentido, o Museu das Remoções auxilia nesse processo de reconfiguração e rompimento, uma vez que é um museu comunitário que exercita a decolonialidade cotidianamente por meio das atividades realizadas, da sua própria missão e valores, da forma como o acervo foi pensado, construído e é mantido, e também da troca entre seus gestores e colaboradores. Há de se reconhecer, também, o constante esforço na produção de contranarrativas que incentivem outras comunidades e territórios que estão passando pelo mesmo processo de violência que a Vila Autódromo passou.

A luta do Museu das Remoções da Vila Autódromo é pela resistência e permanência da comunidade na cidade, mas também é sobre como essa história pode ser transformada em

⁴⁸ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

movimento de luta no presente, para que nunca se esqueça e para que seja suporte para outros territórios. Essa construção se dá a partir do desenvolvimento de uma profunda relação com as suas imaterialidades, construídas pelos moradores. Estabelecer as particularidades e laços afetivos em um território em contexto de pós-remoção evidencia a importância da experiência vivida e a potência do afeto e união, fortalecendo a produção de um contradiscurso que rompe com a lógica da colonialidade do poder e do saber (QUIJANO, 2005).

Ao apresentar o percurso expositivo do Museu das Remoções, os moradores costumam iniciar sua fala dizendo que são parte daquilo: “Vocês estão falando com uma peça do museu”, ou “Nós somos o museu”. A partir dessa fala, percorre-se um espaço da cidade onde 20 casas e uma capela permanecem de pé e denunciam a violência das remoções executadas pelo Estado entre 2014 e 2016. O acordo assinado pela prefeitura no ano dos Jogos Olímpicos ainda não foi totalmente efetivado, e as atividades do Museu das Remoções procuram tornar isso público cotidianamente, ademais das outras atividades que realizam (apoio a outras comunidade ameaçadas de remoção, por exemplo) (SANCHES, 2020, p. 17).

A Vila Autódromo permanecer a partir do Museu das Remoções é uma prática de desobediência epistêmica, ao mesmo tempo que esse fluxo de resistência por meio da construção da própria memória é um caminho para a reconquista da identidade dos moradores da comunidade. Considerando Santos (2020), o corpo é o espaço no qual reafirma-se a identidade. Destacar isso é importante, pois os corpos dos sujeitos que ali residem e permanecem foram atravessados por uma experiência de violência comum, fundamental para a consolidação identitária do território no processo de resistência.

Esse espaço de consolidação do afeto pela e a partir da resistência ser expressada por meio da construção de um museu nos mostra as possibilidades dos usos da museologia e dos museus como potencializadores no desenvolvimento do território e seus sujeitos. Também nos convoca a pensar sobre a importância das discussões e disputas no campo da museologia para que esses espaços possam ser cultivados, uma vez que eles não teriam espaço para florescer em instituições museológicas clássicas e tradicionais.

Através da desobediência epistêmica, é possível que grupos subalternizados possam se insurgir política e socialmente, criando fissuras dentro do sistema da colonialidade. Assim, museus e escolas passam a ser espaços a serem ocupados pelos movimentos insurgentes. Instituições, que por terem seus nascedouros na modernidade, continuam impregnadas de colonialidade (PRIMO, 2021, p. 30).

Sendo assim, o Museu das Remoções não atua somente enquanto um espaço de preservação de memórias a partir de um viés não hegemônico, mas também auxilia no processo de construção de noções de pertencimento não somente dos que fazem parte da Vila Autódromo, mas também de outros grupos e territórios que possam se identificar com a história de luta e resistência da comunidade pelo direito à moradia. Já está claro que a política de

remoções nas comunidades populares e favelas cariocas são um atravessamento constante no histórico político da cidade, estendendo-se, inclusive, aos dias de hoje. Nesse processo de resistir pelo território, a tomada de consciência e a superação da relação entre sujeito e objeto potencializa o uso da memória, tornando-a instrumento de luta.

O Museu das Remoções inicia sua trajetória como um museu a céu aberto da Vila Autódromo e, ao longo do primeiro ano de existência, passa a ter uma função simbólica através de seus representantes, que participam de outras lutas de resistência contra as remoções e levam para diversos espaços suas experiências, compartilhando e reforçando a memória para impedir o apagamento de múltiplas histórias (PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES, 2017, p. 11).

Para além do papel de resistência e apoio a comunidades que estejam passando por processos de remoção, a existência do Museu das Remoções da Vila Autódromo é fundamental para que cada um conheça mais sobre como pode contribuir no exercício à cidadania e conheça mais sobre o atravessamento das remoções na história do Rio de Janeiro. Conhecer a história de resistência da Vila Autódromo é perceber como a política das remoções faz parte da cidade até os dias de hoje. É um museu que nos sinaliza a mudança desses espaços no que diz respeito aos usos do tempo, uma vez que é um museu que nos convoca a estabelecer, a partir das memórias da comunidade, a força e o incentivo, suporte e apoio a comunidades que estejam passando por esse processo no presente. Por esse motivo, ele também oferece uma proposta pedagógica: compartilhar, com outras comunidades ameaçadas de remoção, a experiência da Vila, seu aprendizado e suas estratégias (FERRARI, 2021).



Figura 2 – Pannel informativo criado pelo Museu das Remoções e divulgado nas mídias sociais em 2021.
 Fonte: Site do Museu das Remoções.

Conhecer essa narrativa é de suma importância no processo de construção e reconstrução da cidade, para que, futuramente, esse *modus operandi* de planejamento urbano possa ser de fato rompido. O museu social que surge de uma experiência baseada na opressão, assim como o Museu das Remoções, mas também como outros museus que surgem desse mesmo contexto, pode ser uma ferramenta de base para a transformação que virá no processo de reconstrução e construção da sociedade, sem a qual esse novo fazer será construído de forma alienante (SANTOS, 2020).

A museologia social e sua luta pela busca da democratização do fazer museológico, possibilitada pelo reconhecimento de outras formas de prática e experimentação de museus, possibilitou que o Museu das Remoções, colaboradores e apoiadores da Vila Autódromo construíssem um museu em que os membros da comunidade não são objetos de estudo e nem receptores passivos da mensagem do museólogo ou outros profissionais que atuam como apoiadores, pesquisadores e estudiosos da causa. Esses sujeitos são responsáveis pelas questões condizentes à sua própria história e seu entorno, tendo um papel fundamental e ativo na construção e manutenção desse museu e servindo de inspiração para outros museus que possam se identificar com essa construção.

Kilomba (2019) disserta sobre os conflitos existentes nessa relação entre sujeito e objeto. Essas posições, quando utilizadas de forma binária, implicam na dificuldade da produção de memórias insurgentes que aparecem e são baseadas nas experiências de quem, durante muito tempo, foi colocado na posição de objeto e não de sujeito. Essa transição, que ocorre por meio de um movimento de disputa por descrever e se narrar a partir da própria experiência, coloca os interlocutores que, durante muito tempo, foram vistos enquanto “objetos de pesquisa”, no centro da produção das próprias percepções e percursos historiográficos e de memória, resistindo e rompendo com essa oposição absoluta que o projeto colonial predeterminou (KILOMBA, 2019).

A fuga por esse modo de objetificação dos interlocutores que compõem a essência das narrativas ocorre a partir da disputa que busca a construção do próprio discurso. Esse panorama também pode ser associado ao processo de ressignificação de uma colonialidade que ainda é imposta nos espaços museológicos e centros culturais. Nesse sentido, posição e reinvenção tornam-se então dois processos complementares, pois a oposição, por si só, não basta (KILOMBA, 2019). A autora traz para o debate a urgência de ressignificar a dicotomia entre sujeito e objeto. Certamente, essas reflexões possuem uma estreita relação com as práticas propostas pela Nova Museologia e, dentro desse contexto, do Museu das Remoções da Vila Autódromo.

Em uma *live*⁴⁹ realizada em setembro de 2020, organizada pela página do Facebook “Museologia da Libertação”, a professora Judite Primo, junto com Dona Penha, respondem a uma pergunta feita por uma espectadora. Esta, curiosamente, pergunta para a líder comunitária da Vila Autódromo: “Como você se sente sendo peça do museu?”. Essa pergunta nos mostra a dificuldade de ressignificar a dicotomia entre sujeito e objeto e, mais além, sinaliza uma forma de classificar os fundadores e o próprio Museu das Remoções em si, a partir de padrões colonialistas.

Esse tipo de categorização tradicional às novas práticas museológicas não se encaixam às propostas e experiências da Nova Museologia, que tem por objetivo justamente libertar-se dessa relação opressor/oprimido, objeto e sujeito, para criar algo que emerge desse padrão, mas não cabe mais nele. O Museu das Remoções é uma das expressões práticas do que se entende pela Nova Museologia e é, inclusive, uma oportunidade de repensarmos nossa relação com museus, na tentativa de deslocar nossa percepção e interpretação sobre esses espaços,

⁴⁹ A referida *live* foi gravada e inserida no grupo de Facebook “Museologia da Libertação”. Solicitar acesso se houver interesse. Disponível em: <https://www.facebook.com/groups/201833634197235/permalink/201860757527856/>. Acesso em: 11 set. 2022.

requalificando nosso olhar a partir do resgate de alguns sentimentos que nos convocam a pensar sobre a potencialidade da memória como instrumento de luta. Nesse caso, a memória se constrói e atua pela e para a defesa e resistência de um território que foi ameaçado e sofreu com o processo de remoção. Após a resposta de Penha, Judite complementa:

A dona Penha não é objeto, ela é sujeita da própria história. Ela é a que muda e pode exercer politicamente seu lugar. Justamente por não querer ser coisa que foi construída a nossa narrativa no museu das remoções. Precisamos nos reconhecer enquanto sujeitos políticos e corpos políticos em exercício da mudança. O desafio do percurso expositivo não seja objetificado. Lida-se com um patrimônio imaterial, que é a memória (JUDITE PRIMO, informação verbal).⁵⁰

Sendo assim, museus inseridos na proposta da Nova Museologia compõem um movimento que visa à produção da decolonialidade a partir da fuga do que Fanon (2008) entende por “círculo infernal”⁵¹, que é o ciclo de manutenção da violência que surge da relação colonizador/colonizado, ou, nesse caso, opressor/oprimido. O escape desse círculo vicioso proposto por Fanon (2008) pode ser exemplificado justamente a partir do surgimento do Museu das Remoções, que é um museu que se liberta dos complexos gerados pela situação colonial e pela colonialidade do poder e do saber, mesmo nascendo do seio dessas opressões e violências dentro do enredo da questão urbana e seus conflitos.

A partir da produção de memórias em comum que constroem uma narrativa e lembrança coletiva, o surgimento do Museu das Remoções é também uma forma de amparo emocional e psicológico, articulando uma rede de apoio terapêutico diante do trauma e do sofrimento das remoções (BOGADO, 2017b). Fortalecer um grupo social por meio da produção cultural faz parte desse “desenvolvimento” proposto por Varine (2012), Gouveia *et al.* (2014) e tantos outros e outras. Mais do que o desenvolvimento local, o Museu das Remoções emerge da necessidade de r(existir), de manter os seus moradores no território com dignidade e também construir laços de identificação e cultivo da história das famílias que resistiram fortemente ao processo de remoção da Vila Autódromo, de dentro para fora da comunidade. Dentro desse contexto e dessa importância da autorrepresentação na construção do direito a museu (HEITOR, 2021), no processo de musealização do Museu das Remoções, a atribuição de sentidos ao museu, seus objetos e narrativas compõem uma estratégia ritualizada da passagem em que o indivíduo se torna o protagonista da experimentação (PEIXINHO, 2021 apud SOARES, 2019).

Essas fotografias que o Luiz Cláudio fotografou, não tiveram um dia concreto em que eu pensei “vai fazer parte do museu”, isso foi acontecendo espontaneamente, concomitantemente aos acontecimentos, né [...] Então assim, nenhum de nós assim,

⁵⁰ Fala proferida na *live* indicada na nota anterior.

⁵¹ Frantz Fanon disserta sobre suas percepções e teorias sobretudo a partir da experiência e conexões dadas a partir de conflitos raciais. Entretanto, sua discussão se estende às relações de grupos e indivíduos que fazem parte de contextos colonialistas.

tem essa noção de que “agora esse acervo faz parte do museu”. Isso foi acontecendo, sabe, gradativamente (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).⁵²

No que tange à produção do discurso e da potencialidade das narrativas, a museologia da libertação (PRIOSTI, 2007) é uma das linhas da museologia que surgem do reconhecimento da necessidade desse repensar a museologia tradicional, considerando fundamental as práticas museológicas que estão associadas às instâncias locais e comunitárias. A ideia de “libertação” vem de diálogos e encontros entre os estudos propostos por Paulo Freire (1968), juntamente com Hugues de Varine (2012) e Odalice Miranda Priosti (2007), buscando maneiras de superar o que foi proposto pela museologia durante tanto tempo no decorrer dos processos museológicos clássicos e tradicionais, já previamente mencionados.

A museologia da libertação parte de uma proposta que reconhece a importância da autocompreensão do grupo protagonista de sua história e sua experiência, que conduz a produção da memória social. Esse processo possibilita “ter o poder de poder transformar o próprio território” a partir desse movimento que emerge da luta pela construção em sair do lugar do oprimido sem se colocar no lugar do opressor (FREIRE, 2020), em um movimento que visa sobretudo se libertar da margem do sistema a partir da possibilidade trazida pelos afetos e laços de identificação construídos pela experiência de opressão em comum.

É neste sentido que pretendemos pensar uma Museologia da Libertação revelada à luz da memória social, cujos fundamentos poderiam estar na base de um museu educador-libertador que, ao adotar a libertação das forças culturais simultaneamente pela oposição e pela afirmação, mesclando a imitação e a diferença, produz memória. A museologia da libertação seria, a nosso ver, o processo pelo qual as comunidades [...] pode construir uma memória enquanto resistência, uma memória que não se assujeita a um modelo que lhe foi imposto, mas que com ele negocia, imitando-o e diferenciando-se dele de múltiplas maneiras. Ao propormos a museologia da libertação, nossa ideia é trabalhar a memória como um processo pedagógico de subjetivação e de libertação das forças vivas das comunidades (PRIOSTI, 2017, p. 7).

A prática decolonial aqui se apresenta a partir da produção do discurso da margem, conceito pensado por Homi Bhabha (2012), relacionando-se profundamente com a museologia da libertação. O discurso da margem é produzido a partir do hiato, dos silêncios que a narrativa colonial apresenta, e aqui, neste trabalho, os silêncios e sofrimentos que são resultado da colonialidade. No caso do Museu das Remoções, a narrativa é transformada em prática e ferramenta de luta pela valorização dos aspectos sociais e processos de socialização da Vila Autódromo, estabelecendo nesse recorte o próprio momento em que as remoções começaram, bem como o esforço comunitário pela materialização da memória. Essas nuances fazem parte da prática de resistir, de marcar o sofrimento que foram as remoções de 2014 a 2016 e como a

⁵² Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

comunidade permaneceu, mesmo diante de um processo violento de remoção. O discurso da margem e a memória transformam-se em práticas de resistência na defesa do direito à cidade, direito à cidadania e direito à memória, tendo como suporte uma museologia feita para a vida (CHAGAS; BOGADO, 2017).

A prática de utilizar recursos culturais como ferramenta de resistência e autoafirmação em um território que sofreu remoções torna-se fundamental porque democratiza a compreensão dos conteúdos que podem vir a ser expostos em museus, em prol da chamada “diversidade museal” e da articulação ampla e multiplicadora entre museu, memória, criatividade, resistência e disputa, de forma que esses eixos, quando juntos, contribuem para a transformação social (CHAGAS; ASSUNÇÃO; GLAS, 2014).

A museologia ganha um sentido profundo quando praticada no presente e cotidiano da luta pelo direito à moradia, criando significados também à resistência por meio da preservação das vivências dos moradores e das suas narrativas a partir da oralidade. Esses movimentos colocam articulam a disputa em busca de um giro pela permanência e reconhecimento de um território que não é bem-vindo na cidade-empresa. O Museu das Remoções é um forte exemplo do movimento de apropriar-se da própria história em busca do direito à cidade, à cidadania e à memória. Apropriar-se é viver, praticar o saber e experienciar o território de fato e, a partir disso, estipular seus próprios movimentos de resistir e ser dentro da cidade.

4. MUSEOLOGIA DECOLONIAL: UMA ANÁLISE DAS TIPOLOGIAS DE ACERVO DO MUSEU DAS REMOÇÕES E SEUS SIGNIFICADOS PARA A LUTA DO DIREITO À MORADIA

A pauta sobre a descolonização de museus e museus decoloniais tem sido abordada de maneira recorrente não apenas dentro da agenda de museus comunitários, de território e sociais, mas também em instituições museológicas calcadas em pilares clássicos e eurocêntricos. De acordo com Brulon (2020), a museologia como campo disciplinar permanece na fase de encontro por uma unidade devido à falta de consenso epistêmico por conta da ausência de metodologias e práticas dentro de museus dos mais diversos segmentos. Essa ausência, no entanto, permite e possibilita o uso da experimentação de diferentes formas de realizar a gestão de museus, abrindo oportunidades de refundar postulados teóricos que surgem justamente dos estímulos e reflexões ao debate de caráter científico, filosófico ou disciplinar na museologia social, considerando demandas que são determinadas dentro da particularidade de cada território (BRULON, 2020).

Nesse processo, uma das problemáticas sinalizadas há algumas décadas, sobretudo a partir de museus que nascem de vivências de grupos atravessados por opressões dos mais diversos segmentos de colonialidade, é a urgência do reconfigurar museológico para uma perspectiva que contemple as demandas políticas e insurgências de grupos cujas vivências representam as realidades que compõem o que compreendemos por Sul Global. Wichers (2019) enfatiza que, nas últimas décadas, grupos, comunidades, coletivos e movimentos sociais têm implodido às pretensões de homogeneidade e subordinação às normas tão bem articuladas nas constituições dos museus.

Considerando a clivagem decolonial, não apenas as propriedades do corpo/da corporalidade devem ser abordadas na investigação de uma museologia incorporada, mas igualmente suas estratégias de sobrevivência, resistência e reexistência frente à colonialidade. É necessário, nesse sentido, partir da experiência dos corpos dos oprimidos para aprender com eles, para além daquilo que os constituiu como as “vítimas da modernidade” e, sobretudo, no que os constitui propositores de modernidades Outras, calcadas nas centralidades próprias de suas distintas matrizes culturais (SIQUEIRA, 2020, p. 121).

A ausência de uma metodologia museológica fixa e engessada permite o repensar de teorias, estudos e práticas para uma museologia cada vez mais participativa e democrática, que se constrói a partir de uma base fortemente experimental. Nessa constante reformulação metodológica decorrente da diversidade de experiências entre territórios e seus sujeitos, é pertinente mencionar a diferença que se constrói e está posta entre projetos decoloniais de museus e descolonização dos museus. De acordo com Siqueira (2020), um projeto de museu decolonial nasce de contextos e metodologias divergentes da lógica museológica estabelecida pelas epistemologias do Norte Global, enquanto o processo de descolonização de museus refere-se aos movimentos e deslocamentos metodológicos de instituições fundadas em

perspectivas culturais hegemônicas sem, no entanto, abrir-se em sua totalidade para as possibilidades trazidas pelas coletividades inferiorizadas.

Importa, nesse ponto, assinalar que o projeto decolonial na museologia não se confunde nem equivale ao projeto de descolonização dos museus. A distinção entre ambos inicia na posicionalidade e na perspectiva dos seus atores e caminha em direção a seus métodos. Enquanto a descolonização dos museus parte dos sujeitos, processos e instituições norteados pela matriz cultural hegemônica, sem, no entanto, descentrá-los e abri-los afetiva/efetivamente à iniciativa das coletividades inferiorizadas, o projeto decolonial assume a transformação do próprio campo e o descentramento ou provincialização da visão consagrada da Museologia, com suas linguagens e seus fazeres instituídos, a fim de “abrirmos os olhos e os ouvidos” para reconhecer as legítimas práticas vivas de preservação/comunicação cultural que sempre estiveram presentes nas matrizes alter-ativas (SIQUEIRA, 2020, p. 116).

Mas, afinal, o que a prática decolonial pode trazer de ativação para as insurgências e potências nos museus experimentais que nascem de experiências de resistência e luta? Como a gestão desses museus se configura e propõe outras possibilidades que escapam dos museus clássicos e tradicionais, mesmo partindo de metodologias desses espaços? Como isso é constituído na prática? Quais são os pressupostos metodológicos que surgem de práticas que auxiliam a romper com a colonialidade nas dimensões cotidianas e museológicas e do fazer cultural? Siqueira (2020) é precisa ao trazer em sua abordagem que o projeto decolonial na museologia refere-se à elaboração e reconhecimento de outras linguagens e formas de pensar museus a partir da legitimidade de práticas vivas e não cristalizadas.

De acordo com a autora, os museus ditos decoloniais nascem de processos de resistência e de luta política. Também podem surgir a partir da preservação de memórias insurgentes. Dentro do contexto de museus que surgem ancorados em uma base fortemente disponibilizada pelos postulados teóricos e práticos da Nova Museologia, encontram-se projetos vindos de lugares muito parecidos com os da Vila Autódromo. Esses lugares potencializam e atribuem sentidos a ideia de museus que buscam construir em sua missão e objetivos a valorização da experiência vivida e a compreensão desta como sendo tão fundamental quanto a teoria (SANTOS, 2019).

Educar-se no processo museológico decolonial é, assim, abrir-se a encontros que despertem e deflagrem a epifania dessa realidade cultural complexa e conflituosa e dispor-se à sua reinvenção — das relações (inter) culturais e de si próprio. Requer sensibilidade às negações, atenção e objetividade em relação aos próprios afetos, capacidade intelectual e criativa, firmeza de propósitos e, antes de tudo, atitude ética. É um crescente envolver-se, responsabilizar-se num diálogo coletivo. Por isso, as matrizes culturais que daí emergem são emaranhadas de conversações cada vez mais orientadas pelo amor e pela colaboração. À medida que se oferecem a esse cuidado criativo, os sujeitos podem atualizar seu pleno potencial humano. Uma leitura de mundos para a sua reescrita amorosa (SIQUEIRA, 2020, p. 117).

Uma das principais características do Museu das Remoções da Vila Autódromo é o esforço em traduzir a experiência vivida pelos moradores da comunidade no período pré,

durante e pós-remoções, a partir de uma museologia e uma gestão museológica orgânica, voluntária e coletiva, cujos atores sociais que fazem parte do museu atuam de forma horizontal. A questão decolonial na museologia só se torna possível de fato quando passamos a compreender as manifestações cotidianas da colonialidade também nesses espaços, na construção de narrativas, memórias e histórias, ao mesmo tempo que desenvolvemos a sensibilidade de reconhecer, interpretar e, dessa forma, também potencializar as estratégias de resistência que surgem dessas iniciativas museológicas. Essas práticas, nesses casos, são elaboradas pelos corpos que, ao experimentar a opressão, abraçam a libertação na afirmação de sua alteridade (SIQUEIRA, 2020). A relação entre museus decoloniais e descolonização de museus torna-se, nesse contexto, um fluxo que constrói a diversidade de narrativas em museus de todos os segmentos — dos tradicionais aos comunitários.

Dentro dessa perspectiva, um exemplo desse movimento de museus comunitários no processo de “abertura de caminhos” para trocas com museus nascidos a partir de vias tradicionais foi o processo de doação de peças do acervo do Museu das Remoções — mais precisamente fragmentos de escombros e casas demolidas (BOGADO, 2017a) — para uma exposição permanente do Museu Histórico Nacional, conforme mencionado anteriormente.

Esse lugar ocupado pelos objetos da Vila Autódromo no Museu Histórico Nacional marca o reconhecimento do Museu das Remoções e afirma a mudança estrutural que ele provoca nos museus e na museologia quando ousa criar seus próprios regimes de valor. Ao entrar no acervo do Museu Histórico Nacional, a mudança no regime de valor de unanimidade do acervo do museu começa a se transformar. Em luta contra as remoções, o Museu das Remoções ocupa a cidade e a história, escancarando o que se fazia indizível na história oficial (PEIXINHO, 2021, p. 85).



Fotografia 29 – Cerimônia de entrega do acervo do MdR para o MHN.

Fonte: Acervo do Museu das Remoções. Fotografia de Luiz Cláudio da Silva.

No caso da comunidade Vila Autódromo, o Museu das Remoções atua sobre a premissa da decolonialidade não somente pelo fato de ter nascido de acontecimentos de violência proporcionados por uma forte colonialidade do poder e do saber que atravessa a questão habitacional urbana no Rio de Janeiro. É também por ser um museu que é resultado da potência das estratégias de resistência elaboradas por uma experiência que tem como base a opressão. Desse atravessamento violento, nasce paralelamente um processo de resistência que assemelha-se com o que Santos (2019) denomina por uma “Sociologia das Emergências”, fundada dentro do processo de “ruínas-sementes”.

O Museu das Remoções é a Vila Autódromo, ao mesmo tempo que dentro de uma gestão fortemente ancorada nos saberes-fazer dos moradores da comunidade e suas experiências nos convoca a questionar os espaços museológicos oficiais e suas lógicas, contribuindo para tensionar e fissurar esse padrão moderno/colonial de poder. De acordo com Carvalho (2019), a comunidade Vila Autódromo que se constrói pós-processo de urbanização negociado com o poder público e que abriga somente 20 famílias, sendo vista por esses atores como um grande Museu das Remoções, conta, a partir da experiência dos moradores, a violência do Estado.

As ruínas-sementes são um presente ausente, simultaneamente memória e alternativa de futuro. Representam tudo o que os grupos sociais reconhecem como concepções, filosofias e práticas originais e autênticas que, apesar de historicamente derrotadas pelo capitalismo e colonialismo modernos, são fonte de dignidade e de esperança num futuro pós-capitalista e pós-colonial. Como em todas as ruínas, há um elemento de nostalgia por um passado anterior ao sofrimento injusto e à destruição causados pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado reconfigurado por ambos. Mas essa nostalgia é vivida de modo antinostálgico, como orientação para um futuro que escapa ao colapso das alternativas eurocêntricas precisamente porque sempre se manteve externo a tais alternativas [...] Estamos perante ruínas que são vivas, não porque sejam “visitadas” por vivos, mas porque são vividas por vivos na sua prática de resistência e de luta por um futuro alternativo. Por isso, são simultaneamente ruínas e sementes (SANTOS, 2019, p. 55).

Tecendo relações diretas entre teorias e práticas, a museologia tornou-se, no contexto da Vila Autódromo, uma ferramenta de luta que disputa pelo direito à cidade e à moradia, dentro do recorte não só da comunidade, mas também do que esse território e seus sujeitos pretendem escolher como fazendo parte da memória da Vila Autódromo e como essa memória se ressignifica para dar suporte e apoio a outras comunidades. Ou seja, essa memória não fica inerte ou apenas exposta ao seu público a partir do percurso expositivo, do acervo material, imaterial e da oralidade como método dentro do museu. Ela dialoga, recorrentemente, com sujeitos que possuem vivências e experiências atravessadas pelas remoções. A comunicação e o compartilhamento de experiências são fundamentais para o fortalecimento das lutas contra as opressões causadas pelo capitalismo, colonialismo e patriarcado, uma vez que essa partilha amplia a solidariedade e a cooperação entre os sujeitos envolvidos na luta e seus aliados (SANTOS, 2019). Dentro desse contexto, o Museu das Remoções desenvolve-se a partir de bases teóricas e práticas que dialogam diretamente com o que Santos (2019) denomina de “Epistemologias do Sul”.

As Epistemologias do Sul referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça, da opressão e da destruição causadas pelo capitalismo, pelo colonialismo e pelo patriarcado. Chamo o vasto e muito diverso âmbito dessas experiências do Sul Anti-imperial. Trata-se de um Sul epistemológico, não geográfico, composto por muitos seus epistemológicos que têm em comum o fato de serem conhecimentos nascidos em lutas contra o capitalismo, o colonialismo e o patriarcado (SANTOS, 2019, p. 17).

Esse fluxo de mudança movimentado pelas Epistemologias do Sul, de acordo com o autor, refere-se a processos de resistência que abrem caminhos e fornecem alternativas para se construir as mudanças epistemológicas e reinterpretções de mundo que são fundamentais para uma sociedade equânime. Aqui, no caso, esse movimento potencializa a existência e construção de uma museologia ativa, democrática e inclusiva, que esteja preocupada com sua sociedade e o desenvolvimento de seus grupos considerando toda a sua pluralidade e diversidade. O Museu das Remoções da Vila Autódromo faz parte desse movimento que nasce de um contexto de luta

e resistência contra uma política habitacional que viola a integridade física e emocional de sujeitos que vivem em territórios periféricos e favelados a partir das remoções. É um museu que nasce, também, do desejo de se reconstruir diante de uma situação de trauma e de um sofrimento. Todos esses afetos são trabalhados coletivamente e são também cultivados pelos moradores e seus apoiadores por meio da manutenção da esperança, que tem por objetivo representar o mundo nos seus próprios termos e vivências, pois só assim serão capazes de o transformar de acordo com as suas próprias aspirações (SANTOS, 2019).

Essa dinâmica proposta e gestada pelo Museu das Remoções nos evidencia o papel político dos corpos e corporalidades na questão decolonial, dissidentes em um projeto de libertação e transcendência da colonialidade (SIQUEIRA, 2020). No quadro a seguir, o objetivo é apresentar um levantamento das principais atividades que ocorreram no decorrer de dois anos (2020-2022), possibilitando a visualização mais clara de como as atividades do museu unem teoria e prática a partir de uma museologia feita e voltada para questões sociais, para experiências de luta do direito à cidade e à moradia, compreendendo como funciona um espaço museológico que parte da ideia de Epistemologia do Sul, na prática.



Mapeamento de Atividades (2020-2022)

LIVE COM AS COMUNIDADES	Vila da Major Rio de Janeiro - RJ	Comunidade São Rafael João Pessoa - PA	Comunidade do Tororó Salvador - BA	Prédio da Caixa Niterói - RJ
EXPOSIÇÃO VIRTUAL COM COMUNIDADES EM PROCESSOS DE REMOÇÃO	Realização da exposição "Nossa Casa, Nossa História", realizada pela equipe e disponibilizada no site do Museu das Remoções			Vila Autódromo Vila da Major Vila Prudente Canelatiua São Rafael Banhado Horto
GT - ORGANIZAÇÃO DE LIVRO: HISTÓRIA DA VILA AUTÓDROMO	Organização de grupo de trabalho cuja frequência é estipulada de acordo com a disponibilidade de seus integrantes. Organização de linha do tempo da história da Vila Autódromo, centralizando os fatos em pré, durante e após as remoções.			
ORGANIZAÇÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS REFERENTES AO MUSEU	Levantamento de pesquisas de apoiadores da luta, voluntários do Museu das Remoções e moradores da Vila Autódromo para fins de pesquisa e consulta. Disponível em https://linktr.ee/museudasremocoes .			

Figura 3 – Mapeamento de Atividades do Museu das Remoções de 2020 a 2022. Parte 2.
Fonte: A autora.



Fotografia 30 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Trajetória de luta da Vila da Major (RJ). 2022.

Fonte: Site do Museu das Remoções.



Fotografia 31 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Vila Prudente (SP). 2022.

Fonte: Site do Museu das Remoções.



Fotografia 32 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade Quilombola de Canelatiua – Maranhão (MA). 2022.

Fonte: Site do Museu das Remoções.



Fotografia 33 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade de São Rafael (PB). 2022.

Fonte: Site do Museu das Remoções.



Fotografia 34 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade do Banhado (SP). 2022.
Fonte: Site do Museu das Remoções.



Fotografia 35 – Abertura da exposição “Nossa Casa, Nossa História” – Comunidade do Horto (RJ). 2022.
Fonte: Site do Museu das Remoções.

4.1 O processo de musealização e a questão decolonial: o acervo iconográfico do Museu das Remoções “suleando” a análise

De acordo com Brulon (2020), o processo de musealização para a museologia ainda não encontra um consenso teórico e prático, uma vez que essa categoria passa por uma constante reformulação dentro do fazer museológico. Em tempo, cabe caracterizar a musealização como uma atividade de acompanhamento das ações que, na museologia e nos museus, tiram um objeto de seu contexto original e atribuem a eles significados dentro da cadeia museológica, de modo

que este passa a adquirir um valor socialmente reconhecido no grupo ou sociedade no qual ele pertenceu ou, no caso da Nova Museologia, ainda pertencem.

Cabe ao profissional da museologia compreender como e por que um objeto adquire esse valor social na construção do passado, das narrativas e da história. Sobre essa categoria, Wichers (2019) também aponta que o processo de musealização na museologia tradicional refere-se a uma miríade de objetos que são produzidos em determinada cultura, por determinado grupo social, e que são deslocados de seus contextos e inseridos em instituições museológicas para fins de salvaguarda e preservação. Dessa forma, esse “colecionamento de culturas” foi acompanhado também por práticas tangíveis de coleta, com o deslocamento de milhares de objetos para instituições do Brasil e seu exterior (WICHERS, 2019).

A preservação e salvaguarda, enquanto aspectos inerentes ao fazer museológico devotado a transformar patrimônio em herança, é uma característica específica da apropriação no Ocidente. Contudo, os museus têm sido cada vez mais interpelados a responder a quem esse processo de musealização beneficia, para quem essa herança está sendo construída, quais os agentes envolvidos na seleção dessas parcelas de patrimônio e como esses sistemas estéticos têm sido construídos (WICHERS, 2019, p. 6).

Da mesma forma que a museologia como campo de estudos permanece sendo reconfigurada, o processo de musealização também varia entre perspectivas políticas que disputam para se expressar a partir das missões e objetivos dentro de cada museu. Escolher o que se tornará objeto de acervo é também sobre discurso e exercício político de resistência. Para Chagas (1994), a musealização pode ser compreendida como um ato de vontade, uma construção voluntária de caráter seletivo e político, vinculada a um sistema de atribuição de valores: culturais, ideológicos, religiosos ou econômicos. Ainda sobre o museólogo, Mario Chagas (1994) menciona que a musealização busca mobilizar a passagem do ordinário ao museal.

Quando estamos pensando em uma perspectiva participativa na museologia, passamos a considerar processos que propõem descolonizar o olhar por meio de estudos e práticas que surgem de experiências como a das tipologias de acervo do Museu das Remoções. Nesse recorte, a escolha dos moradores da comunidade pelo que será musealizado ou não no processo de gestão e consolidação desse museu de território no período pós-remoções é uma característica de pensamento decolonial sobre a musealização. Ao falar de musealização, seleção de objetos e constituição de acervos, faz-se importante classificar:

Acervo — bens culturais, de caráter material ou imaterial, móvel ou imóvel, que compõem o campo documental de determinado museu, podendo estar ou não cadastrados na instituição. É o conjunto de objetos/documentos que corresponde ao interesse e objetivo de preservação, pesquisa e comunicação de um museu (CÂNDIDO, 2006, p. 149).

É possível transformar o processo de musealização em uma prática decolonial? Qual o sentido das coisas, quando retiradas de contextos plenos de significado e depositados em reservas técnicas e laboratórios? No Museu das Remoções da Vila Autódromo, o processo de musealização refere-se às atividades que decorrem da seleção de objetos — sejam eles materiais ou imateriais, e ocorrem conjuntamente: entre cogestores que são moradores e apoiadores da luta desde o nascimento do museu, em prol da reconstituição do próprio território, suas histórias e memórias.

O movimento identificado nos processos de musealização estão avançando para uma prática cada vez mais participativa, denominada por Brulon (2020) de “esforço museológico”. Esse esforço diz respeito ao deslocamento do fazer museológico para uma perspectiva essencialmente dinâmica, que se retroalimenta entre prática e teoria na atribuição de “musealidades” e criações de novas realidades culturais. Cabe ao museólogo o papel de compreender como e por que um objeto adquire valor conjuntamente com outros atores sociais. Ainda que existam fluxos na museologia que considerem fundamental esse deslocamento de perspectiva, o campo ainda permanece em constante disputa pelo discurso e atribuição de valores de grupos sociais no processo de musealização. No caso do Museu das Remoções da Vila Autódromo, a importância das fotografias e o reconhecimento da importância do registro fotográfico para as estratégias de resistência da comunidade são uma das razões nas quais essas representações foram selecionadas para fazer parte dos objetos a serem musealizados.

Então pra mim, só caiu a ficha nesse momento. Da importância do registro no período da luta. Nos períodos anteriores, a importância dos registros pra mim era pela memória. A gente tirava uma foto daquele momento, e é um momento que vai se eternizar quando a gente revisitar aquela fotografia, aquele vídeo, a gente tem a chance de lembrar aquele momento. Então a fotografia tem muito essa importância né. Então antes, era só uma coisa relacionada à memória. A partir do período da luta, ela estava atrelada com um resguardo nosso com relação a nossa segurança. Porque ela começava a inibir certas ações. Não inibir ao todo, as coisas aconteciam, as violações aconteciam, mas as pessoas tinham um certo receio. Até os guardas mesmo não gostavam de serem filmados. Polícia, guarda, não gostava de ser fotografado e nem filmado. Então isso pra gente foi muito importante. Eu fui descobrindo no processo de luta que aquilo era a ferramenta que a gente tinha pra utilizar ao nosso favor. Então a importância das fotografias pra mim foi nesse ponto, no período das remoções (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).⁵³

A relação entre apoiadores das mais diversas áreas e moradores da Vila Autódromo pode ser expressa como um dos exemplos de prática decolonial museológica, considerando nesse escopo a forma como estes participam do processo de musealização do Museu das Remoções. A participação ativa entre diferentes atores sociais também caracteriza a museologia decolonial, tirando os moradores da percepção “do outro”, inserindo-os em processos e decisões

⁵³ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

que são fundamentais para a manutenção do museu, contrapondo-se justamente ao que Brulon (2020) menciona enquanto um dos projetos centrais da museologia tradicional: a colonização a partir da representação da outridade.

Com a criação da museologia social, dá pra se perceber que o pobre, o trabalhador, o negro, o índio, pode contar a sua própria história. Os povos originários estão começando a contar suas próprias histórias, coisa que era contada por terceiros. E que nem conhecia sua história de verdade. Então acho que a museologia social traz essa capacidade belíssima da gente poder falar, da gente poder construir nossa história e preservar nossa memória. Então é fundamental e eu tô aprendendo cada vez mais, acho que isso é muito bom e que toda favela tinha que ter um museu social. Que é pra gente poder contar cada vez melhor a nossa própria história (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).⁵⁴

De acordo com Brulon (2020), quando pensamos em uma museologia participativa ou uma museologia que se pretende decolonial, é necessária a reavaliação das escolhas dos objetos que irão fazer parte dessa musealização. É imprescindível nesse novo fluxo de uma museologia diversa levar em consideração os sujeitos cujas experiências são fundamentais para o rompimento desse objeto etnográfico que forja o abismo entre sujeito/objeto. Ou seja, o processo de musealização na prática decolonial pressupõe a nomeação dos sujeitos do conhecimento. Esses atores farão parte da construção e atribuição de significados, destinados aos objetos musealizados. Quando um processo de musealização parte da perspectiva de reterritorialização de uma comunidade pós-remoção, essa musealização valoriza a relação do contexto temporal e espacial com o objeto — seja ele material ou imaterial.

O museu, nesta perspectiva decolonial, não é mais percebido como centro de disseminação de conhecimento, mas como uma “zona de contato”, onde diferentes culturas podem se encontrar e algo novo é coletivamente construído para ser transmitido. Com isso o museu produz valor de musealia, e, logo, também valor de mercado que lhe é indissociável (BRULON, 2020, p. 11).

O processo de musealização decolonial parte da premissa de que a seleção e aquisição de objetos deixam de ser mediadas por antropólogos ou sujeitos de “fora” da experiência e passam a ser realizadas considerando o contato direto com sujeitos responsáveis por seus atravessamentos subjetivos e vivências. Essas experiências são fundamentais para a temática do museu que se pretende trabalhar a partir da premissa decolonial. Prevalece, nesse caso, o conhecimento dos sujeitos portadores da experiência em relação ao conhecimento do antropólogo e do museólogo, pervertendo a lógica da subalternização ainda presente em museus nacionais (BRULON, 2020). Essa dinâmica dialoga diretamente com o fazer museológico do Museu das Remoções.

Uma das preocupações centrais apresentadas pela museologia contemporânea, diz respeito à prática e à teoria museológica: o que (ou quem) decide qual o valor dos

⁵⁴ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

objetos do museu e de que maneira podemos discutir e englobar todas as partes envolvidas no processo de musealização? Tendo isto em mente, devemos também questionar as disputas de poder junto a outras áreas do saber e profissionais, sobre a centralidade dos interesses culturais materiais e seus discursos, que dificilmente dão espaço para uma museologia que se pretende decolonial (BRULON, 2020, p. 4).

Partindo do pressuposto de que acervos podem contemplar paisagens, práticas e narrativas (WICHERS, 2019), a tipologia de acervos do Museu das Remoções divide-se em algumas temáticas. A seleção dessas peças e materialidades são definidas pelos moradores, que são também gestores e cofundadores do museu. Luiz Cláudio da Silva, cofundador, cogestor do Museu das Remoções e coautor da presente pesquisa, menciona⁵⁵ que entre as tipologias de acervo que constituem o museu, é possível destacar a Igreja de São José Operário, que permaneceu e resistiu à remoção, as casas que restaram ou foram reconstituídas, as árvores, os animais e os objetos, que são poucos, mas auxiliam no processo de construção da memória coletiva e afetiva da comunidade. Também lembra das fotografias, vídeos, documentários e filmes que referenciam a Vila Autódromo, trabalhos acadêmicos — das Monografias às Teses de Doutorado, matérias de jornal ou outros veículos de informação que mencionam a trajetória da comunidade de alguma forma.

A compreensão dos acervos de uma forma holística, para além das coleções, nos permite enxergá-los por um prisma mais amplo [...] Estamos tratando de coleções, mas não apenas: paisagens, materialidades, narrativas e significados também compõem o campo referencial ao qual estão estritamente relacionados os objetos (WICHERS, 2019, p. 7).

É dentro de uma perspectiva de acervo como essa que é possível — a partir de uma flexibilidade proporcionada pela requalificação do olhar que o processo decolonial de musealização sugere — estabelecer e proporcionar novas experiências metodológicas na compreensão e prática museológica ativa. Dentro desse contexto, a história oral como método de construção de memórias faz parte da trajetória do Museu das Remoções. Pode, inclusive, ser classificada como uma ferramenta fundamental no processo de musealização desse e de outros museus comunitários, como menciona Peixinho (2021, p. 74): “a história oral possibilita o acesso a histórias dissonantes ou até mesmo opostas a história oficial, por meio da memória, para legitimar suas posições da história”. Ao mesmo tempo, segundo a autora, é um método que, quando utilizado tanto em projetos de museologia comunitária, quanto em pesquisas acadêmicas em geral, auxilia no “rompimento” de uma epistemologia que faz parte da colonialidade que ainda pressupõe a universalidade científica.

No Museu das Remoções, comunitário e experimental, a história oral ocupa lugar fundamental na musealização, sendo pilar nas ações desenvolvidas nos museus, como nas Oficinas de Memória, no Percurso Expositivo e na contranarrativa à história

⁵⁵ Entrevista cedida em 9 de maio de 2022.

oficial, propósito da criação do museu. Falada e em primeira pessoa, a narrativa conformada no Museu das Remoções emancipa os moradores da Vila Autódromo, uma vez que, a partir dela, são valorizados patrimônios locais, estabelecidos por regimes de valor próprios, formulando um museu de uso contestatório, um dispositivo de luta contra as remoções, pelo direito à moradia de qualidade (PEIXINHO, 2021, p. 80).

Na musealização que parte da premissa da decolonialidade, os sujeitos cujas experiências pairam sobre seus corpos são fundamentais, pois são eles os portadores de todas as informações que são possibilitadas pela própria experiência e que atribuem significados aos objetos que fazem parte do museu e suas narrativas. Nesse emaranhado de materialidades que constroem os significados do que foi a comunidade e o que representa a história da Vila Autódromo para a luta do direito à moradia, destaca-se como fazendo parte ativa nessa composição de acervos os registros de imagens que cujo olhar é do morador e fotógrafo Luiz Cláudio da Silva. A autoria dessas imagens partir de majoritariamente apenas um morador da comunidade enfatiza o estímulo à posição de coautores ou coinventariantes (JANEIRINHO, 2013) dos sujeitos e populações de diversas localidades em que a necessidade desses museus existirem é defendida, indicando a mudança de paradigma que escapa das teorias e passa a possuir a densidade prática necessária para que os estudos na museologia social avancem e encontrem seu espaço também no âmbito acadêmico. Para além disso, essas imagens de Luiz Cláudio demonstram como a construção do passado é importante na resistência que ocorre no presente e na esperança e produção de futuros possíveis.

Não estamos somente falando de passado, mas simultaneamente do presente e da projeção de futuros, a partir do processo de um sujeito que se reinventa como fotógrafo, buscando tornar sua experiência comunicável e de se inserir em um arena pública, que trata do debate acerca do direito à moradia a partir das suas fotografias e de sua atuação no Museu das Remoções (CARVALHO, 2019, p. 65).

Essas fotografias, ao serem preservadas e construírem um processo de visibilidade para além do território em questão, não só fortalecem a relação entre memória, pertencimento e território aos seus moradores, mas também enfatiza a importância de musealizar essas imagens para os processos de resistência e luta pela permanência de outras comunidades, em uma cidade fortemente atravessada pelas dinâmicas de financeirização do espaço urbano e consequentes remoções nesse processo.

A fotografia pro Museu das Remoções tem essa importância. E acredito que para os outros museus também. Porque se a gente recebe outras pessoas, por exemplo, museólogos, que é o que tá mais conectado com museu, ele vai perceber que a fotografia pra gente conta uma história, narra uma história, narra uma situação que a gente passou. Então ela tem essa importância né, de transmitir algo que aconteceu com a gente. De provar isso que aconteceu. Porque a imagem, mais do que palavras, ela mostra. Então eu acho que tanto as fotografias quanto o MdR hoje, pros museus comunitários, eu vejo que ele é um agente motivador. Inclusive tem pessoas que têm vontade de fazer um museu em suas comunidades porque se espelham muito no nosso,

pela história que a gente conta, pela oralidade, pela forma como acontece. E pros museus tradicionais, eu acredito que ele seja uma desconstrução daquilo que eles estão acostumados a viver na museologia tradicional. Porque ele desconstrói tudo. A partir do momento que eu digo que a Vila Autódromo é um museu e que a Vila Autódromo é a comunidade, e eu falo que tudo isso é o MdR a pessoa fala assim: ué, como assim? Aqui não tem uma estrutura? A pessoa já tem aquela imagem que eu tava falando. Então ele desconstrói essa visão que a gente tem do museu tradicional. Então ele vem como uma ruptura, ele rompe com essa estrutura, essa coisa de... aí, também tem isso né. Eu lembro que quando eu era criança eu fui em um passeio da escola em um museu, não lembro o nome, mas era um museu tradicional. E aí não podia fazer barulho, tinha que entrar com um chinelinho apropriado, você não podia entrar com o seu calçado, você tirava seu calçado, colocava aquele sapatinho pra andar, porque provavelmente pra preservar o espaço. Tudo bem, eu compreendo. Não podia falar alto, tinha toda umas regras implícitas. Não pode tocar em nada, não pode mexer em nada. Eu entendo, até pra preservar a escultura, o quadro que tá ali, se todo mundo colocar a mão realmente, vai se desgastar mais facilmente. Mas aí quando você fala que uma comunidade é um museu tu implode, tu implode um museu que é tradicional. Eu vejo como uma implosão, uma ruptura, uma parada muito surreal. Desconstrói tudo aquilo que tu aprendeu a vida inteira (NATHÁLIA MACENA, informação verbal).⁵⁶

De acordo com Carvalho (2019) e seu processo de produção acadêmica construída junto de Luiz Cláudio, ambos mencionam a importância das fotografias como uma contribuição e possibilidade de elaboração de mais uma “estratégia de resistência” diante das estratégias de guerrilha do poder público, que, ao serem registradas pelo olhar do fotógrafo e morador da comunidade, tornaram-se fundamentais para a permanência no território, ainda que esse processo tenha sido doloroso e violento.

A gente começa a perceber, e a Vila Autódromo teve um momento muito importante porque, não só a gente registrava, mas também outros fotógrafos vinham e fotografavam, repórteres, jornalistas, estudantes, vinham e fotografavam. Nisso, a gente foi percebendo que a fotografia, ela se tornou uma ferramenta de luta em dois sentidos. Tanto pra preservar a nossa memória e pra contar a nossa história pra fora. Porque eu acho que isso também teve essa repercussão, foi importante. Porque a partir do momento que as fotografias começaram a sair de dentro da Vila e foram para o mundo, isso criou uma visibilidade, então se tornou muito ferramenta de luta, pra nós. Também pra mostrar como a gente tava sofrendo, e como Nathália falou, eu acho que teve uma grande importância de provar. A fotografia começou a ser uma arte pra gente, uma forma de provar que a gente tava sofrendo e que não era mentira. Porque tinha como provar. Era uma prova. Então acho que isso foi muito bom também. Então acho que a importância da fotografia... Eu vejo a fotografia como uma grande arte né. Porque ela tem uma capacidade assim, imensa, de mostrar a realidade nua e crua. E fica para sempre. Só se você rasgá-la. Mas é uma coisa que vai durar anos. Mesmo velhinha, ela vai trazer aquela memória. Então isso é uma coisa que fortaleceu muito. Então esse é o destaque que eu percebo. Por exemplo, no dia 3 de junho, que teve um grande conflito na comunidade. E esse dia ficou registrado por várias câmeras, né. Nós mesmos, moradores, quase não registramos, porque houve muito tumulto. Mas esse registro, aquelas fotografias tiradas naquele dia, deram uma visibilidade muito grande a luta na Vila Autódromo. Fez com que os próprios moradores acordassem. Foi um sacode em todos nós. A partir daquele dia, com aquelas fotografias que começaram a cair no mundo. Eu acho que ela começa a despertar todos os moradores que estavam resistindo aqui (MARIA DA PENHA MACENA, informação verbal).⁵⁷

⁵⁶ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

⁵⁷ Entrevista cedida em 12 de agosto de 2022.

Nesse sentido, o convite para a construção de uma interlocução na pesquisa a partir da troca que surge com os moradores da Vila Autódromo e gestores do museu na construção deste trabalho emergiu da percepção e consciência de que não fazia sentido falar sobre o valor da experiência e do olhar dos sujeitos dentro da sociomuseologia sem trazer para a discussão a experiência expressa pelo sujeito autor das fotografias e como este enxerga e observa o papel dessa produção de imagens. Faz-se relevante mostrar essas fotografias e enxergá-las como uma ferramenta que, nesse caso, consegue captar o olhar do sujeito e expressar um pouco do que representa a vivência da luta pelo direito à moradia. Da mesma forma, nesse processo de construção do acervo iconográfico do museu, grande parte da autoria dessas imagens são de moradores que atravessaram o contexto das remoções e permaneceram ou não na comunidade. Nesse caso, a câmera é pensada aqui como instrumento político (GAMA, 2006 apud CARVALHO, 2019).

O presente trabalho está sendo desenvolvido com o objetivo de levantar reflexões sobre a importância das imagens que partem de uma vivência de opressão para a construção da museologia decolonial. O olhar de sujeito na construção da própria história potencializa o sentido dos museus comunitários e, mais especificamente, do Museu das Remoções. Essa experiência dos moradores nas representações de memória que constituem esse museu é fundamental para a discussão aqui proposta, uma vez que incentiva e cultiva novas práticas na museologia, atribuindo a elas também outros significados, como servir de apoio para comunidades em processos de remoção no presente. Não construir essa interlocução a partir da troca e do afeto envolvido na relação entre pesquisadora e moradores da Vila Autódromo seria como pensar novos processos a partir de antigos caminhos.

A fotografia pode ser utilizada de várias maneiras, dependendo de como é enquadrada discursivamente e através de que modalidade de apresentação midiática. No contexto, então, em que se disputa a permanência no território, Luiz e o grupo de moradores com quem se articula, utiliza do recurso da câmera e do compartilhamento nas redes sociais para produção da legibilidade e para o estatuto de realidade dos processos violentos que viviam no seu espaço de moradia e também para inibir os atos violentos por parte dos agentes do Estado, no momento em que aconteciam [...] Neste sentido, é preciso pensar que essas imagens não permanecem apenas ali dentro da Vila Autódromo, no acervo do Luiz, mas que estão em circulação: na internet, na exposição que construímos juntos, nas que ainda construiremos, nas apresentações que ele monta para grupos que visitam a comunidade enquanto Museu das Remoções e na construção de um discurso que, como ele me diz, poderá “ensinar” outras comunidades a resistirem aos novos processos de remoções (CARVALHO, 2019, p. 155).

A autora em questão, no decorrer de sua pesquisa na Vila Autódromo, centraliza o papel da produção das imagens na consolidação de estratégias de resistência imateriais e simbólicas na permanência do território. A autora fornece caminhos para se construir o que se pretende levantar na presente pesquisa. Nesse sentido, é possível observar a importância do papel das

fotografias — cuja autoria é de um morador da comunidade —, permitindo associar esse processo de registros fotográficos e sua consequente preservação no Museu das Remoções como uma forma de criar possibilidades de reflexão para se pensar em que consistem os conteúdos e representações dos acervos de um museu comunitário sustentado por uma museologia que se pretende decolonial para além das teorias. A perspectiva dessas fotografias foi criada considerando o rompimento da dualidade sujeito/objeto, uma vez que o seu autor é o “próprio sujeito removido empunhando a câmera”.

Na verdade, essas imagens, como eram muitas e... ao longo dos acontecimentos aqui na Vila Autódromo, elas foram sendo solicitadas, por várias mídias, vários alunos, trabalhos acadêmicos, e eu sempre cedia, as minhas, por exemplo, eu sempre cedia de boa. Eu sempre tive a ideia de que reter essas imagens é reter essa história. Quando você passa, a história passa adiante junto dessas imagens. E essa é minha ideia principal com esse acervo. É que a história se propague realmente. Que ela vá, se possível, aos quatro cantos do mundo né. Não vou tá com um acervo ali, a sete chaves né. Acho que não tem nada a ver e essa não é a ideia. Então, foi grande a procura pelas imagens, pelos registros, nós tínhamos aqui por várias instituições. E eu sempre cedi de boa, faço nem questão com nada. A ideia mesmo é passar o que passamos aqui, todo o sofrimento que passamos aqui por conta das Olimpíadas de 2016. Apesar que a gente sabe que não é o esporte. É o esporte sendo usado pelo capitalismo, pela especulação imobiliária. E chegou uma hora que eu acho que esse acervo tinha que ser... como foi constituído um museu, eu achei que tinha um casamento perfeito né. Esses registros e o museu. Eu até falo pra muitas pessoas que me pedem o material, pode dar o crédito ao museu. Eu já falei pra todos que colaboram com esse museu, que meu acervo, da minha parte, ele já é do museu, esse material. E a importância desse museu ter esse material também, pra dar mais vida a esse museu (LUIZ CLÁUDIO DA SILVA, informação verbal).⁵⁸

Tornar essas fotos um dos eixos centrais no processo de musealização do Museu das Remoções também sinaliza um movimento de ruptura com os discursos hegemônicos sobre o legado olímpico, potencializando a missão, valores e atribuindo significados à necessidade de existência da museologia social. Para além disso, as imagens, ao serem utilizadas enquanto ferramenta de luta no presente, constroem um acervo que é vivo. A partir dessas fotografias, significados importantes são tecidos no momento presente, servindo de inspiração e apoio para a luta pelo direito à moradia de outras comunidades. Nesse sentido, o acervo do Museu das Remoções e de uma museologia que se pretende social e comunitária com uma base decolonial diverge dos usos de objetos para a museologia tradicional, uma vez que ele não fica inerte, mas é instrumentalizado para resistência no presente.

Por isso, é importante perguntar, como, por que não há imagens de sua autoria do momento de demolição de sua própria casa? Ou, igualmente, de outros momentos de maior tensão com as forças policiais e judiciais que apareciam na comunidade para demolir as casas de seus vizinhos? Nestes casos, ele era um dos fotografados ou filmados, majoritariamente, por produtores de imagens que não eram moradores da comunidade e ocupavam a posição de “apoiadores”. Estes instantes retornam, então, como potenciais reflexões acerca das diferentes condições que diferentes sujeitos têm de fotografar/filmar em determinadas situações, colocando questões acerca das

⁵⁸ Entrevista cedida em 22 de agosto de 2022.

relações de poder e autoria na produção de imagens e, mesmo, de quem pode fotografar um processo de violência e de fazer sofrer, vivido por outros e de quem o sofre, testemunha e fotografa de perto. O olhar aqui não é apenas na ideia de uma necessidade de legitimação que se impõe, de construção coletiva de um suposto merecimento de participar da ordem que produz exclusão e, assim, tentar obter algumas de suas garantias, mas também de uma “elaboração sensível da comunidade” e como essas duas dimensões do uso da câmera e do produzir imagens podem se articular (CARVALHO, 2019, p. 57).

Essas fotografias fazem parte do acervo do Museu das Remoções e, entre tantos significados, ocupam um lugar central na compreensão do que representa a imagem no processo de musealização decolonial que nasce das escolhas entre o que se quer e o que se precisa lembrar para a Vila Autódromo, no exercício de apoio também para outras comunidades que encontram-se em processo de organização de resistência diante de possibilidades de remoção. Centralizado em um grande acervo dividido entre um HD digital e em papéis (CARVALHO, 2019), as imagens produzidas partem da autoria do morador, mas também de outros representantes do Museu das Remoções e atuantes na luta pela permanência da comunidade. Entretanto, a presente pesquisa enxerga a potência dessas fotografias serem registradas pelo olhar de um sujeito que enfrentou o processo de remoção de sua casa e as violências físicas e emocionais dessa situação não só para si, mas também para sua família.

O trabalho do olhar, do arquivar, do organizar e do apresentar o material em imagens sobre o qual nos debruçamos, envolve uma série de escolhas e possibilidades do que registrar e não registrar; do que guardar e do que não guardar, do que mostrar e do que não mostrar, bem como, a existência de um “tesouro simbólico no ato de produzir as imagens e de como dar a vê-las numa relação em que se pretende elaborar o passado (CARVALHO, 2019, p. 67).

A metodologia museológica e o contexto histórico no qual o Museu das Remoções nasceu e é organizado sugere uma museologia feita por parâmetros próprios (WICHERS, 2019), sendo capaz de ultrapassar o espaço museu e ser aplicado para além dele a partir de sua agenda e dos objetos selecionados para serem musealizados. Alcança outras comunidades que foram ou estão sendo diretamente impactadas pela violação do direito à moradia, ativando por meio do compartilhamento de saberes e experiências, do incentivo, da mobilização da resistência e da luta social e política pela permanência de territórios em ameaça ou em processo de remoção. A partir da continuidade do mesmo levantamento de atividades proposto anteriormente, é possível observar a preocupação existente no Museu das Remoções para reforçar constantemente seu papel político de valorização da experiência a partir da catalogação do acervo, bem como o esforço na participação de eventos sobre o direito à cidade, à moradia e museologia social, congressos acadêmicos cuja diversidade de áreas é uma constante e apoio a

processos de resistência a outras comunidades que estiveram passando por ameaças de despejo no decorrer do recorte em que a pesquisa estava sendo desenvolvida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como objetivo central realizar uma pesquisa-ação com o Museu das Remoções da Vila Autódromo — museu comunitário situado na Zona Oeste do Rio de Janeiro. O estudo está dividido em duas partes, sendo a primeira delas voltada para a tentativa de compreensão sobre como funciona a organização de atividades e gestão de um museu comunitário não institucionalizado, que é mantido por um trabalho totalmente voluntário entre apoiadores, colaboradores, gestores e fundadores. Nesse primeiro momento da pesquisa, é possível direcionar a análise de resultados para o viés da atuação e desenvolvimento da agenda de atividades do museu entre os anos de 2020 a 2021.

É possível concluir que o processo de iniciação ao campo de pesquisa, de maneira online e totalmente remota devido à pandemia COVID-19, repercutiu na discussão acerca da postura do pesquisador, bem como alguns questionamentos e contradições acerca do pressuposto da neutralidade dessa posição no desenvolvimento da pesquisa. Essa discussão foi abordada vindo ao encontro da experiência que foi vivida nessa primeira fase. A relação e linha tênue entre pesquisadora, apoiadora da luta da Vila Autódromo e colaboradora do Museu das Remoções que foi desenvolvida também foi construída com o objetivo de questionar os limites que são postos no que diz respeito à postura do pesquisador na construção de pesquisas sociais. Nesse primeiro momento, também cabe mencionar a importância da fluidez na atuação enquanto pesquisadora, sobretudo durante o entendimento de como funcionaria a atuação no campo, uma vez que o Museu das Remoções existe desde 2016, já possuindo uma forma concreta de atuação. Sendo assim, não cabia à postura da pesquisadora modificar ou fornecer alguma alteração diante de uma modificação ou apresentação de soluções diante de estruturas já estabelecidas, como pressupõe alguns entendimentos sobre a pesquisa-ação.

Todo processo de pesquisa-ação mostra a importância dessa alteridade vivida entre os parceiros de uma mesma ação. Com base na experiência, o sucesso de uma pesquisa-ação se constrói antes de tudo no calor e na paixão dessas relações humanas acordadas. O pesquisador em pesquisa-ação não desempenha um papel de especialista, mas se insere na dinâmica de uma ação de mudança e se compromete com as finalidades da ação e com os valores fundamentais do ator. Ele abandona a ilusão de “neutralidade” de uma pesquisa “descompromissada” e se engaja politicamente para defender uma “causa” (DIONNE, 2007, p. 124).

O movimento de articulação e realização das atividades estipuladas pela agenda do museu ocorreu aos poucos, conquistando, no decorrer dos dois anos, um espaço importante não só como pesquisadora, mas como colaboradora do museu, que pretende continuar no auxílio das atividades após a apresentação deste estudo. Essa posição foi ocupada gradativamente, ao me colocar à disposição para resolver possíveis problemáticas no decorrer da parte técnica de

realização das atividades e grupos de trabalho. Vindo ao encontro com a apresentação de resultados aqui proposta, Dionne (2007) menciona que nem sempre a realização de uma pesquisa-ação depende de uma mudança de paradigma ou atuação para auxiliar, de alguma forma, para o desenvolvimento local. O estudo de uma pesquisa-ação pode, por vezes, contribuir para reflexões e construções de conhecimentos conjuntos, envolvendo diferentes atores sociais na participação ativa dessa elaboração. No caso, essa construção conjunta se estende à possível contribuição de formas de democratizar a museologia por meio de iniciativas de museus comunitários que nascem de opressões e necessidades de resistência de determinados grupos sociais.

Em um segundo momento, a partir dos pressupostos metodológicos embasados pela pesquisa-ação, foi identificado conjuntamente o interesse pela abordagem das imagens e fotografias que fazem parte do acervo do museu. Sendo assim, no decorrer do estudo, houve a produção conjunta do conhecimento sobre o papel dessas representações não só para a comunidade — uma vez que a autoria destas são, em sua maioria, do morador e interlocutor da pesquisa Luiz Cláudio da Silva —, mas também para outras comunidades que estejam passando por processos de remoção. A análise das imagens contribui, também, para a própria discussão da museologia como um todo, visando democratizar o campo a partir de iniciativas populares de fazer museus (HEITOR, 2021).

A categoria de musealização foi fortemente utilizada com o objetivo de compreender como a museologia pode, por meio de experimentações diversas, como um museu que nasceu da luta pelo direito à moradia, superar a dicotomia sujeito-objeto na seleção do acervo e produção de contranarrativas. Não somente na análise da produção das imagens, mas no decorrer de toda a construção da pesquisa, relatos retirados de entrevistas construídas por temas geradores (FREIRE, 1996) foram aplicados na produção das reflexões propostas no decorrer do estudo. Junto aos relatos, a seleção de imagens realizadas por Luiz Cláudio, Maria da Penha Macena e Nathália Macena foram inseridas no decorrer do corpo do texto, com a finalidade de atribuir ainda mais significados às reflexões que estavam sendo desenvolvidas de maneira conjunta.

REFERÊNCIAS

ANDREOLA, Balduino Antônio. O processo do conhecimento em Paulo Freire. *Educação & realidade*, Porto Alegre, v. 18, n. 1, p. 32-42, jan./jun. 1993.

ANISTIA INTERNACIONAL. *Você matou meu filho!:* homicídios cometidos pela Polícia Militar na cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Anistia Internacional, 2015.

ARAÚJO, Flavio Faria de; PFEIFFER, Cláudia Ribeiro. Empresariamento urbano: concepção, estratégias e críticas. In: CIRCUITO DE DEBATES ACADÊMICOS, 1., 2011, Brasília, DF. *Anais [...]*. Brasília, DF: Code, 2011.

A VILA AUTÓDROMO. *Museu das Remoções*, 2017. Disponível em: <https://museudasremocoos.com/sobre/a-vila-autodromo/>. Acesso em: 11 set. 2022.

BELLO, Enzo; BELEZA, Larissa. As mulheres no espaço urbano brasileiro: o direito à cidade como alternativa a um cenário de violações de direitos humanos. *Revista de Direito da Cidade*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 741-764, 2019.

BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. Prefácio de Jeanne Marie Gagnein. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 115-119.

BHABHA, Homi. *O local da cultura*. Belo Horizonte: UFMG, 2012.

BOGADO, Diana. Museu das Remoções da Vila Autódromo: resistência criativa à construção da cidade neoliberal. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 54, n. 10, p. 3-27, 2017a. Disponível em: <https://doi.org/10.36572/csm.2017.vol.54.01>. Acesso em: 11 set. 2022.

BOGADO, Diana. *O Museu das Remoções da Vila Autódromo: potência de resistência criativa e afetiva como resposta sociocultural ao Rio de Janeiro dos megaeventos*. 2017. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidad de Sevilla, Sevilla, 2017b.

BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para repensar os museus. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 28, p. 1-30, 2020.

BRULON, Bruno. Os objetos de museu, entre a classificação e o devir. *Informação & Sociedade: Estudos*, João Pessoa, v. 25, n. 1, p. 25-37, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/025/13282>. Acesso em: 20 maio 2022.

BRUM, Mario. “Irregular, ilegal e anormais”: o estigma como política de Estado e a remoção de favelas no Rio de Janeiro pela CHISAM (1968-1973). *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, Rio de Janeiro, 2010.

CÂNDIDO, Manuelina Maria Duarte. A função social dos museus. *Canindé: Revista do Museu de Arqueologia de Xingó, Sergipe*, n. 9, p. 169-187, 2007.

- CÂNDIDO, Maria Inez. Documentação museológica. In: NASCIMENTO, Sylvania Souza do *et al.* (coord.). Caderno de diretrizes museológicas. Belo Horizonte: Secretaria de Estado da Cultura: Superintendência de Museus, 2006. p. 33-79.
- CARVALHO, Ana Priscila Rezende de. Fotografando na resistência: memória e visibilidade no caso de remoção da comunidade Vila Autódromo (RJ). *Sociologia*, São Paulo, v. 3, n. 7, p. 29-44, 2019.
- CASTRO, José Luis Osório de. *Imagens em Rio Olímpico: disputa e Vila Autódromo*. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2018.
- CHAGAS, Mario; ASSUNÇÃO, Paula; GLAS, Tamara. Museologia social em movimento. *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 429-436, 2014.
- CHAGAS, Mario; BOGADO, Diana. A museologia que não serve para a vida, não serve para nada: o museu das remoções como potência criativa e potência de resistência. In: CALABRE, Lia *et al.* (org.). *Memória das Olimpíadas no Brasil: diálogos e olhares*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2017. v. 1. p. 141-146.
- CHAGAS, Mário de Souza. O campo de atuação da museologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 2, n. 2, p. 7-28, 1994.
- CRUZ, Valter do Carmo. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, Valter do Carmo. *Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017, p. 15-36.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. Neoliberalismo e subjetivação capitalista. *Revista Olho da História*, [s. l.], v. 22, 2016.
- DE OLIVEIRA, Denilson Araujo. O marketing urbano e a questão racial na era dos megaempreendimentos e eventos no Rio de Janeiro. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 85-106, 2014.
- DELEUZE, G. *Espinosa: filosofia prática*. São Paulo: Escuta, 2002.
- DELEUZE, G. *Spinoza y el problema de la expresión*. Barcelona: Muchnik Editores, 1996.
- DESVALLÉES, André; MAIRESSE, François (ed.). *Conceitos-chave de museologia*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Conselho Internacional de Museus, 2013.
- DIONNE, Hugues. *A pesquisa: ação para o desenvolvimento local*. Campinas: Liber Livro, 2007.
- EAGLETON, Terry. *Hope without optimism*. Connecticut: Yale University Press, 2015.
- FANON, Frantz. *Peles negras, máscaras brancas*. Salvador: Edufba, 2008.

FAULHABER, Lucas; AZEVEDO, Lena. *Remoções no Rio de Janeiro Olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2016. v. 1.

FAVRET-SAADA, Jeanne; FAVRET-SAADA, Jeanne. *Ser afetado*. Tradução de Paula Siqueira. Introdução de Márcio Goldman. *Cadernos de Campo*, São Paulo, n. 13, p. 155-161, 2005.

FERRARI, Matheus Viegas. *A gestão neoliberal no Rio olímpico e os tempos de resistência da Vila Autódromo*. Salvador: UFBA, 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 23. reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. v. 7.

GALIZA, Helena Rosa dos Santos; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da. Grandes eventos, obras e remoções na cidade do Rio de Janeiro, do século XIX ao XXI. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL MEGAEVENTOS E A CIDADE, 2., 2014, Rio de Janeiro. *Anais [...]*. Rio de Janeiro: UFRH, 2014.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, p. 223-244. 1984.

GOUVEIA, Inês *et al.* Museologia social: reflexões e práticas (à guisa de apresentação). *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 9-22, 2014.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris: Presses Universitaires de France, 1968.

HARVEY, David. *A produção capitalista do espaço*. Tradução de Carlos Szlak. 2. ed. São Paulo: Annablume, 2006.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debate*, São Paulo, n. 36, p. 48-64, 1996.

HARVEY, David. *Produção capitalista do espaço*. São Paulo: Annablume, 2005.

HEITOR, Gleyce Kelly. *Quando o museu é uma luta: a criação do Museu da Beira da Linha do Coque e do Museu das Remoções*. 2021. Tese (Doutorado em História Social) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2021.

JANEIRINHO, Raquel. Estratégias museológicas participativas: refletindo e atuando em Sociomuseologia. *Cadernos de Sociomuseologia*, Lisboa, v. 46, p. 71-92, 2013.

KILOMBA, Grada. *Memórias da plantação: episódios de racismo cotidiano*. Rio de Janeiro: Cobogó, 2019.

LACAZ, Alessandra; PASSOS, Pâmella; LOUZADA, Williana. Pesquisadora ou militante? Análises do pesquisador (sobre) implicação. *Mnemosine*, Paraíba, v. 9, n. 1, 2013.

- LEFEBVRE, Henri. *Espaço e política*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2008.
- LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.
- MACHADO, Luís Antônio. Solidariedade e sociabilidade violenta: verso e reverso da “moeda” memória. *Comunicações do Iser*, Rio de Janeiro, ano 23, v. 59, p. 104-110, 2004.
- MANOEL-CARDOSO, Pedro. O que é a museologia? *Revista Cadernos do Ceom*, Chapecó, v. 27, n. 41, p. 115-152, 2014.
- MENDES, Luís. Gentrificação, financeirização e produção capitalista do espaço urbano. *Cadernos Poder Local*, Campo Grande, v. 40, n. 155, p. 56-86, 2017.
- MONTEIRO, Poliana; MEDEIROS, Mariana; NASCIUTTI, L. F. Insurgência feminina: a ética do cuidado e a luta contra a remoção. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 17., 2017, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: Anpur, 2017.
- MOREIRA, F. A.; ROLNIK, R.; SANTORO, P. F. *Cartografias da produção, transitoriedade e despossessão dos territórios populares: observatório de remoções*, relatório bianual 2019-2020. São Paulo: LabCidade Fauusp, 2020.
- NETO, Nécio Turra; MASSEY, Doreen. Pelo espaço: uma nova política da espacialidade. *Formação*, [s. l.], v. 1, n. 15, p. 162-166, 2008.
- NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP*, São Paulo, v. 10, p. 7-28, 1993.
- PEDON, Nelson Rodrigo; SPOSITO, Eliseu Savérios; SOUZA, Marcelo Lopes de. *Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- PEIXINHO, Lia Fernandes. *O museu e seus usos: Museu das Remoções grita o indizível*. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Museologia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.
- PLANO MUSEOLÓGICO DO MUSEU DAS REMOÇÕES. Rio de Janeiro: [s. n.], 2017. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/1B_BQsCbn9xYuwplNrutIAYxYuCKj8sXn/view. Acesso em: 11 set. 2022.
- PLANO POPULAR DA VILA AUTÓDROMO. Rio de Janeiro: Associação de Moradores e Pescadores da Vila Autódromo, 2012. Disponível em: <https://comitepopulario.files.wordpress.com/2012/08/planopopularvilaaudromo.pdf>. Acesso em: 11 set. 2022.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 14 jan. 2021.

PRIMO, Judite; MOUTINHO, Mario. *Teoria e prática da sociomuseologia*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2021.

PRIOSTI, Odalice Miranda; VARINE, Hugues de. O novo museu das gentes brasileiras: criação, reconhecimento e sustentabilidade dos processos museológicos comunitários. *Cadernos de Museologia*, Lisboa, n. 28, p. 57-70, 2007.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade del poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad y modernidad/racionalidade. *Perú Indígena*, Lima, v. 12, n. 29, p. 11-20, 1992.

REIS, Gabrielle Alves. O território como estratégia de memória: museus de território. In: ENCONTRO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA, 8., 2019. *Anais [...]*. São Paulo: Enanpege, 2019.

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.

SANCHES, Taísa. O Museu das Remoções somos nós: cotidiano e memórias na (e da) Vila Autódromo. *Periferia*, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 39-56, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/periferia/article/view/48234>. Acesso em: 7 mar. 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul*. 2. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. São Paulo: Edusp, 2022.

SANTOS, Roberto Fernandes. *Por uma museologia da libertação: impactos do pensamento de Hugues de Varine no campo museal brasileiro*. 2019. Dissertação (Mestrado em Museologia) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

SIQUEIRA, Juliana Maria. *Para incorporar uma práxis decolonial: a relevância dos corpos no processo museológico*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 2020.

SOARES, Bruno César Brulon. Museus, patrimônios e experiência criadora: ensaio sobre as bases da Museologia Experimental. In: MAGALHÃES, Fernando *et al.* (coord.). *Museologia e património*. Leiria: Escola Superior de Educação e Ciências Sociais do Instituto Politécnico de Leiria, 2019. v. 1. p. 199-231. Disponível em: https://www.ipleiria.pt/eseecs/wp-content/uploads/sites/15/2019/12/museologiapatrimonio_volume-1.pdf. Acesso em: 10 jan. 2021.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. *Pode o subalterno falar*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STRECK, Danilo R.; ADAMS, Telmo. Pesquisa participativa, emancipação e (des)colonialidade. Curitiba: CRV, 2014.

TAVARES, Juliana Leite. *A experiência da rede de museologia social do RJ no fortalecimento de políticas de direito à memória das comunidades*. 2017. Dissertação (Mestrado em Cultura e Territorialidades) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2017.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Museu das remoções: moradia e memória. In: SOARES, Bruno Brulon (ed.). *Descolonizando a museologia*. [S. l.]: Icofom, 2020. p. 226-238.

TEIXEIRA, Sandra Maria de Souza. Vila Autódromo: lutando por direitos, entre emoções e remoções, nasce um museu. *Lugar Comum*, Rio de Janeiro, n. 56, p. 151-174, 2019. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/lc/article/download/41604/22558>. Acesso em: 3 mar. 2021.

THIOLLENT, Michel. *Metodologia da pesquisa-ação*. São Paulo: Cortez, 2022.

VAINER, Carlos B. *Cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro*. Belo Horizonte: Anpur, 2011.

VAINER, Carlos B. Rio 2016: um jogo (Olímpico?) de cartas marcadas. *Jornal dos Economistas*, Rio de Janeiro, n. 245, p. 3-4, 2009.

VALE, Josiane Aparecida. *Serviço Social e atuação profissional no contexto de remoções: analisando o caso da Vila Autódromo*. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – PUC-Rio, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/31048/31048.PDF>. Acesso em: 11 set. 2022.

VARINE, Hugues de. A respeito da mesa-redonda de Santiago. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (org.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo: documentos e depoimentos*. São Paulo: Comitê Brasileiro do Icom, 1995.

VARINE, Hugues de. *As raízes do futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*. Tradução de Maria de Lourdes Parreiras Horta. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

VARINE, Hugues de. Entrevista. In: ROJAS, Roberto; CRESPIÁN, José L.; TRALLERO, Manuel (org.). *Os museus no mundo*. Rio de Janeiro: Salvat Editora do Brasil, 1979. p. 8-21, 70-81.

WICHERS, Camila Azevedo de Moraes. Sobre a musealização de acervos Iny-Karajá: desafios e possibilidades para uma prática decolonial. *Revista Habitus: Instituto Goiano de Pré-História e Antropologia*, Goiânia, v. 17, n. 1, p. 53-76, 2019.

ZANOTELLI, Claudio Luiz; HAESBAERT, Rogério. *Território e descolonialidade: sobre o giro (multi) territorial/de (s) colonial na «América Latina»*. Buenos Aires: Clacso, 2021.

ZITKOSKI, Jaime José; LEMES, Raquel Karpinski. O tema gerador segundo Freire: base para a interdisciplinaridade. *In: SEMINÁRIO NACIONAL DIÁLOGOS COM PAULO FREIRE: UTOPIA, ESPERANÇA E HUMANIZAÇÃO*, 9., 2015, Taquara. *Anais [...]*. Taquara: Faccat, 2015.